



MARIA CLARA TAVARES DE OLIVEIRA

**CARACTERIZAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE
ECONOMIA SOLIDÁRIA PLATAFORMIZADOS**

**LAVRAS – MG
2023**

MARIA CLARA TAVARES DE OLIVEIRA

**CARACTERIZAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA
PLATAFORMIZADOS**

Dissertação de mestrado apresentada à
Universidade Federal de Lavras, como parte
das exigências do Programa de Pós-Graduação
em Administração Pública, para a obtenção do
título de Mestre.

Prof. Dr. José Roberto Pereira

Orientador

Profa. Dra. Stefania Becattini Vaccaro

Coorientadora

LAVRAS – MG

2023

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Oliveira, Maria Clara Tavares de.

Caracterização de empreendimentos de economia solidária
plataformizados / Maria Clara Tavares de Oliveira. - 2023.

132 p.

Orientador(a): José Roberto Pereira.

Coorientador(a): Stefania Becattini Vaccaro.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de
Lavras, 2023.

Bibliografia.

1. cooperativismo de plataforma. 2. plataformas digitais. 3.
economia solidária. I. Pereira, José Roberto. II. Vaccaro, Stefania
Becattini. III. Título.

MARIA CLARA TAVARES DE OLIVEIRA

**CARACTERIZAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA
PLATAFORMIZADOS**

**CHARACTERIZATION OF PLATFORMED SOLIDARITY ECONOMY
ENTERPRISES**

Dissertação de mestrado apresentada à
Universidade Federal de Lavras, como parte
das exigências do Programa de Pós-Graduação
em Administração Pública, para a obtenção do
título de Mestre.

Aprovada em 19/07/2023

Profa. Dra. Eloísa Helena de Souza Cabral - UFLA
Prof. Dr. Naldeir dos Santos Vieira – UFVJM

Prof. Dr. José Roberto Pereira
Orientador

Profa. Dra. Stefania Becattini Vaccaro
Coorientadora

**LAVRAS – MG
2023**

AGRADECIMENTOS

Acredito que todo agradecimento constitui desabafo e reconhecimento daqueles que estiveram conosco durante nossa trajetória. Assim, gostaria de prestar minha gratidão a todos os companheiros que, ainda que indiretamente, tenham contribuído comigo, seja na convivência diária, lidando com meu pessimismo, ou realismo exacerbado, e minhas ansiedades (quem hoje pode se dar ao luxo de se reconhecer despreocupado?).

Foi minha mãe quem primeiro incutiu em mim o ideal solidário mediante as lições espíritas que eu escutava com atenção quando ela realizava semanalmente o culto no lar. Elas me serviram para conseguir dirigir meu olhar para o outro e compreender que, embora eu tenha nascido num lar onde nada me faltou, para outros faltava tudo. Dessas lições, eu gostaria de imaginar um mundo onde a caridade não consista mais em prover recursos materiais, alimentos e condições dignas de vida, mas dispor de seu próprio tempo para escutar o outro.

Da minha irmã, Júlia, veio o direcionamento para atuar no Direito do Trabalho e prestar concurso para Tribunais do Trabalho, em que consegui lograr uma vaga no TRT de São Paulo, onde trabalho hoje, como analista judiciário na função de assistente de Juiz Substituto. Nesse cargo, notei a situação de incontáveis autores dos processos ajuizados, a imensa maioria consistente em trabalhadores que recebem pouco mais de um salário mínimo, e curtos períodos de empregabilidade, além de vários em situação de informalidade. Seria impossível não observar as contradições do mundo do trabalho. Assim, agradeço à minha irmã, aos companheiros de serviço, sobretudo minha chefe, Dra. Fabrícia, pelas inúmeras dicas, dúvidas e discussões em nossos grupos, e lembrar do nosso esforço diário em conseguir lidar com toda a demanda processual com qualidade e celeridade.

Agradeço também à Universidade Federal de Lavras e aos meus orientadores, Profs. José Roberto e Stefania, por aceitarem me guiar pelo caminho desconhecido da academia, especialmente pelo entusiasmo da minha coorientadora, isso fez muita diferença para mim. À colega de academia, Camila, por ter se disponibilizado a ler e expor suas considerações sobre o trabalho.

Não podia deixar de agradecer também à minha prima Joana, que sempre se interessou pelo que faço e me ofereceu sua perspectiva sobre movimentos sociais de anos de luta em sindicatos e no MTST.

Por fim, mas não menos importante, agradeço especialmente ao meu companheiro de vida, Marcelo (Tell), por aguentar minhas neuroses, escutar meus desabafos, e me apoiar nas aflições acadêmicas. Sem você, eu teria desistido no meio do caminho. Nosso companheirismo e risadas conseguem deixar tudo um pouco mais leve.

Não foi fácil conciliar trabalho e estudos em todo esse período, portanto, gostaria de deixar meu abraço aos amigos que fiz em Lavras, Camis, Van, Júnior, Rapha e Ju, Sílvia, André, Andressa e Potatoes, pelos momentos de descontração que nos lembram que a vida não se trata somente de trabalhar e estudar.

Cento e vinte anos atrás, um outro homem nasceu num país chamado Alemanha – um país que fica do outro lado do oceano Atlântico. Esse homem compreendia as coisas como Jesus compreendia, mas seus pensamentos não estavam voltados para o céu, nem para o futuro, nem para os mortos. Sua missão era para os vivos. Para as grandes massas de seres humanos que trabalham e sofrem e que trabalham até morrer. Para as pessoas que lavam e cozinham, que catam algodão e que trabalham nos tanques de tingimento de ferventes das fábricas, sua missão era para nós, e o nome desse homem era Karl Marx. (Carson McCullers)

RESUMO

Empresas de grande porte têm utilizado plataformas digitais como meio para externalizar seus custos de produção e estabelecer rigorosos mecanismos de controle sob sua força de trabalho, sem ofertar transparência nos mecanismos de precificação dos serviços e remuneração dos colaboradores. Tal prática vem gerando críticas sobretudo em virtude da precarização do trabalho que se exacerba. Nesse compasso, o ideário do cooperativismo ressurgiu como alternativa para viabilizar negócios digitais democráticos e oferecidos pelos próprios prestadores de serviços. Historicamente, essa forma de organização social tem permitido a gestão do trabalho pelos próprios trabalhadores com distribuição de renda e desenvolvimento regional, em diferentes partes do mundo. Essa capacidade pode vir a ser ampliada pela difusão do cooperativismo de plataforma como mecanismo capaz de consorciar diferentes cooperativas mediadas pela utilização de plataformas digitais. No Brasil, o cooperativismo de plataforma é incipiente e possui peculiaridades ligadas ao mercado de trabalho marcadamente informal, além de uma construção cooperativista dual. Desse modo, o presente estudo se propôs a caracterizar empreendimentos de economia solidária plataformizados constituídos no Brasil. Para a consecução de tal objetivo, foram realizadas pesquisa bibliográfica integrativa e bibliométrica, em que foram selecionados 20 artigos em busca na *Web of Science* e Portal de Periódicos da CAPES divididos em quatro categorias de análise, bem como se constatou que se trata de temática de característica multidisciplinar e recente já que grande parte da produção acadêmica despontou entre 2018 e 2020. Este trabalho também mapeou cooperativas e empreendimentos de economia solidária plataformizados existentes no Brasil, constituídos por trabalhadores cuja precarização se exacerbou com as plataformas digitais, além de analisar as postagens em redes sociais de grupos selecionados. A investigação foi realizada na rede de internet e redes sociais, e os grupos encontrados foram divididos em quatro categorias, mobilidade urbana, entregadores de mercadorias, diaristas e rede de apoio, com vistas a facilitar a elaboração de novos estudos e formulação de políticas públicas. Constatou-se que a maior parte das iniciativas se concentram na região Sudeste, que sua emergência ocorreu no contexto urbano e que os grupos escolhidos na categoria entregadores de mercadoria e rede de apoio apresentam postagens nas redes mais consentâneas com os princípios da economia solidária e categorias de análise da cidadania deliberativa. Além disso, grupos mais vulneráveis utilizam o aplicativo de telefone *whatsapp* para gerenciar o trabalho e contatar clientes, o que serviu de inspiração para elaboração de uma cartilha de constituição de um empreendimento de economia solidária plataformizado para distribuição em comunidades carentes e economicamente vulneráveis. Os resultados indicam a necessidade de um novo mapeamento da economia solidária no Brasil que inclua as iniciativas plataformizadas, bem como sua investigação nas redes sociais para formulação de políticas públicas. Sugere-se, ainda, que tais políticas levem em consideração a informalidade do mercado de trabalho brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Cooperativismo de plataforma. Empreendimentos de economia solidária. Plataformas digitais. Precarização do trabalho.

ABSTRACT

Big techs have used digital platforms as a means to outsource their production costs and establish strict control mechanisms over their workforce, without offering transparency in service pricing mechanisms and employee remuneration. This practice has been generating criticism mainly due to the increasingly precariousness of work conditions. Moreover, the idea of cooperativism reappears as an alternative to enable democratic digital businesses offered by the service providers themselves. Historically, this form of social organization has allowed worldwide management of work by the workers with income distribution and regional development. This capacity can be expanded by the dissemination of platform cooperativism as a mechanism capable of bringing together different cooperatives using digital platforms. In Brazil, platform cooperativism is commencing and has peculiarities linked to the markedly informal labor market, in addition to a dual cooperative construction. Thus, the present study proposed to characterize platform-based solidarity economy enterprises established in Brazil. To achieve this objective, an integrative and bibliometric bibliographical research was carried out, in which 20 articles were selected by searching the Web of Science and the CAPES Periodicals Portal divided into four categories of analysis, as well as it was found that this is a multidisciplinary and recent theme, since a large number of part of the academic production emerged between 2018 and 2020. We mapped cooperatives and platformized solidarity economy enterprises existing in Brazil, made up of workers whose precariousness was boosted by digital platforms. In addition we analyzed posts on social media by selected groups. The investigation was carried out on the internet and social networks, and we divided the groups found into four categories, urban mobility, couriers, maids and supportive network, in order to ease the development of new studies and formulation of public policies. The groups found were divided into four categories, urban mobility, couriers, maids and support network. We found that most of the initiatives are located in the Southeast region, that their emergence took place in areas and that the groups chosen in the courier and support network categories present posts in social media that are lined up with the principles of the solidarity economy and categories of analysis of deliberative citizenship. In addition, more vulnerable groups use the whatsapp phone application to manage work and contact customers. This served as inspiration for the creation of a booklet on the constitution of a platform EES for distribution in needy and economically vulnerable communities. The results indicate the need for a new mapping of the solidarity economy in Brazil that includes platform initiatives, as well as their investigation in social networks for the formulation of public policies. It is also suggested that such policies take into account the informality of the Brazilian labor market.

KEYWORDS: Platform cooperativism. Solidarity economy enterprises. Digital platforms, Precarious work.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 – Fluxograma das etapas de seleção dos artigos da pesquisa bibliográfica | 46 |
| Figura 2 – Análise de cluster realizada a partir das palavras-chaves oriundas dos resultados da pesquisa na <i>Web of Science</i> | 79 |
| Figura 3 – Representação dos resultados da pesquisa bibliométrica realizada na <i>Web of Science</i> | 80 |
| Figura 4 – Distribuição do número de artigos científicos e citações no período de 2018 a 2023 | 81 |
| Figura 5 – Porcentagem das postagens dos grupos selecionados | 91 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1: Protocolo de pesquisa | 45 |
| Tabela 2: Artigos selecionados na base de dados <i>Web of Science</i> | 59 |
| Tabela 3: Artigos selecionados na base Portal de Periódicos da Capes | 62 |
| Tabela 4: Categorias de análise dos artigos selecionados | 63 |
| Tabela 5: Etapas da pesquisa bibliométrica realizada no portal de periódicos Capes..... | 75 |
| Tabela 6: Lista de assuntos resultantes da pesquisa no portal de periódicos Capes..... | 76 |
| Tabela 7: Etapas da pesquisa bibliométrica realizada na <i>Web of Science</i> | 78 |
| Tabela 8: Mobilidade urbana | 83 |
| Tabela 9: Entregadores de mercadorias | 85 |
| Tabela 10: Diaristas | 87 |
| Tabela 11: Rede de apoio | 87 |
| Tabela 12: Distribuição das postagens dos grupos escolhidos | 90 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1 – Categorias e critérios de análise da Cidadania Deliberativa | 29 |
| Quadro 2 - Categorias teóricas, critérios de análise da Cidadania Deliberativa e princípios do cooperativismo de plataforma | 51 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|------------------|--|
| ADS | Agência de Desenvolvimento Solidário |
| ANTEAG | Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária |
| CNBB | Conselho Nacional dos Bispos do Brasil |
| CPA | Cooperativas de Produção Agropecuária |
| CUT | Central Única dos Trabalhadores |
| EES | Empreendimento de Economia Solidária |
| EJA | Educação de Jovens e Adultos |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| INCUBACOOOP UFLA | Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Lavras |
| ITCP | Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares |
| LGBTQIA+ | Lésbicas, gays, bissexuais, transgênero, queer, intersexo, assexual e outras identidades de gênero e orientações sexuais |
| MST | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra |
| MTE | Ministério do Trabalho e Emprego |
| MTST | Movimento dos Trabalhadores Sem Terra |
| OCB | Organização das Cooperativas Brasileiras |
| OIT | Organização Internacional do Trabalho |
| PESD | Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento |
| PNAD | Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios |
| PRONAF | Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar |
| PRONINC | Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares |
| SENAES | Secretaria Nacional de Economia Solidária |
| TIC | Tecnologia da Informação e Comunicação |

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 14 |
| 2 REFERENCIAL TEÓRICO..... | 18 |
| 2.1 Cooperativismo: conceitos e origens..... | 18 |
| 2.2 Economia Solidária: conceitos e origens..... | 21 |
| 2.3 Políticas Públicas para a economia solidária..... | 25 |
| 2.4 Cidadania Deliberativa em Cooperativas e Empreendimentos de Economia Solidária..... | 28 |
| 2.5 Reorganização produtiva por meio das plataformas digitais..... | 33 |
| 2.6 As cooperativas de plataforma no Brasil: referências conceituais e práticas de cooperação..... | 37 |
| 2.7 Formas emergentes de cooperação e seu potencial para o cooperativismo de plataforma..... | 40 |
| 3. METODOLOGIA..... | 43 |
| 3.1 Tipo e natureza da pesquisa..... | 43 |
| 3.2 Pesquisa Bibliográfica..... | 43 |
| 3.3 Pesquisa Bibliométrica..... | 47 |
| 3.4 Mapeamento..... | 48 |
| 3.5 Investigação em redes Sociais..... | 50 |
| 3.6 Elaboração da cartilha..... | 55 |
| 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES..... | 58 |
| 4.1 Pesquisa Bibliográfica..... | 58 |
| 4.1.1 Descrição dos artigos selecionados..... | 58 |
| 4.1.2 Categorias de análise dos artigos selecionados..... | 63 |
| 4.2 Pesquisa Bibliométrica..... | 74 |
| 4.3 Mapeamento..... | 82 |

| | |
|--|-----|
| 4.4 Investigação em Redes Sociais..... | 89 |
| 4.5 Cartilha | 93 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 96 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 100 |
| ANEXO I..... | 109 |
| ANEXO II | 124 |
| ANEXO III..... | 128 |

1 INTRODUÇÃO

No ano de 2019, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicava a existência de 23,779 milhões de autônomos no Brasil. De lá para cá, esse número cresceu tendo alcançado o número recorde de 24,8 milhões de pessoas no segundo trimestre de 2021 (LAPA, 2021). Dentro desse contingente populacional, milhões de trabalhadores vêm se utilizando de plataformas digitais para obter renda. Grande parte deles envolvidos com atividades de entrega de mercadorias pela utilização de aplicativos como *uber*, *ifood*, *loggi*.

Neste sentido, a “Locomotiva Instituto de Pesquisa”, numa análise de dados referentes ao ano de 2019, apontou que 23,1% dos trabalhadores autônomos – 5,5 milhões pessoas – realizavam entregas, sendo que 90% deles apenas utilizavam plataformas digitais e desses 88% configuravam a principal fonte de renda do domicílio (RINALDI, 2019). Em sentido complementar a este, estimativas da PNAD Contínua, realizada entre o primeiro trimestre de 2016 e segundo trimestre de 2021, indicam que apenas 5% dos trabalhadores nos setores de transporte de passageiros e de mercadorias utilizam tal ocupação como fonte secundária de renda (GÓES; FIRMINO; MARTINS, 2021).

Em outro giro de análise, estimativas da PNAD Covid-19 - pesquisa mensal elaborada em caráter emergencial durante os meses de maio a novembro de 2020 (GÓES; FIRMINO; MARTINS, 2021) – indicaram que do universo pesquisado de trabalhadores por aplicativos e de motoristas, respectivamente, 26% e 36% dos entrevistados realizavam contribuição para a Seguridade Social.

Diante desse cenário, observa-se que a maior parte dos trabalhadores prestadores de serviços por plataformas digitais utiliza-se desses mecanismos tecnológicos como sua principal fonte de renda. De outro lado, observa-se que nem metade deste contingente populacional contribui para a Seguridade Social. É, pois, forçoso reconhecer as condições precarizantes de trabalho a que essa camada da população vem sendo submetida, as quais trazem consigo ainda graves consequências para realizar o desenvolvimento socioeconômico do país. Daí a necessidade de buscar alternativas mais sustentáveis e inclusivas de utilização das plataformas digitais.

Cabe esclarecer que, atualmente, as plataformas digitais são um modelo de negócio baseado em tecnologias, os quais integram “produtos e serviços que trazem para um mesmo ambiente grupos de usuários em dois lados de uma rede” (EISENMANN; PARKER; VAN ALSTYNE, 2008). Os primeiros modelos de plataformas, no entanto,

permitiam a oferta de produtos e serviços, sem interferência de empresas pela conexão entre produtores e consumidores (HAGIU; ALTMAN, 2017).

Esses primeiros modelos ressurgiram dentro do movimento de expansão da internet e das tecnologias de comunicação dando ensejo a economia do compartilhamento; também conhecida como economia colaborativa, consumo colaborativo ou economia entre pares, vez que ficava suprimida a figura da intermediação do negócio.

Segundo Ribeiro (2016, p. 11), essa forma de se organizar em sociedade diz respeito “a antigas práticas de dividir, permutar, trocar ou transacionar produtos e serviços entre pares, porém realizados em espaços muito mais amplos e difusos do que no âmbito de comunidades locais fechadas”. Em estudo dessas práticas, Schor e Attwood (2017) classificam essas organizações em quatro categorias: recirculação de bens, uso expandido de bens duráveis, troca de serviços e compartilhamento de bens produtivos. Em comum, todas essas práticas reduzem os custos de transação e estabelecem contato direto entre as partes interessadas permitindo a realização de trocas mais justas.

Na “recirculação de bens” o objetivo é a venda de produtos usados por preço mais acessível, tal como ocorre em websites como *ebay*. No “uso expandido de bens duráveis” o objetivo é compartilhamento de produtos duráveis e não utilizados em sua totalidade (quartos extras, compartilhamento de maquinário, cortadores de grama) dentro de uma comunidade. Já na “troca de serviços” o objetivo é intercambiar a prestação de serviços reduzindo custos e conferindo oportunidade para desempregados. A título de exemplo, cita-se o website *migalhas e jusbrasil* que colocam em contato correspondentes jurídicos, por todo o Brasil, para realização de diligências processuais. Por fim, no “compartilhamento de bens produtivos” o objetivo é partilhar bens e/ou espaços para possibilitar a produção, em vez do consumo. A título de exemplo, citam-se websites como *udemy* e *italki* que são espaços digitais onde profissionais podem oferecer cursos online.

Ocorre, entretanto, que grandes empresas rapidamente apropriaram-se dessa forma de organização das trocas sociais e estabeleceram rigorosos mecanismos de controle sobre o processo produtivo. Graças à utilização das plataformas digitais, tem sido possível crescentemente externalizar os custos empresariais para os próprios trabalhadores, melhorar eficiência logística empresarial, reduzir a transparência dos mecanismos de precificação e estabelecer formas de gestão e de remuneração dos trabalhadores à margem de regulações legais.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) alerta, todavia, que a economia de plataforma nos termos como vem sendo operada por empresas transnacionais tem implicado em perdas substanciais de direitos trabalhistas e pode levar à perda de longo prazo das capacidades produtivas locais. Em contraposição, o estudo sugere a utilização de modelos alternativos de plataformas digitais para recuperar valor para os trabalhadores, os quais devem priorizar a distribuição equitativa entre os proprietários e seus trabalhadores em modelos de negócios de plataforma (GURUMURTHY; CHAMI; DEEPTI, 2021). A partir deste estudo e daqueles realizados por Scholz (2016a), é possível sustentar que o ideário do cooperativismo ressurge como alternativa para viabilizar negócios digitais mais democráticos e oferecidos pelos próprios prestadores de serviços.

As cooperativas são historicamente práticas sociais que têm realizado a distribuição de renda e o desenvolvimento regional em diferentes partes do mundo. Essa capacidade pode vir a ser ampliada pela difusão do cooperativismo de plataforma como mecanismo capaz de consorciar diferentes cooperativas mediadas pela utilização de plataformas digitais, além de promover condições mais justas de trabalho, com modelos autogestionários valendo-se dos meios digitais. Nesse sentido, alguns estudos indicam como diferenciais dessa prática: a oferta de postos de trabalho mais dignos, ganhos de produtividade, estabelecimento de negócios mais resilientes, menor rotatividade da força de trabalho, maior transparência, realização de pagamentos justos, além de gestão democrática das sobras oriundas do trabalho dos cooperados (GURUMURTHY; CHAMI; DEEPTI, 2021).

O maior ou menor alcance desses resultados está relacionado às diferentes tendências e formas de organização dos movimentos cooperativistas, existindo desde aqueles com características mais empresariais até aqueles voltados à economia solidária e direcionados a setores populares e grupos vulnerabilizados de trabalhadores. Em ambos os casos, as plataformas digitais podem constituir um meio para viabilizar o gerenciamento do trabalho e conexão com os tomadores de seus serviços.

Contudo, o movimento cooperativista no Brasil possui característica dual, já que o cooperativismo tradicional, institucionalizado por meio da Organização da Cooperativas Brasileiras (OCB), com característica empresarial e de conformação ao sistema capitalista, ao passo que o cooperativismo popular, consistente em empreendimentos de economia solidária, enfrenta desafios de sobrevivência e dificuldades financeiras (RIOS, 2007). Assim, a construção legislativa acerca das cooperativas de trabalho, Lei 12.690/12 (BRASIL, 2012), não favorece a formalização de

cooperativas ao estender aos associados garantias trabalhistas que inviabiliza financeiramente empreendimentos constituídos em contextos de vulnerabilidade econômica e social. Da mesma forma, a disposição normativa sobre a contribuição cooperativa, art. 108 da Lei 5.764/1971 (BRASIL, 1971).

Nesse sentido, coloca-se como pergunta de pesquisa: Como se caracteriza o cooperativismo de plataforma e a economia solidária plataformizada no Brasil? Nesse compasso, impõe-se a análise do estado da arte sobre a produção acadêmica acerca do cooperativismo de plataforma no Brasil e no exterior, bem como mapeamento das iniciativas existentes e análise das postagens em redes sociais com base em categorias de análise da cidadania deliberativa.

A cidadania deliberativa parte de processos de discussão, orientados por princípios de inclusão, pluralismo, igualdade participativa, autonomia e bem comum, as quais têm, por fim último, a promoção do exercício da cidadania (TENÓRIO, 2016). Fundamenta-se na teoria da ação comunicativa de Habermas (2011a), como processos de formação democrática de opiniões e disposição política. Assim, trata-se de maneira de conferir legitimidade ao processo decisório em cooperativas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção será apresentada a base teórica relacionada aos conceitos abordados na pesquisa, considerando a pesquisa bibliográfica realizada.

2.1 Cooperativismo: conceitos e origens

O cooperativismo surgiu nos movimentos de resistência operária contra a exploração capitalista ao longo dos séculos XIX e XX. Sua mais importante contribuição é fruto da iniciativa de Robert Owen, o qual logrou testar suas propostas em sua indústria têxtil e posteriormente fundou a colônia cooperativa, New Harmony, nos EUA, além de outros experimentos sociais, como a criação de moeda social na Labor Exchange em 1832. Posteriormente, as cooperativas de consumo obtiveram êxito comercial e social e se expandiram rapidamente na Inglaterra e na Europa. Os Probos de Rochdale, cooperativa de consumo de Manchester, elaboraram as regras de conduta ética de seus participantes, as quais deram origem aos princípios cooperativistas (SINGER, 2018).

A partir da melhoria das condições de vida dos trabalhadores, com reconhecimento dos sindicatos e do direito de greve, incremento salarial, diminuição da jornada de trabalho e conquista do sufrágio universal, e, por fim, o pleno emprego pós Segunda Guerra Mundial, o interesse dos trabalhadores pela autogestão diminuiu. (SINGER, 2018). Nesse sentido, o autor destaca que o cooperativismo perdeu força nos países centrais entre as décadas de 1940 e 1970, na medida em que os trabalhadores se acomodaram em trabalhos assalariados (SINGER, 2002).

As sociedades cooperativas consistem na associação de pessoas, que se unem para exploração de empreendimento com finalidade de aprimoramento social e econômico de seus membros, tendo por base ajuda mínima e fundadas em princípios, tais como, livre adesão, fomento da educação cooperativa, administração democrática, entre outros (POLONIO, 1999).

Pereira e Cançado (2018, p. 10), consideram que as cooperativas são organizações que “se aproximam do interesse público a partir da realização do bem comum, mesmo sendo uma organização de natureza privada, pois os ganhos privados resultam do trabalho dos próprios associados, e não pela exploração do trabalho alheio”. Para esses autores há três concepções básicas de abordagens de cooperativas: social-reformista; trabalhista ou transformação social; técnico-econômica.

A abordagem social-reformista se funda na ideologia de Fourier e Owen, segundo a qual a cooperativa não sofreria influências externas da sociedade capitalista, constituindo-se como uma comunidade autossuficiente. Nessa vertente, os cooperados se unem em virtude de objetivos, necessidades e problemas em comum, em ajuda mútua, baseados na solidariedade, liberdade igualdade e justiça social. De acordo com Pereira e Cançado (2018, p.88) nesta perspectiva, a cooperativa pode ser conceituada como:

uma associação de pessoas, usualmente com recursos limitados, que se dispõem a trabalhar juntas e de forma contínua, possuem um ou mais interesses comuns e que, por estes motivos, formam uma organização democraticamente controlada, em que custos, riscos e benefícios são equitativamente divididos entre os membros (VERHAGEN, 1984, p.19).

A abordagem trabalhista ou de transformação social se funda nas ideias de uma sociedade socialista, em que as cooperativas atuam como meios de socializar a produção e a distribuição, transformando a própria base da sociedade capitalista. Exemplos dessas cooperativas no Brasil são as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA) organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Na abordagem técnico-econômica a cooperativa é considerada como meio de adaptação ao sistema capitalista, um meio de ajustamento da concepção social reformista à realidade do sistema capitalista, tais como aquelas organizadas pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

Essas três formas de abordagem cooperativistas estão fundamentadas nos princípios universais do cooperativismo, relacionadas de forma breve: adesão voluntária e livre, a qual veda qualquer tipo de coação para se associar ou permanecer associado a uma cooperativa e permite que qualquer pessoa se associe; gestão democrática, que consiste na participação e deliberação, em processo dialógico e democrático em todos os espaços de organização da cooperativa e atua para a formação cidadã dos associados; participação econômica dos sócios, que se refere à integralização do capital social, em quota parte, e forma equânime para cada associado; autonomia e independência, como capacidade de autogestão, sem interferências externas, de forma livre e soberana; educação, formação e informação, consubstanciada não somente na educação cooperativista para endossar os princípios cooperativistas, como formação profissional e da comunidade; intercooperação, no sentido de cooperação e trocas de saberes entre cooperativas; preocupação com a comunidade, o qual interage com o interesse público e

bem-estar da sociedade, como preservação do meio-ambiente, direitos de minorias e preservação do patrimônio público (PEREIRA, CANÇADO, 2018).

No Brasil, o cooperativismo surgiu no final do século XIX e se desenvolveu ao longo do século XX com imigrantes europeus, tomando a forma de cooperativas de consumo nas cidades e agrícolas no meio rural (SINGER, 2002).

Segundo Rios (2007), o movimento cooperativista no Brasil tem uma característica dual, em que surge da iniciativa das elites econômicas e políticas num contexto de domínio de exportações agrícolas, desassociada do movimento cooperativista europeu de conquista de direitos. Ao revés, possui forte característica intervencionista, de controle social, mediante importação de métodos associativistas europeus aplicados, sobretudo no meio rural, com inspirações corporativistas, o que também ocorreu no mesmo período com o movimento sindical na década de 30 do século XX. Noutro giro, o cooperativismo informal¹ surgiu de práticas coletivas que observaram os princípios cooperativistas do século XIX, atrelados aos movimentos sociais e que ganhou força a partir da década de 1980.

A institucionalização levada a cabo a partir da década de 1930 tinha por finalidade o controle e intervenção do Estado. Nesse sentido, o Decreto nº 23.611/33 (BRASIL, 1933) vinculava a constituição de cooperativas à criação de consórcio profissionais. Também importa observar que as edições legislativas sempre contaram com o auxílio de representantes do setor agropecuário. A título de exemplo, a definição legal das cooperativas foi editada no Decreto nº 22.239/32 (BRASIL, 1932), mediante estudos técnicos do Ministério da Agricultura.

Tal legislação influenciou a edição da Lei nº 5.764/71 (BRASIL, 1971), a qual reforçou o papel da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), criada em 1969, como representante dos interesses do cooperativismo brasileiro e prosseguiu com o processo de controle social e implementação de política econômica voltada ao setor agropecuário (ZANATTA, 2022). Desse modo, a criação de cooperativas estaria vinculada ao registro no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e na OCB, a qual também teria papel fiscalizador do cooperativismo e contaria com recursos financeiros oriundos das cooperativas.

A esse respeito, Silva (2006) destaca que:

¹ O termo foi utilizado para distinguir o movimento cooperativista desatrelado do movimento institucionalizado ligado à OCB.

Com a restrição ou eliminação dos espaços autônomos da sociedade civil contrários ao regime militar, o governo, no caso específico do campo, transforma o cooperativismo no único canal político efetivo de representação dos interesses das massas trabalhadoras rurais, reforçado e garantindo o poder de vigilância pela forma de representação, a qual foi atribuída à OCB (SILVA, 2006, pag. 77).

Além disso, a OCB passou a organizar o cooperativismo brasileiro em ramos, conforme Resolução OCB nº 56/2019, quais sejam: agropecuário, consumo, crédito, infraestrutura, trabalho, produção de bens e serviços, saúde e transporte².

Observa-se que com a consolidação da OCB como representante dos interesses do cooperativismo brasileiro, surgiram duas vertentes distintas e divergentes quanto ao movimento cooperativista: a primeira com características empresariais, como empreendimento econômico, pragmática e institucionalizada ligada à OCB, e a segunda com características de transformação social, ligadas a movimentos sociais, de orientação marxista, consubstanciados em empreendimentos de economia solidária.

2.2 Economia Solidária: conceitos e origens

A conceituação de economia solidária passa por diversas concepções e ainda carece de consenso sobre sua definição e quais entidades a compõem (PINHEIRO, 2013).

França Filho (2002) constrói o termo distinguindo-o da conceituação abrangente de entidades do terceiro setor, terminologia herdada dos norte-americanos, ligada à filantropia, destituída de relação do Estado como promotor de políticas sociais, e atuando para suprir as falhas geradas pelo mercado.

De outro lado, autores como Laville (2000) optam pela utilização da terminologia economia social, a qual parte de uma relação de interatividade histórica e permanente com o Estado, ao contrário da experiência norte-americana. As primeiras experiências associativistas no século XIX introduziram a noção de solidariedade em funções redistributivas do Estado, o qual, por um lado, institucionalizou e reconheceu tais iniciativas e, por outro, também se apropriou delas. Essa institucionalização gradativamente fez com essas experiências assumissem características burocráticas e

² A cartilha com os ramos do cooperativismo pode ser obtida em:
<https://somoscooperativismo.coop.br/publicacao/57/ramos-do-cooperativismo>

mercadológicas, de modo que a perspectiva política deu lugar à dimensão técnica, tornando-as semelhantes a empresas privadas (FRANÇA FILHO, 2002).

Em razão dessas características, a demarcação da terminologia economia solidária se distingue em virtude de sua dimensão política. Portanto, França Filho (2002) define a economia solidária como experiências que se fundam no desenvolvimento de atividades econômicas para consecução de finalidades sociais e promoção da cidadania. Nesse sentido, a economia solidária seria forma de renovação e atualização histórica da economia social.

Embora a superação de condições de vida e enfrentamento do desemprego sejam fatores preponderantes na construção do conceito, para Laville, (FRANÇA FILHO, LAVILLE, 2004) a dimensão política se apresenta numa forma de sociabilidade que se vincula a um projeto coletivo e confere ao emprego um sentido distinto, destituído de um fim em si mesmo.

Segundo Coraggio (2002), a economia solidária trata de projeto político de transformação, fundando-se na possibilidade de desenvolvimento de outra economia, a qual requer modificações na qualidade das relações entre unidades domésticas. Tais modificações devem ser construídas de forma democrática, com apoio do Estado.

Já Gaiger (2006) entende a economia solidária como um fenômeno e destaca seu poder emancipatório, mas manifesta sua descrença na expansão e replicação dos empreendimentos de modo a se tornar hegemônico. Contudo, sugere que os empreendimentos busquem extrair do sistema capitalista suas técnicas produtivas, confrontar os empreendimentos capitalistas com vistas a comprovar a superioridade do trabalho associado e resistir às pressões econômicas com instrumentos de proteção.

Também se destaca no Brasil a produção acadêmica nas obras de Paul Singer ante seu histórico de envolvimento em lutas sindicais e executor de políticas públicas de cunho social. Para este autor, a economia solidária, funda-se na tese de que as contradições do sistema capitalista oportunizam novos arranjos econômicos de cunho solidário, numa lógica oposta ao modo de produção predominante (SINGER, 2002).

Essa pluralidade de conceitos evidencia o desafio consistente na tentativa de identificar, mapear e compreender entidades e práticas que pertencem ou não ao campo da economia solidária.

Há algum consenso, todavia, no que diz respeito à origem do termo, pelo menos no que se refere aos autores latino-americanos. O termo foi utilizado pela primeira pelo autor chileno Luiz Razeto (PINHEIRO, 2013), que, por sua vez, atribui a origem a um

fórum de trabalhadores em 1980, em que uma militante clamou a necessidade de se criar uma economia alternativa (RAZETO, 2010).

Quanto às características da economia solidária, segundo Singer e Souza (2000) indicam gestão democrática, posse coletiva dos meios de produção, repartição de receitas entre os associados e destinação das sobras aos associados. Na mesma toada, Gaiger (2006) elenca a autogestão, democracia participativa, igualdade, cooperação, responsabilidade social, autossustentação e desenvolvimento humano.

A autogestão consiste na participação das decisões da organização em situação de igualdade de direitos, tal igualdade também diz respeito à propriedade e repartição do capital. Sob esse prisma, sociedades cooperativas são a forma clássica de empreendimentos de economia solidária por serem organizações autogestionárias, democráticas e solidárias. Entretanto, por motivos diversos, a forma societária adotada é substituída ou nem sempre tais empreendimentos são formalizados (SINGER, 2018).

A gestão democrática, por sua vez, concretiza-se no primado da igualdade entre os integrantes independente da quantidade de quotas-partes ou seu tempo de permanência no empreendimento. Nesse sentido, todos possuem igual poder de decisão, o que distingue essas iniciativas de qualquer outro tipo de organização. Ressalta-se que a igualdade deve ser encarada não somente de maneira formal, mas com efetiva participação dos associados tanto nas esferas institucionalizadas, como em todos os espaços da organização de maneira dialógica (PEREIRA; CANÇADO, 2018).

A responsabilidade social se traduz na preocupação da organização com a comunidade que a cerca, em convergência com o interesse público e realização do bem comum. Nesse sentido, essas organizações podem contribuir não somente na luta por direitos, mediante participação cidadã, mas auxilia na preservação do meio-ambiente e defesa de minorias (PEREIRA; CANÇADO, 2018).

Todos esses princípios conjugados contribuem para o desenvolvimento humano, na criação de consciência política e emancipação dos sujeitos envolvidos (CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2011).

Dessa forma, para Singer (2002), empreendimentos de economia solidária podem abarcar cooperativas, associações, clubes de trocas, empresas ocupadas, associações de consumo solidário, redes solidárias, incubadoras, finanças solidárias, grupos de pesquisa e fóruns, políticas de governo que se pautem na defesa da autogestão. Assim, importa ressaltar as várias entidades que podem compor a economia solidária, não se resumindo este grupo somente aos empreendimentos em si e abarcando a rede de apoio e fomento

que auxiliem na construção de grupos autogestionários, insculpidos em princípios solidários. Nesse sentido, para Singer, o modo de organização prevalece sobre a forma societária adotada.

No que se refere ao seu ressurgimento das cooperativas nas décadas de 1970 e 1980, ante o recrudescimento do desemprego e perda de direitos sociais, cada país apresenta suas peculiaridades quanto ao período de sua ocorrência.

No Brasil, as origens de empreendimentos de economia solidária (EES) se entrelaçam ao cooperativismo emergente do fim do século XIX, o qual se desenvolveu com os imigrantes europeus no século XX, em cooperativas de consumo nas cidades e cooperativas agropecuárias no campo (SINGER, 2002). Seu ressurgimento ocorreu na década de 1980 e impulsionou na década de 1990, como resultado de movimentações sociais de reação ao desemprego em massa com a abertura do mercado interno. Nesse sentido, importa destacar emergência de entidades de apoio e fomento no período, tais como: ANTEAG, Rede de ITCPs, Rede UNITRABALHO, dentre outras.

Em 1994, foi criada a ANTEAG, Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária, para assessorar e representar empresas industriais autogestionárias que surgiram no período (VIEITEZ; DAL RI, 2004).

No mesmo período, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) organizou as famílias assentadas pela política de reforma agrária em cooperativas e proveem educação cooperativista em escolas de formação. Nas universidades, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) se dedicam a auxiliar a população vulnerável em cooperativas, com apoio de gestão e jurídico.

Em 1999, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) fundou a ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário, cujo objetivo é auxiliar a constituição e desenvolvimento de empreendimentos de economia solidária e autogestionários³. O movimento sindical também formou a Unisol Cooperativas, cuja missão consiste em “organizar, representar e articular, de forma ampla e transparente, as cooperativas, associações e outros empreendimentos autogestionários da economia solidária, promovendo a interoperação, a igualdade social e econômica, a dignidade humana e o desenvolvimento sustentável”⁴.

Por fim, cumpre destacar o papel de outras entidades fomentadoras, como a Cáritas, órgão da CNBB, Conselho Nacional de Bispos do Brasil (SINGER, 2018).

³ <https://www.desenvolvimentosolidario.org.br/institucional> acessado em 11/03/2023

⁴ <http://portal.unisolbrasil.org.br/> acesso em 11/03/2023

2.3 Políticas Públicas para a economia solidária

Em 2003, a economia solidária ingressou efetivamente no radar de políticas públicas com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) dentro da estrutura organizativa do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), cuja finalidade era fortalecer projetos sociais ligados à geração de trabalho e renda. Foi criado, no mesmo período o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), cujo objetivo era a articulação de práticas e experiências já existentes de EES. O fórum reuniu diversos representantes do setor dos meios urbano e rural, estudantes, igrejas, agentes governamentais que atuam em políticas sociais, igrejas, sindicatos e universidades e foi ponto de partida para criação de grupos de trabalho e idealização de políticas públicas para o setor e mapeamento que seria realizado posteriormente.

Somente no ano seguinte, 2004, a Secretaria obteve recursos orçamentários para iniciar o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento (PESD) e, portanto, efetivamente institucionalizar políticas de redução de desigualdades, inclusão social e estímulo ao desenvolvimento local sustentável (GERUZA, 2008).

Nesse contexto, Geruza (2008) também apontou de forma crítica o protagonismo de políticas públicas no âmbito do MTE quase totalmente voltados para o trabalho formal, o que contrasta com a característica marcadamente informal do mercado de trabalho brasileiro⁵.

Ainda, é importante ressaltar que para o ano de 2015 economia solidária movimentava cerca de R\$ 177 bilhões por ano⁶ (DIEESE, 2015), portanto, seu papel econômico não pode ser desprezado. Assim, é possível notar a discrepância entre a orientação das políticas ministeriais e os números do trabalho informal no Brasil e o potencial da economia solidária.

Isso também se observa nas criações legislativas, sobretudo na Lei nº 12.690/12 (BRASIL, 2012), que regulamenta as cooperativas de trabalho, a qual cuidou de conferir direitos de trabalhadores formais aos cooperados, ignorando as dificuldades financeiras das cooperativas e revelando o receio da constituição de falsas cooperativas.

⁵ Atualmente a taxa de informalidade em 2022 atingiu cerca de 40% da população ocupada, cf informação obtida em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/07/29/pais-atinge-recorde-de-numero-de-trabalhadores-informais-no-2o-trimestre-diz-ibge.ghtml> acesso em 14/01/2023.

⁶ Não foram encontrados dados mais atuais a esse respeito.

Em 2004, a SENAES realizou o I Encontro Nacional de Economia Solidária, em que foi possível conhecer 1400 representantes de empreendimentos de economia solidária, incubadoras e movimentos sociais. O encontro também foi importante para inserir a SENAES na realidade dos empreendimentos, além de auxiliar na elaboração de estratégias para condução das políticas públicas em comunidades pobres. Importa destacar a complexidade da implementação de tais políticas, em virtude do seu caráter transversal e envolvimento de diversos ministérios, além da participação de governos estaduais e municipais. Destacam-se, a título de exemplo, os créditos públicos subsidiados pelo PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar -, ensino da economia solidária nas EJAs (Educação de Jovens e Adultos), o Proninc – Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – para formação de incubadoras de cooperativas em universidades e institutos federais, com inserção, mediante parceria com o Ministério da Justiça, em penitenciárias (SINGER, 2018).

Em 2005, foi realizado o primeiro Mapeamento Nacional de economia solidária, complementado em 2007, o qual ofereceu base empírica inédita na ocasião. Em 2013, foi finalizado o segundo mapeamento, em que se constatou o predomínio de associações, com cerca de 60% dos empreendimentos, ao qual se seguem iniciativas informais, isto é, sem qualquer registro perante órgãos públicos, com 30,54%. As cooperativas, por sua vez, representam 8,83% dos empreendimentos (NOGUEIRA SILVA; ANTONIO KAPPES, 2016). Cabe destacar o número expressivo de iniciativas informais, na medida em que exclui desses grupos a possibilidade de participação em editais públicos e acesso a recursos privados (GAIGER, 2013).

Contudo, quase 10 anos depois, ainda não foi realizado o terceiro mapeamento das iniciativas de economia solidária no país. Cumpre destacar a importância do mapeamento para orientar os gestores públicos na formulação de políticas públicas. No entanto, após a obtenção de dados fundamentais para o setor, no quadriênio seguinte houve encolhimento das políticas voltadas para a economia solidária.

Com efeito, o Plano Plurianual de 2012-2015 apresentou uma redução drástica nos programas, de modo que quase metade do orçamento da SENAES foi direcionado ao fomento de cooperativas atuantes com resíduos sólidos (SILVA PEREIRA, 2018).

Em 2015, a fusão do Ministério do Trabalho com o Ministério da Previdência Social, apesar de ter mantido o status de secretaria da SENAES, alterou a gestão de seus programas. A reorganização ministerial de 2016, após o *impeachment* de Dilma Rousseff, transformou a SENAES em subsecretaria agora vinculada ao gabinete do Ministro do

Trabalho e, por conseguinte, acarretou a saída de Paul Singer, bem como de gestores e técnicos já afeitos à condução de políticas públicas do setor.

Por fim, com a extinção do Ministério do Trabalho na gestão de Jair Bolsonaro a SENAES foi transformada em departamento vinculado ao Ministério da Cidadania, associada à Secretaria de Inclusão Social e Produtiva Urbana⁷.

A esse respeito, Castilho (2020) aponta a cisão ocorrida a partir de tais alterações, uma vez que o setor rural foi vinculado ao Ministério da Agricultura, ao passo que a SENAES foi vinculada à Secretaria de cunho urbano. Tal fragmentação, segundo a autora, limita o alcance das políticas públicas integradas e torna deficiente a representação da pluralidade de iniciativas existentes. Nesse sentido, conclui que a economia solidária passa por um período de crise e sugere que o Estado reconheça legalmente a existência desses empreendimentos para formulação de políticas públicas (CASTILHO, 2020).

Com efeito, os avanços obtidos com os mapeamentos e criação da SENAES permitiram ao Estado reconhecer a existência de empreendimentos de economia solidária e conferir a eles algum protagonismo no que se refere à destinação de políticas públicas. No entanto, tais avanços não se traduziram em reconhecimento legal, apesar da existência de projeto de lei em tramitação⁸. A esse respeito, as legislações existentes são escassas e foram criadas no âmbito de Estados e municípios, (SIQUEIRA NETO; MENEZES, 2018) após a década de 2000, momento a partir do qual o termo passou a se inserir de forma consistente, sem, contudo, conferir-lhes forma jurídica (PITA, 2020).

Desse modo, é possível concluir que as políticas de incentivo à Economia Solidária passam por longo período de recessão, colocando em risco os avanços obtidos em gestões anteriores.

⁷ <http://www.cefuria.org.br/2019/02/14/artigo-qual-e-o-ano-novo-para-a-economia-solidario-no-novo-governo> acesso em 11/03/2023. Para mais informações, acessar:

<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-produtiva-urbana/economia-solidaria>

⁸ Projeto de Lei 4685/2012, que dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária, encontra-se pendente de aprovação na Câmara dos Deputados

<https://www.congressonacional.leg.br/materias/materias-bicameras/-/ver/pl-4685-2012> - acessado em 20/12/2022.

2.4 Cidadania Deliberativa em Cooperativas e Empreendimentos de Economia Solidária

Para Tenório (2016), os processos de discussão, orientados por princípios de inclusão, pluralismo, igualdade participativa, autonomia e bem comum trazem legitimidade as deliberações e promovem o exercício da cidadania. Nesse tipo de cidadania, os sujeitos participam de forma deliberativa de uma democracia, decidindo, por meio de seu ato de fala e da formação de uma opinião comum da coletividade da qual faz parte, o seu próprio destino social, enquanto eleitor, trabalhador, consumidor.

A cidadania deliberativa se fundamenta no conceito da ação comunicativa, ato social de interação de ao menos dois sujeitos, no exercício da linguagem e ação, numa relação interpessoal (HABERMAS, 2011). A ação comunicativa, parte de uma integração social que compreende espaços públicos diversos e autônomos, bem como de processos de formação democrática de opiniões e disposição política, que ocorrem no mundo da vida, o qual se constitui pela cultura, sociedade e personalidade (SALGADO et al., 2019).

Tenório (1998) aponta três modelos normativos de democracia que se relaciona com tipos ideais de cidadão formulados por Habermas: cidadão liberal, o qual possui direitos garantidos pelo Estado em favor de seus interesses privados; cidadão republicano, que faz uso de sua liberdade para defender interesses privados e sua participação se converte num ator político; cidadão como modelo da deliberação, o qual se guia pela racionalidade comunicativa, na busca de entendimento e consenso, em argumentação na comunicação linguística. Este último, parte de um processo político que pode gerar resultados racionais, já que a deliberação se realizou de forma ampla (HABERMAS, 1995).

Neste sentido, o exercício da cidadania deliberativa em cooperativas constitui uma forma de colocar em prática os próprios princípios cooperativistas e de constituir uma efetiva gestão social. Com efeito, a legitimidade do processo decisório serve como referência de autenticidade de cooperativa.

Nesse sentido, Vilella (2012) formulou categorias e critérios de análise da Cidadania Deliberativa, sintetizadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Categorias e critérios de análise da Cidadania Deliberativa (continua)

| Categorias | Critérios de Análise |
|--|---|
| <p>Processos de discussão: discussão de problemas através da autoridade negociada na esfera pública. Pressupõe igualdade de direitos e é entendido como um espaço intersubjetivo e comunicativo que possibilita o entendimento dos atores sociais envolvidos.</p> | <p>Canais de difusão: existência e utilização de canais adequados ao acesso à informação para a mobilização dos potenciais participantes.</p> <p>Qualidade da informação: diversidade, clareza e utilidade da informação proporcionada aos atores envolvidos.</p> <p>Espaços de transversalidade: espaços que atravessam setores no intuito de integrar diferentes pontos de vista.</p> <p>Pluralidade do grupo promotor: compartilhamento da liderança a fim de reunir diferentes potenciais atores.</p> <p>Órgãos existentes: uso de órgãos e estruturas já existentes evitando a duplicação das estruturas.</p> <p>Órgãos de acompanhamento: existência de um órgão que faça o acompanhamento de todo o processo, desde sua elaboração até a implementação, garantindo a coerência e fidelidade ao que foi deliberado de forma participativa.</p> <p>Relação com outros processos participativos: interação com outros sistemas participativos já existentes na região.</p> |
| <p>Inclusão: incorporação de atores individuais e coletivos anteriormente excluídos dos espaços decisórios de políticas públicas</p> | <p>Abertura dos espaços de decisão: processos, mecanismos, instituições que favorecem a articulação dos interesses dos cidadãos ou dos grupos, dando uma chance igual a todos de participação na tomada de decisão.</p> <p>Aceitação social, política e técnica: reconhecimento pelos atores da necessidade de uma metodologia participativa, tanto no âmbito social, quanto no político e no técnico.</p> <p>Valorização cidadã: valorização por parte da cidadania sobre a relevância da sua participação.</p> |

Quadro 1 – Categorias e critérios de análise da Cidadania Deliberativa (continuação)

| Categorias | Critérios de Análise |
|---|--|
| <p>Pluralismo: multiplicidade de atores (poder público, mercado e sociedade civil) que, a partir de seus diferentes pontos de vista, estão envolvidos no processo de tomada de decisão nas políticas públicas.</p> | <p>Participação de diferentes atores: atuação de associações, movimentos e organizações, bem como cidadãos não organizados, envolvidos no processo deliberativo.</p> <p>Perfil dos atores: características dos atores em relação as suas experiências em processos democráticos de participação.</p> |
| <p>Igualdade participativa: isonomia efetiva de atuação nos processos de tomada de decisão nas políticas públicas.</p> | <p>Forma de escolha de representantes: métodos utilizados para a escolha de representantes.</p> <p>Discursos dos representantes: valorização de processos participativos nos discursos exercidos por representantes.</p> <p>Avaliação participativa: intervenção dos participantes no acompanhamento e na avaliação das políticas públicas.</p> |
| <p>Autonomia: apropriação indistinta do poder decisório pelos diferentes atores nas políticas públicas.</p> | <p>Origem das proposições: identificação da iniciativa das proposições e sua congruência com o interesse dos beneficiários das políticas públicas adotadas.</p> <p>Alçada dos atores: intensidade com que as administrações locais, dentro de determinado território, podem intervir na problemática planejada.</p> |

Quadro 1 – Categorias e critérios de análise da Cidadania Deliberativa (conclusão)

| Categorias | Critérios de Análise |
|--|---|
| <p>Autonomia: apropriação indistinta do poder decisório pelos diferentes atores nas políticas públicas.</p> | <p>Perfil da liderança: características da liderança em relação à condução descentralizadora do processo de deliberação e de execução.</p> <p>Possibilidade de exercer a própria vontade: instituições, normas e procedimentos que permitam o exercício da vontade política individual ou coletiva.</p> |
| <p>Bem comum: bem-estar social alcançado através da prática republicana.</p> | <p>Objetivos alcançados: relação entre os objetivos planejados e os realizados.</p> <p>Aprovação cidadã dos resultados: avaliação positiva dos atores sobre os resultados alcançados.</p> |

Fonte: Villela (2012, p. 39-40)

Tais categorias podem ser explanadas de forma sucinta. Os processos de discussão dizem respeito a processos decisórios e de compreensão dos atores sobre os objetos em análise. A inclusão se refere ao envolvimento e à voz de cada ator nos espaços de discussão, bem como sua aceitação e valorização da cidadania. Já o pluralismo trata da identificação dos atores que participam das decisões e descentralização de poderes. A igualdade avalia a isonomia na criação de oportunidades. A autonomia se refere à identificação e resolução de problemas pela própria comunidade. Por fim, o bem comum analisa os benefícios diretos e indiretos relacionados à melhoria de condições de vida dos atores (VILLELA, 2012).

Nesse sentido, tem-se que são compatibilizadas com os princípios universais do cooperativismo e aqueles que caracterizam o cooperativismo de plataforma, já que estas também se fundam na propriedade coletiva, participação democrática dos integrantes, solidariedade, transparência, e gestão coletiva. Assim, convergem numa gestão solidária de cooperativas, em relações de diálogo entre os associados que vivenciam processos de decisão no âmbito do empreendimento.

As práticas da cidadania deliberativa têm sido aplicadas em estudos de gestão social, cuja finalidade é a emancipação social dos atores envolvidos.

Nas palavras de Pereira e Cançado:

Na gestão social o processo gerencial deve ser dialógico e sem coerção, no sentido de alcançar a emancipação social, o que nos remete ao princípio cooperativista da autonomia e independência, que busca preservar o trabalho associado livre das relações de dominação capitalista. A base do processo gerencial dialógico na gestão social é o interesse bem compreendido e o entendimento esclarecido, que dizem respeito à conscientização dos indivíduos e à formação dos sujeitos sociais orientados pela racionalidade comunicativa, o que se mostra plena convergência com o princípio cooperativista da ‘educação, formação e informação’, também fundamentado na racionalidade comunicativa de formação da consciência cidadã dos associados, do caráter ético de suas ações e do compromisso com a verdade e com a transparência dos atos ao tratar dos seus próprios bens comuns. A formação de uma opinião comum entre os associados sobre a própria cooperativa e sobre o ambiente global do cooperativismo constitui outra convergência entre esse princípio e o da gestão social, pautada na racionalidade comunicativa.” (PEREIRA; CARDOSO CANÇADO, 2018, p. 84)

Ressalta-se que a abordagem teórica da gestão social se funda em três fundamentos: a) interesse público bem compreendido, conceito adaptado de Tocqueville no sentido de que a busca do bem comum e autogoverno dos cidadãos com iniciativas associativistas resulta em

melhorias individuais de tal modo que interesses individuais se tornam interesses coletivos; b) esfera pública de Habermas, trata-se, em síntese, de fenômeno social, uma rede de comunicação que deve ser acessível a todos de forma livre, com garantia de igualdade, com interações comunicativas voltadas para questões de interesse geral; c) emancipação conforme tradição marxista no sentido de garantir autonomia ao indivíduo ante as relações de produção capitalista, como motor de forças sociais e conscientização de um ser político (PEREIRA; CARDOSO CANÇADO, 2018).

Por fim, a gestão social de cooperativas contribui para o entendimento dos mecanismos de funcionamento das organizações, sobretudo processos de tomada de decisão coletiva, pautados na transparência e na emancipação como finalidade última (CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2011).

2.5 Reorganização produtiva por meio das plataformas digitais

O processo de obtenção de serviços exercido pelas plataformas digitais foi definido como *crowdsourcing* por Jeff Howe (HOWE, 2008), o qual inaugurou um novo patamar de processos de terceirização⁹, com transferência de custos e responsabilidades para a multidão de usuários e trabalhadores.

Um dos efeitos deletérios dessa transferência é levar à informalidade trabalhos e serviços antes formalmente estabelecidos, com redução de custos para as empresas e perda de direitos para os trabalhadores. Tal efeito pode ser observado no trabalho de motofretistas, taxistas, empregadas domésticas e até mesmo num contexto dissociado do mundo do trabalho, em sentido estrito, como, por exemplo, o aluguel de quartos, casas e apartamentos pelo aplicativo *airbnb*.

Esses efeitos emergem do sequestro das características da denominada *sharing economy*, ou economia colaborativa ou entre pares (DIESTE COBO, 2020a; FRENKEN; SCHOR, 2017; VAN DOORN, 2017) para benefício das plataformas digitais, dando ensejo ao denominado capitalismo de plataforma (FRENKEN, 2017) ou economia de aluguel (SRNICEK, 2016). Inicialmente, consistente no compartilhamento de ativos e serviços entre indivíduos de forma gratuita ou mediante pagamento, coordenado por infraestrutura de rede de internet, a *sharing economy* foi vista como potencial de modificação de paradigma de consumo,

⁹ Termo utilizado em sentido amplo, na medida em que não implica necessariamente transferência entre pessoas jurídicas.

atuando à margem das estruturas mercadológicas, ao mitigar impactos ambientais, promover novas formas de obtenção de trabalho e renda e aptidão para aprimorar características solidárias, colaborativas e de regeneração de comunidades (BOTSMAN, R.; ROGERS, 2010; DIESTE COBO, 2020a). No entanto, o predomínio das *big techs* com interesses mercadológicos afastou tais aptidões e deu lugar à intermediação de serviços travestida dos valores sustentados pela economia colaborativa (SLEE, 2017).

Tal intermediação realizada pelas plataformas digitais conduz ao exame do gerenciamento desses trabalhadores pulverizados e, simultaneamente, administrados de forma centralizada, por meio de extração de dados pela utilização de gerenciamento algorítmico (ABÍLIO, 2021). Neste sentido, a autora esclarece que as empresas ao utilizarem das plataformas digitais não apenas o fazem como meio técnico de viabilização do trabalho, mas somam o exercício do controle da infraestrutura digital com base em dados organizados por algoritmos (ABÍLIO, 2020). Com efeito, essas plataformas são capazes de exercer o controle de trabalhadores dispersos, de modo a promover a informalização e novas formas de terceirização, além de transferências de riscos e custos (ABÍLIO, 2021).

A esse respeito, importa ressaltar o termo capitalismo de vigilância cunhado por Zuboff (2019), em que o monitoramento online, consistente na coleta e monitoramento de dados, com implicações significativas para a vulnerabilidade e controle da privacidade. A autora alerta para o uso de infraestrutura tecnológica para execução de experimentos com usuários e consumidores.

Aparentemente, tal gestão parte de uma suposta neutralidade, que caminha para o equilíbrio entre oferta e demanda de serviços, conforme alegam as empresas-aplicativos (ABÍLIO, 2017), na medida em que se apresentam como simples mediadoras logísticas. No entanto, não existe qualquer clareza quanto ao modo como isso é realizado, tampouco existe liberdade do trabalhador para fixação de preços, sendo certo que o contrato de trabalho¹⁰ se tornou mero contrato de adesão (ABÍLIO, 2020).

O gerenciamento algorítmico do trabalho, em sua vigilância permanente e invisível, torna o trabalhador sempre disponível, sem com isso gerar qualquer obrigação do tomador de serviços (ROSENFELD; ALMEIDA, 2021). Em virtude dessa disponibilidade constante de trabalhadores, De Stefano (2016) cunhou o termo “*work on demand*”, o qual se refere a trabalhos como limpeza, serviços burocráticos (no Brasil chamados tradicionalmente de *office*

¹⁰ O contrato de trabalho mencionado refere-se ao trabalho em sentido amplo, de caráter genérico, aquele caracterizado como essencialmente centrado no labor humano. (DELGADO, 2016, p. 295).

boys) e transportes, oferecidos por aplicativos de telefone, os quais definem padrões mínimos de prestação de serviços para seleção de trabalhadores e seu gerenciamento.

Em igual sentido, o termo *trabalhador just-in-time* definido por Abílio (2021), como aquele que arca todos os custos e riscos da atividade, cuja força de trabalho está sempre à disposição: sem direitos trabalhistas, sem seguridade social e sem qualquer garantia de remuneração. Confirmando essa tendência, a alteração legislativa promovida com a Reforma Trabalhista de 2017 (BRASIL, 2017) legitima a figura do trabalhador sob demanda ao introduzir o contrato de trabalho intermitente¹¹ na relação de emprego.

Essa eterna disponibilidade do trabalhador para execução de serviços que podem surgir a qualquer momento, sujeita-o à constante regime de sobreaviso¹², sem qualquer remuneração desse tempo. Entretanto, é certo que, ainda que não haja demanda, a disponibilidade da multidão é o que torna viável o funcionamento do algoritmo. Nesse sentido, a discussão sobre a jornada de trabalho deve ser considerada e importa destacar a conclusão de Harvey:

Como os trabalhadores não podem trabalhar 24 horas por dia, o sistema de turnos é introduzido e suplementado pelo trabalho noturno e pelo sistema de revezamento. Lembre-se: os trabalhadores não apenas produzem mais-valor, mas reanimam o capital constante. O resultado é o revezamento por meio de turnos. Não há, portanto, uma “jornada natural de trabalho”, apenas várias construções da jornada de trabalho em relação à demanda capitalista de manter a todo custo a continuidade do fluxo” (HARVEY, 2013, p.ag. 229)

Assim, ainda que se alegue que não há efetiva prestação de serviços em períodos ociosos, a ausência da disponibilidade torna inviável o funcionamento do negócio. O que se pretende é a extração máxima de mais-valor, sem qualquer contrapartida, por mecanismos digitais que sequer garantem rendimento mínimo àqueles que oferecem sua força de trabalho.

Pelo contrário, os rendimentos são incertos, mediados por regras que carecem de clareza, que se alteram durante a jornada de trabalho e que fazem com que o trabalhador sob demanda busque incessantemente mais oportunidades de trabalho e o submete a situações de

¹¹ Inovação da Lei 13.467/2017 que introduziu o art. 452-A da CLT, o qual flexibiliza o conceito de habitualidade no contrato de trabalho. Em tal modalidade, o empregado, embora registrado, pode ou não ser acionado pela empresa para trabalhar, ou seja, não há qualquer garantia de que haverá serviço. Além disso, o tempo sem convocação não é considerado à disposição do empregador, portanto, não há pagamento de salário.

¹² Semelhante ao regime de sobreaviso (art. 224, §2º da CLT), em que o empregado permanece em casa, aguardando a qualquer momento o chamado para o serviço. Esse tempo, contudo, é remunerado para os trabalhadores formais.

risco. Tal lógica foi denominada por Scholz, como “gamificação”, que deriva do inglês *game*, em virtude dessa submissão a riscos e desafios com promessas de premiação (SCHOLZ, 2013).

O termo pode ser melhor exemplificado pela situação relatada na pesquisa de Abílio realizada com motofretistas (ABÍLIO, 2020). Na ocasião, os entrevistados relataram que em dias chuvosos as notificações das plataformas garantem rendimentos maiores se um certo número de entregas for cumprido. Ocorre que, quando este limite está prestes a ser atingido, as ordens de serviços cessam e a premiação não passa de promessa.

Além disso, Van Doorn (2017) também destaca estratégias de imunização como característica das plataformas digitais, consistentes em seus termos de uso, que podem sofrer modificação a qualquer tempo, sem qualquer direito de resistência por parte dos prestadores de serviços, que podem ser desligados a qualquer tempo segundo critérios obscuros; a desigualdade de informações entre clientes e prestadores de serviços, de modo que estes somente conhecem as condições do serviço após aceitação e, portanto, se submetem aos riscos; e, por fim, a gestão por algoritmos utilizada como defesa para exoneração de qualquer responsabilidade e obstáculo para que prestadores de serviços e clientes consigam acessar trabalhadores humanos quando possuem alguma queixa sobre a plataforma.

Com tantas modificações substanciais na organização do trabalho, o modo de gestão por plataformas tem sido objeto de estudo, sobretudo nos países do Norte Global, em virtude da precarização e informalização de trabalhos promovida e exacerbada, em escala inédita, por meios digitais. Assim, termos como *crowdsourcing*, *uberização*, *just-in-time*, *gig economy* e *gig workers* se tornaram correntes quando se trata da análise de trabalho por plataformas. Entretanto, a adoção de tais terminologias no Brasil é problemática, especificamente as duas últimas citadas, porquanto partem de processos de precarização e flexibilidade de países do norte, ao passo que o mercado de trabalho do sul global convive com esses processos desde seu nascimento (ABÍLIO; AMORIM; GROHMANN, 2021a).

Assim sendo, é certo que o fenômeno compreende uma tendência à generalização das características de trabalho do Sul Global, as quais se disseminaram entre os países do norte, por meio de plataformas digitais. Além disso, cabe destacar que tal tendência não se restringe somente a trabalhos de baixa qualificação, mas um fenômeno que perpassa e se estende por todo o mundo do trabalho (ABÍLIO; AMORIM; GROHMANN, 2021b).

No caso brasileiro, a informalidade no mercado de trabalho é elemento constitutivo de um problema estrutural que exclui parcela da população economicamente ativa, sobretudo a de cor (COSTA, 2010).

A expansão do trabalho informal se desenvolveu atrelada ao setor de serviços e de apoio às atividades industriais tornando-se constitutivo do mercado de trabalho brasileiro. Desse modo, não há fronteiras bem demarcadas entre o trabalho formal e informal, na medida em que numa mesma cadeia de produção é possível identificar diferentes graus de formalidade (NOGUEIRA, 2018).

Mudanças estruturais na economia e no mercado de trabalho nas décadas de 1980 e 1990, aliadas ao aumento do desemprego, acentuaram a informalidade, a qual perdeu seu caráter de anomalia temporária e passou a ser vista como possível forma de solucionar o desemprego (MANZANO; KREIN; ABÍLIO, 2021). Nesse contexto, as políticas de enfrentamento ao desemprego não ocorreram no sentido de oferecer maiores garantias trabalhistas e sociais, mas seguiram o receituário que considerava a proteção trabalhista como obstáculo ao crescimento econômico do país. Predominou, portanto, um forte discurso promotor das privatizações e de legislações trabalhistas mais flexíveis, bem como um discurso empreendedor de responsabilização dos funcionários por suas próprias situações no mercado de trabalho (MANZANO; KREIN; ABÍLIO, 2021).

A reestruturação produtiva e a lógica neoliberal, sobretudo nas últimas duas décadas, provocaram fortes transformações na sociedade contemporânea. Sob a ótica das relações e condições de trabalho, essas transformações produziram aumento do desemprego e precarização do trabalho (ANTUNES, 2011). Tal reestruturação parte de uma ideia de transferência de cadeias de trabalho, mediante subcontratações com empresas em rede, em processos de terceirização.

Nesse contexto, as cooperativas frequentemente são utilizadas como um caminho alternativo às grandes corporações que atuam nos mais diversos setores da economia, como forma de superar o desemprego e mitigar o trabalho precarizado. É, neste mesmo contexto, que as plataformas digitais emergem como forma de reorganização produtiva e do trabalho.

2.6 As cooperativas de plataforma no Brasil: referências conceituais e práticas de cooperação

Diante do contexto exposto, Scholz (2016a) sugere como resposta a essas condições precarizantes a associação desses prestadores de serviços em cooperativas de plataforma, ou seja, cooperativas que se valem de recursos tecnológicos dos aplicativos de telefonia móvel.

A proposta vai ao encontro das ideias sustentadas pelas Nações Unidas no documento intitulado *Cooperatives in Social Development*:

A digitalização e a tecnologia da informação e comunicação (TIC) têm o potencial de impactar as cooperativas, sua regulação e seu funcionamento, especialmente na economia das plataformas. As cooperativas em plataformas digitais podem desempenhar um papel crucial no “novo contrato social” da era pós-COVID-19, ao abordar problemas que vão desde as condições laborais precárias até a redução da brecha digital de gênero e a criação de uma economia digital mais competitiva e justa (UNITED NATIONS, 2021, p. 11, aspas no original, tradução livre)¹³.

De modo específico, o cooperativismo de plataforma pretende introduzir os valores do cooperativismo para promover benefícios à coletividade envolvida e retirar o protagonismo dos titulares das *big techs*, intermediadores da relação (SCHOLZ, 2016).

Segundo Scholz, o conceito de cooperativismo de plataforma observa as seguintes premissas: (i) utilização de recursos tecnológicos com base em aplicativos de telefonia móvel, cuja propriedade deve se respaldar em valores democráticos para oferecer o maior benefício possível à coletividade; (ii) as práticas devem estar baseadas no espírito solidário, interligando várias cooperativas e até mesmo cidades; (iii) busca de eficiência e inovação para benefício de todos. Assim, o cooperativismo de plataforma consiste nas mudanças tecnológicas, culturais, políticas e sociais, uma expectativa de novo modelo econômico emergente (SCHOLZ, 2016).

O autor também propõe no livro *Uberworked and Underpaid* dez princípios que norteiam o cooperativismo de plataforma: 1 – as cooperativas devem ter sua propriedade compartilhada por aqueles que efetivamente lhe geram valor; 2 – promover pagamento de remuneração decente e reduzir a insegurança salarial; 3 – promover transparência de dados dos cooperados e seus clientes; 4 – promover comunicação entre os cooperados e os gestores do serviço; 5 – promover o envolvimento de todos os cooperados na prestação de serviços de modo a conhecer todas as áreas; 6 – o ambiente mercadológico deve garantir proteção regulamentada para entrada de cooperativas; 7 – promover garantias de proteção social; 8 – proteção contra avaliação arbitrária de usuários e sua insegurança; 9 – abolir o gerenciamento ostensivo da

¹³ Digitization and information and communications technology (ICT) have the potential to affect cooperatives, their regulation and their functioning, especially in the platform economy. Cooperatives on digital platforms can play a crucial role in the “new social contract” of the post-COVID-19 era by addressing issues ranging from precarious working conditions to bridging the digital gender divide to creating a more competitive and just digital economy

gestão algorítmica; 10 – permitir aos cooperados período de descanso e lazer (SCHOLZ, 2016b).

Além disso, apresenta possibilidades e desafios para criação de cooperativas de plataforma, como captação de recursos, compartilhamento de códigos e *software*, criação de um consórcio para desenvolver um *layout* comum às cooperativas de plataforma, promoção de uma governança democrática e solidária, proporcionar cursos e estimular a instrução educacional dos cooperados e, por fim, possibilidades de expansão (SCHOLZ, 2016b).

Vários estudos podem ser listados aqui que tocam parcialmente na questão dos fatores favoráveis e limitantes do cooperativismo de plataforma. Vejamos. A investigação conduzida por Morell, Espelt e Cano (2021) no Norte Global, com vinte e duas plataformas vinculadas ao cooperativismo, concluiu que o cooperativismo de plataforma favorece relações horizontais ao desenvolver estrutura comunitária, a qual prioriza o respeito à privacidade dos usuários no gerenciamento de seus dados e ameniza as externalidades negativas causadas pela economia de plataforma. Apesar disso, existem desafios, como constituição de plataforma com código aberto, expansão e replicação, viabilidade econômica e sustentabilidade, além de inclusão e igualdade de gênero e, por fim, a promoção dos valores cooperativistas entre os agentes (MORELL; ESPELT; CANO, 2021).

Já Fransi et al. (2017), ao analisar o papel da Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs) na gestão de cooperativas de cultivo de azeitonas e comércio de azeite na Cataluña, concluiu que o uso da internet deve ser aproveitado em todas as suas dimensões, como elemento de divulgação, mas também para propiciar o comércio de produtos. Além disso, as cooperativas consultadas também ressaltaram o papel das TICs na interação entre associados, com potencial para compartilhar conhecimento e propiciar a colaboração e não somente para garantir a presença do empreendimento nas redes (FRANSI; MONTEGUT; DARIES, 2017).

No contexto da pandemia de COVID-19 tornou-se desafiador o cenário de pequenos agricultores para escoar e vender sua produção. Assim, Zuñiga, Montilla e Zuñiga (2020) concluíram, em estudo conduzido com agricultura familiar na América do Sul, que o uso de redes sociais, *websites* e aplicativos de mensagens viabilizou a comercialização de produtos que de outra forma seriam convertidos em perdas para os agricultores. Nesse sentido, as plataformas digitais podem ser ferramentas que auxiliam na superação de dificuldades, desde que acompanhadas de políticas públicas que auxiliem seu desenvolvimento e apropriação, respeitando as peculiaridades locais (ZUÑIGA; MONTILLA; ZUÑIGA, 2020). O uso das redes sociais e *websites* também foi observado para divulgar e viabilizar atividades, além de

promover a gestão e interação entre os membros em coletivos de entregas no Brasil e na França (GROHMANN, 2022).

No Brasil, estudo conduzido por Santos Vieira (2022) observou a existência de poucos exemplos práticos de cooperativas de plataforma e que a captação de recursos obstaculiza sua criação. Além disso, destacou a carência de educação cooperativa na sociedade a difusão dos benefícios do cooperativismo como fator de transformação social. Por fim, aponta para a realização de estudos e necessidade de mudanças no ordenamento jurídico para constituição de cooperativas de plataforma.

Além disso, Grohmann (2022) chama atenção para ampliação do conceito de cooperativismo de plataforma a fim de abranger desenhos institucionais, cujos princípios observem a autogestão dos trabalhadores em plataformas de sua propriedade, sobretudo no Brasil, na medida em que as iniciativas autogestionárias existentes apresentam potencialidades e peculiaridades que extrapolam modelos pré-estabelecidos do Norte Global (GROHMANN, 2022).

A esse respeito, investigação conduzida na Argentina com iniciativas autogestionárias, a fim de replicar o modelo de plataforma elaborado pela *CoopCycle*, observou que a replicação enfrenta obstáculos considerando as peculiaridades do mercado de trabalho argentino, condições de trânsito e urbanização. Ainda assim, o estudo ressalta a importância das redes de cooperativas na partilha do conhecimento (KASPARIAN, 2022).

Zanatta (2022) ressalta que a visão dos setores institucionalizados representados pela OCB enaltece o cooperativismo de plataforma como uma vantagem de inovação e reinvenção do cooperativismo, para inserção de produtos no mercado e nas redes sociais, ao passo que iniciativas emergentes enfrentam dificuldades para construção de sua própria cooperativa, a fim de superar as condições de trabalho impostas pelas plataformas digitais. Nesse sentido, o autor chama a atenção para as distintas visões de tais setores, bem como para a falta de apoio que as iniciativas emergentes obtiveram dos meios institucionalizados para constituição de seus empreendimentos.

2.7 Formas emergentes de cooperação e seu potencial para o cooperativismo de plataforma

Como visto, a economia solidária surge como uma alternativa frente ao desemprego, como forma de auferir renda a trabalhadores desempregados (SINGER, 2008). Entretanto,

historicamente, as iniciativas existentes enfrentam dificuldades em suas práticas cotidianas, especialmente, referentes à baixa remuneração, à ausência de direitos trabalhistas, ao elevado índices de insolvências, (NOGUEIRA SILVA; ANTONIO KAPPES, 2016), à sustentabilidade econômica e às dificuldades burocráticas de formalização.

Para Gaiger (2015), a economia solidária possui aptidão não só para estimular, mas compensar o protagonismo político e econômico de trabalhadores em situação de pobreza, excluídos socialmente, por meio de organização econômica e do envolvimento na gestão dos empreendimentos. Nesse sentido, considera que empreendimentos solidários são elementos propulsores de inclusão social e igualdade.

Além disso, estudo conduzido por Castro (2019) relacionou a participação de trabalhadores em cooperativas e empreendimentos de economia solidária com o incremento na saúde desses trabalhadores, sobretudo no que diz respeito à saúde mental. Sentimentos como companheirismo, crescimento pessoal, alegria no ambiente de trabalho e acolhimento foram relatados e propiciaram a suspensão de uso de medicamentos psiquiátricos.

A investigação conduzida por Falcón-Perez e Fuentes-Perdomo (2019) na Espanha concluiu que as cooperativas são instrumentos importantes para coesão social e que o cooperativismo de plataforma pode ser um modelo adequado para renovação urbana, desde que pautada em princípios democráticos e de transparência.

O estudo de caso conduzido por Foramitti, Varvarousis e Kallis (2020) com o *Fairbnb*, uma cooperativa que promove aluguel de acomodações em países europeus, concluiu que, apesar das dificuldades enfrentadas pelo empreendimento, as externalidades negativas geradas pelo *airbnb* constitui fator motivacional para o potencial de crescimento da cooperativa.

Além disso, vários exemplos práticos na Espanha já foram estudados por Fustel Morell e Espelt (2018), bem como outros exemplos situados no Norte Global, como a *Resonate*, uma cooperativa de artistas no ramo da música¹⁴, *Stocksy*¹⁵, uma cooperativa que fornece vídeos e fotografias, *CoopCycle* uma federação de cooperativas situada na França, para entregas de mercadorias por bicicletas¹⁶, *Driver's Seat*¹⁷, uma cooperativa de mobilidade urbana nos Estados Unidos, entre outras.

No Brasil, os empreendimentos de economia solidária podem ser considerados formas emergentes de cooperação com potencial para serem transformados em cooperativas de

¹⁴ <https://resonate.coop/>

¹⁵ <https://www.stocksy.com/>

¹⁶ <https://coopcycle.org/en/>

¹⁷ <https://driversseat.co/>

plataforma. O relatório conduzido por Zanatta (2022) já demonstra a existência de alguns empreendimentos no Brasil, bem como investigação publicada por Grohmann (2022).

Considerando que o mapeamento de economia solidária ocorreu há quase dez anos e diante do contexto exposto, constata-se a necessidade de novos estudos, sobretudo levando em consideração o uso dos meios digitais para viabilização dos empreendimentos de economia solidária e cooperativas, além de ampliação da pesquisa nas redes sociais.

3. METODOLOGIA

Nesta seção serão explanados os procedimentos metodológicos referentes à pesquisa conduzida.

3.1 Tipo e natureza da pesquisa

Com relação à natureza da pesquisa, trata-se de pesquisa aplicada, na medida em que pretende o aprofundamento de conhecimentos com finalidade prática, com foco na geração de produtos, com o propósito de gerar conhecimento para empregar seus resultados (VILAÇA, 2010). Nesse sentido, a elaboração da cartilha como produto final de pesquisa pretende gerar conhecimento prático e voltado à solução de problemas de determinada comunidade.

A pesquisa se desenvolveu eminentemente numa abordagem qualitativa, a qual se caracteriza por alguns elementos essenciais: ambiente como fonte de dados e pesquisador como seu instrumento fundamental; característica descritiva; significado concebido pelas pessoas à sua vida e às coisas como fator de preocupação do investigador e enfoque indutivo (NEVES, 1996). Ainda que também tenha se utilizado de uma análise quantitativa para realizar a pesquisa bibliométrica.

Desse modo, a pesquisa pretende categorizar EES plataformizados organizados por trabalhadores, cujas condições de vida e trabalho tenham sido afetadas pela precarização promovida pelas plataformas digitais. Nesse sentido, também se configura como pesquisa descritiva e exploratória. A pesquisa descritiva consiste em descrever de maneira exata fatos e fenômenos de certa realidade (TRIVIÑOS, 1987), portanto, utilizada para compreender determinada coletividade, seus costumes, atributos, problemas e valores.

Trata-se também de pesquisa exploratória na compreensão do contexto histórico do movimento cooperativista no Brasil, da economia solidária e dos primeiros passos do cooperativismo de plataforma no Brasil e no mundo. Assim, a pesquisa se valeu de dados secundários, trabalhos publicados, relatórios e reportagens (MATTAR, 1996).

3.2 Pesquisa Bibliográfica

A pesquisa bibliográfica abrange o levantamento de referências já publicadas e tem como objetivo restringir a busca aos artigos científicos, dissertações e teses, priorizando-se a

localização dos descritores em títulos, palavras-chave ou resumos, no sentido de captar aqueles trabalhos que tratam do tema escolhido. Nesse sentido, o estado da arte da investigação acadêmica funda-se em revisões teóricas, com vistas à realização de análise crítica daquilo que já foi publicado sobre o tema para apoiar o trabalho científico (SOUSA; OLIVEIRA; ALVES, 2021), nesse caso, especificamente, a pesquisa focou em publicações o cooperativismo de plataforma.

Tal investigação oferece a base necessária para a realização de estudos monográficos, como elemento essencial da pesquisa exploratória (SOARES; PICOLLI; CASAGRANDE, 2018)

Para tanto, nesta pesquisa foi utilizada a revisão sistemática integrativa para melhor delinear a busca e seleção dos estudos, para realização e apreciação crítica e sistematizada dos resultados mais relevantes com o propósito de responder à questão central desta pesquisa (TORRACO, 2016) Os dados e informações foram coletados, categorizados e avaliados com base no protocolo de pesquisa apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 – Protocolo de pesquisa

| | Etapa | Ações |
|---|--|--|
| 1 | Formulação da questão da pesquisa | 1.1 Definição do descritor de busca 1.2 Seleção das bases |
| 2 | Escolha dos critérios de inclusão e exclusão | 2.1 Aplicação dos filtros 2.2 Eliminação dos trabalhos com o uso distinto do descritor |
| 3 | Seleção dos estudos | 3.1 Leitura dos títulos, resumos e palavras-chave 3.2 Leitura do trabalho na íntegra, se necessário |
| 4 | Avaliação da qualidade e relevância da literatura | 4.1 Avaliação da aderência ao tema de pesquisa 4.2 Avaliação de critérios técnicos 4.3 Tabulação dos artigos selecionados no <i>Microsoft Excel</i> |
| 5 | Análise e Síntese dos Resultados | 5.1 Análise descritiva dos estudos 5.2 Construção da matriz de síntese |

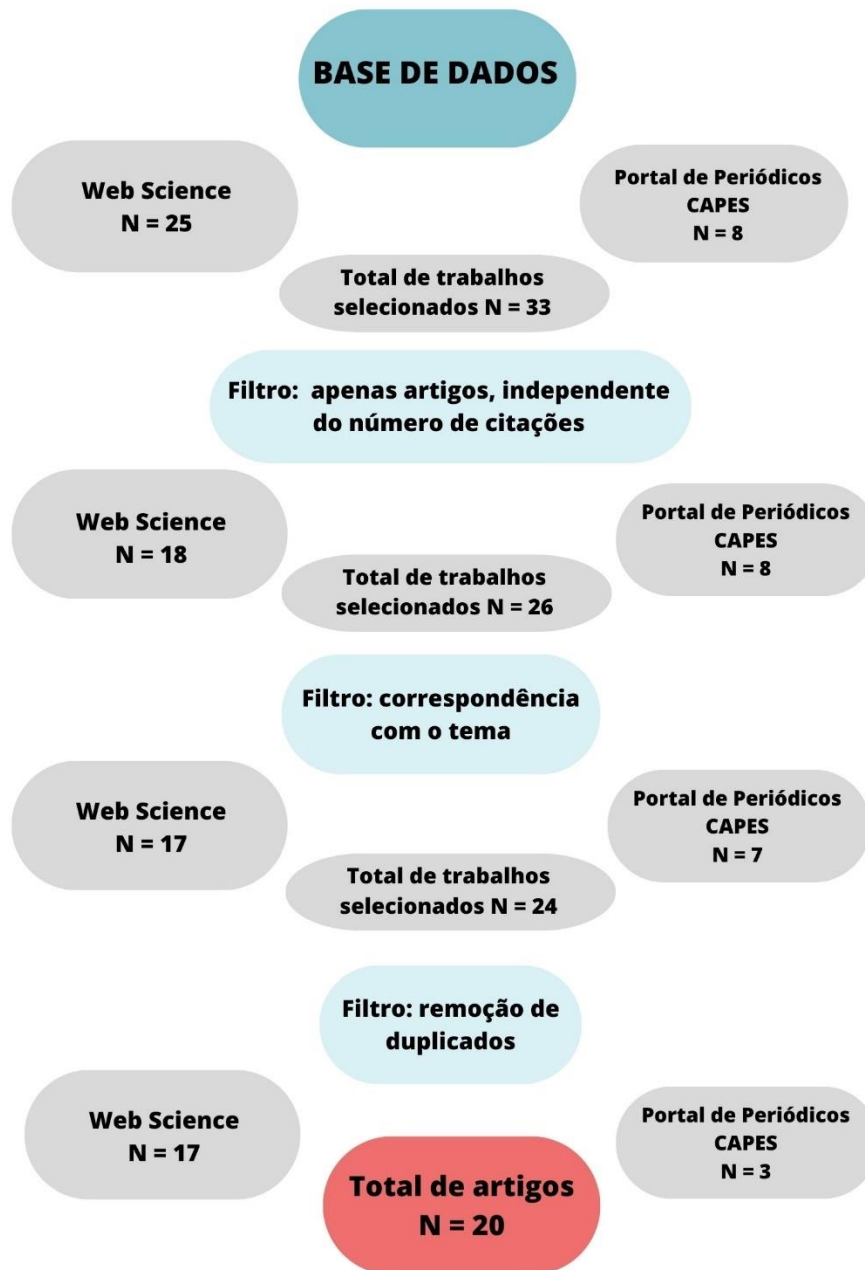
Fonte: adaptado de Cronin, Ryan e Coughlan (2008, p. 38-43)

Os artigos foram coletados nas bases de dados *Web of Science* e Portal de Periódicos da CAPES, a primeira por sua relevância internacional, bem como pela identificação de citações de forma hierarquizada e referências; a segunda pela necessidade de abrangência do tema às publicações latino-americanas.

A primeira busca foi realizada na *Web of Science*, coleção principal (*Clarivate Analytics*), considerando todos os campos e anos e o termo utilizado foi “*platform cooperativism*”. Já a segunda pesquisa foi realizada no Portal de Periódicos da CAPES, utilizando o termo “cooperativismo de plataforma”, em todos os tipos de material, considerando qualquer idioma e ano. Importa ressaltar que as pesquisas foram conduzidas em abril de 2023.

Os critérios de inclusão (cf. Figura 1) consistiram nos seguintes passos: a) seleção somente de artigos em revistas revisadas por pares na *Web of Science* e Portal de Periódicos da CAPES, independentemente do número de citações; b) correspondência com o tema de pesquisa; c) remoção de resultados em duplicidade e que tenham sido encontrados nas duas bases de busca. No final, foram selecionados 20 artigos científicos.

Figura 1 – Fluxograma das etapas de seleção dos artigos da pesquisa bibliográfica



Fonte: Da autora (2023)

Os artigos selecionados foram analisados por meio da análise de conteúdo, como método de análise para interpretação de textos e documentos (BARDIN, 1977). Da leitura dos artigos, emergiram 4 categorias de análise: a) Formulações teóricas do cooperativismo de plataforma e economia colaborativa; b) Contradições do cooperativismo de plataforma; c) Democracia e bens comuns digitais e; d) Estudos de caso em cooperativismo de plataforma. Previamente à discussão das categorias, os artigos encontrados foram descritos de forma breve,

conforme Tabelas 4 e 5, do capítulo de resultados e discussão, constando título, autoria, ano, periódico e número de citações, se houver.

3.3 Pesquisa Bibliométrica

Para conhecimento da produção acadêmica sobre cooperativismo de plataforma, empreendimentos de economia solidária e tecnologia da informação e precarização do trabalho promovida por plataformas digitais foram realizadas buscas em base de dados de artigos publicados.

Nesse sentido, a pesquisa bibliométrica se trata de técnica quantitativa cujo objetivo é analisar as citações de um determinado conjunto de referências bibliográficas, a fim de identificar artigos e autores com maior influência em determinado campo de pesquisa (PRICE, 1965).

As bases de pesquisa escolhidas foram o portal de periódicos da Capes e *Web of Science*, a fim de abranger estudos nacionais e internacionais, na medida em que o campo da economia solidária possui variantes em sua nomenclatura e definição que podem constituir obstáculos para pesquisa em base de dados internacionais.

Foram pesquisadas as palavras-chave “*Cooperativismo de plataforma, empreendimentos de economia solidária, plataformas digitais, precarização do trabalho, platform cooperativism*”. A aplicação de filtros posteriores, após os primeiros resultados da pesquisa estão detalhados no capítulo referente aos resultados e discussão.

Para classificação e análise de dados foram utilizados os softwares *Mendeley*, *Microsoft Excel* e *VosViewer*, este último consiste em ferramenta para construção e visualização de redes bibliométricas, construídas com base em citações, cocitações e relações de autoria. O programa permite a elaboração de mapeamento dessas relações, o que facilita a compreensão dessas redes.

Ressalta-se que somente as buscas na *Web of Science* permitiram a exportação de dados para utilização no programa, na medida em que o portal de periódicos da Capes não permite a exportação de todos os dados necessários para realização do mapeamento.

Os resultados da pesquisa bibliométrica encontram-se no primeiro tópico referente aos resultados desse trabalho de conclusão de curso, com a finalidade de compreender como se estrutura o campo da pesquisa da economia solidária, tecnologia da informação, plataformas digitais, precarização do trabalho e cooperativismo de plataforma.

3.4 Mapeamento

As Redes Sociais Virtuais foram criadas com caráter pessoal, no entanto, já agregam grupos de pessoas distintos, os quais se conectam mediante afinidades e atributos sociais comuns. Trata-se de canal de interação de usuários, a qual deve ser objeto de pesquisa científica ante as possibilidades que oferece em termos de coleta de dados, mediante observação de comportamentos sociais, divulgação científica e contato com objetos de pesquisa (COSTA, 2018).

Nesse sentido, o aplicativo mais presente nas telas iniciais de celulares brasileiros é o *whatsapp*¹⁸, seguido pelo *Instagram* e, em terceiro lugar o *Facebook*, este último com 116 milhões de contas brasileiras no início de 2022¹⁹. Além disso, pesquisa conduzida pela *opinionbox* aferiu que 81% dos entrevistados seguem alguma marca ou empresa na rede social.

Assim, para realização do mapeamento de empreendimentos de economia solidária plataformizados, criados por trabalhadores cujas condições de trabalho tenham sido precarizadas pela economia de plataforma, foram efetuadas pesquisas em sites de buscas e em redes sociais, tais como *instagram*, *facebook*, utilizando-se os parâmetros de busca e *hashtags*: “cooperativas de plataforma”, “coletivos de trabalhadores por plataforma”, “experiências alternativas ao trabalho por plataformas”, “coletivos de entrega”, “cooperativa de motoristas por aplicativo”, “cooperativa de entregadores”, “cooperativas de mobilidade urbana”, “cooperativa de diaristas”, “coletivo de diaristas”, até 28/02/2023.

A partir dos primeiros grupos encontrados com os parâmetros supradescritos, foram realizadas novas buscas a partir de suas redes de contatos, e comentários em postagens, analisando os perfis que seguem e por quem são seguidos, à semelhança da amostragem em “bola de neve”. Trata-se de amostra não probabilística, a qual faz uso de cadeias de referência, e tem sido utilizada para estudar grupos de difícil acesso ou sem exatidão de sua quantidade (BERNARD, 2005).

Sua primeira etapa executória consiste na utilização de informantes-chaves também denominados “sementes”, a fim de localizar pessoas ou grupos com o perfil buscado. Num segundo momento, as “sementes” indicam novos contatos, os quais, por sua vez, indicam outros

¹⁸ O *whatsapp* é a rede social mais utilizada pelos brasileiros, com 96% de participação entre usuários de 16 a 64 anos, segundo o Data Reportal: <https://datareportal.com/reports/digital-2022-brazil>, acessado em 29/01/2023

¹⁹ <https://blog.opinionbox.com/pesquisa-sobre-aplicativos-no-brasil/> e <https://blog.opinionbox.com/pesquisa-facebook-no-brasil/> acessados em 20/01/2023

contatos e, assim, sucessivamente, até se atingir um ponto de saturação, em que os contatos passam a se repetir, ou não existem mais novos contatos (VINUTO, 2014).

Segundo Alencar e Gomes (2001, p. 39) a

amostragem não-probabilística é um método em que a possibilidade de escolher um certo elemento do universo é desconhecida: não-probabilística por conveniência - os indivíduos são escolhidos simplesmente por serem mais acessíveis ou então por serem mais fáceis de serem avaliados. A entrevista de uma “pessoa qualquer na rua” é um exemplo de amostragem por conveniência; não-probabilística por julgamento - nesta técnica é o especialista no assunto a ser pesquisado que escolhe a amostra que, segundo ele, é a melhor para o estudo em questão; não-probabilística por cotas - a amostra por cotas supõe seleção das características de controle e determinação da proporção do universo a ser escolhido; (...)

Nesse sentido, a pesquisa foi efetuada até que fosse atingido o ponto de saturação, etapa em que os grupos começaram a se repetir, ou novos grupos não foram encontrados. Foram considerados como empreendimentos de economia solidária, perfis, em cujas descrições se autodenominavam como coletivos, cooperativas, associações, grupos, ou rede de apoio/iniciativas de incentivo à economia solidária e ao trabalho justo, ou em postagens em que fosse possível aferir tais características.

Também foram analisadas as datas de início das postagens, para fixar a data de criação do grupo e a data final das postagens, tendo como termo final 28/02/2022, um ano antes da data da finalização do mapeamento. Embora tais critérios não representem, de fato, as datas de início e término dos grupos, tratou-se de meio para aferir as atividades dos grupos, sem intervenção da pesquisadora. Tal critério foi aplicado nos grupos que possuem perfis nas redes sociais, priorizando as postagens no *Instagram*, por ser o segundo aplicativo de redes sociais mais utilizado no Brasil e, em caso de ausência de perfil em tal rede, foram analisadas as postagens no *Facebook*.

Os grupos encontrados foram categorizados com vistas a facilitar sua caracterização. Foram divididos aqueles que são autogestionários e aqueles que não são autogestionários, mas possuem características solidárias do movimento cooperativista e se posicionam como entidades de suporte de trabalhadores precarizados, por isso foram denominados como “rede de apoio”. A única exceção foi o Coletivo Eita, que, apesar de autogestionário, apresenta como proposta de trabalho soluções em tecnologia da informação para EES, portanto, foi incluído na categoria rede de apoio. Quanto aos empreendimentos autogestionários, foram divididos em

três categorias, conforme atividade exercida: mobilidade urbana, entregadores de mercadoria e diaristas.

3. 5 Investigação em redes Sociais

A partir da escolha um empreendimento de cada categoria conforme critério de antiguidade, houve tentativa de aplicação de questionários com entrevistas semiestruturadas, as quais a pesquisadora não logrou êxito na obtenção de dados, já que nenhum grupo se interessou em responder ao questionário.

Assim, as categorias de análise da cidadania deliberativa foram aplicadas de forma adaptada, limitadas à coleta de dados em publicações redes sociais, em pesquisa netnográfica, como vídeos e fotos no ambiente online, as quais consistem em fontes objetivas de informações (KOZINETS, 2002), o que restringe as interpretações das categorias teóricas.

Apesar disso, Noveli (2010) destaca que as interações no ambiente virtual podem afetar comportamentos fora desse espaço. Assim, a pesquisa netnográfica é uma das ferramentas que vem sendo utilizada, a qual se define como a “prática online da etnografia” (KOZINETS, 2002). Nesse sentido, relaciona-se com etnografia por estudar grupos ou culturas online (NOVELI, 2010).

A netnografia compreende três tipos de estudos: 1) procedimento metodológico para estudar culturas cibernéticas e comunidades virtuais; 2) culturas cibernéticas e comunidades virtuais derivadas, e 3) ferramenta de exploração para estudar tópicos em geral (KOZINETS, 1998). Desse modo, utilizou-se a netnografia para estudar comunidades virtuais, consistentes nos empreendimentos mapeados, mediante postagens nas redes.

As imagens, comentários e vídeos coletados nas redes sociais foram arquivados conforme sua relação com o tema, posteriormente foram analisadas e organizadas em categorias da cidadania deliberativa sistematizadas por Villela (2012), conjugadas com os dez princípios que norteiam o cooperativismo de plataforma publicados no livro *Uberworked and Underpaid*, como estão organizados e apresentados no Quadro 2 de forma adaptada, as quais foram avaliadas de acordo com sua frequência.

Quadro 2 – Categorias teóricas, critérios de análise da Cidadania Deliberativa e princípios do cooperativismo de plataforma (continua)

| Categorias teóricas da cidadania deliberativa | Critérios de análise | Princípios do Cooperativismo de Plataforma |
|--|--|---|
| <p>Processos de discussão: discussão de problemas, suas causas e possíveis soluções entre os associados no sentido de alcançar um possível consenso. Pressupõe igualdade de direitos e é entendido como um espaço intersubjetivo e comunicativo que possibilita o entendimento dos atores sociais envolvidos.</p> | <p>Canais de difusão: existência e utilização de canais adequados ao acesso à informação para a mobilização dos potenciais participantes.</p> <p>Qualidade da informação: diversidade, clareza e utilidade da informação proporcionada aos atores envolvidos.</p> <p>Espaços de transversalidade: espaços que atravessam setores no intuito de integrar diferentes argumentos.</p> <p>Pluralidade do grupo promotor: compartilhamento da liderança a fim de reunir diferentes potenciais atores.</p> <p>Órgãos existentes: uso de órgãos e estruturas já existentes evitando a duplicação das estruturas.</p> <p>Órgãos de acompanhamento: existência de um órgão que faça o acompanhamento de todo o processo, desde sua elaboração até a implementação, garantindo a coerência e fidelidade ao que foi deliberado de forma participativa (conselho fiscal).</p> <p>Relação com outros processos participativos: interação com outros sistemas participativos já existentes na região.</p> | <p>Promover comunicação entre os cooperados e os gestores do serviço.</p> <p>Promover transparência de dados dos cooperados e seus clientes.</p> <p>Promover o envolvimento de todos os cooperados na prestação de serviços de modo a conhecer todas as áreas.</p> <p>Abolir o gerenciamento ostensivo da gestão algorítmica.</p> |

Quadro 2 – Categorias teóricas, critérios de análise da Cidadania Deliberativa e princípios do cooperativismo de plataforma (continuação)

| Categorias teóricas da cidadania deliberativa | Critérios de análise | Princípios do Cooperativismo de Plataforma |
|--|---|---|
| Inclusão: incorporação de atores individuais e coletivos anteriormente excluídos dos espaços decisórios. | Abertura dos espaços de decisão: processos, mecanismos, instituições que favorecem a articulação dos interesses dos cidadãos ou dos grupos, dando uma chance igual a todos de participação na tomada de decisão. | O ambiente mercadológico deve garantir proteção regulamentada para entrada de cooperativas. |
| Pluralismo: multiplicidade de atores (classe, gênero, origem, religião, etc.) que, a partir de seus diferentes argumentos, estão envolvidos no processo de tomada de decisão da coletividade. | Aceitação social, política e técnica: reconhecimento pelos atores da necessidade de uma metodologia participativa, tanto no âmbito social, quanto no político e no técnico. | Promover garantias de proteção social. |
| | Valorização cidadã: valorização por parte da cidadania sobre a relevância da sua participação. | |
| | Participação de diferentes atores: atuação de diferentes gêneros de pessoas, de diferentes trajetórias de vida, situação econômica, religião, dentre outras diferenças, envolvidos no processo deliberativo. | |
| | Perfil dos atores: características dos atores em relação as suas experiências em processos democráticos de participação. | |

Quadro 2 – Categorias teóricas, critérios de análise da Cidadania Deliberativa e princípios do cooperativismo de plataforma (continuação)

| Categorias teóricas da cidadania deliberativa | Critérios de análise | Princípios do Cooperativismo de Plataforma |
|--|--|--|
| <p>Igualdade participativa: isonomia efetiva de atuação nos processos de tomada de decisão nas assembleias.</p> | <p>Forma de escolha de representantes: métodos utilizados para a escolha de representantes (eleições regulares).</p> <p>Discursos dos representantes: valorização de processos participativos nos discursos exercidos por representantes.</p> <p>Avaliação participativa: intervenção dos participantes no acompanhamento e na avaliação das propostas.</p> <p>Origem das proposições: identificação da iniciativa das proposições e sua congruência com o interesse dos associados.</p> | <p>Proteção contra avaliação arbitrária de usuários e sua insegurança.</p> |
| <p>Autonomia: apropriação indistinta do poder decisório pelos diferentes associados.</p> | <p>Alçada dos atores locais: intensidade com que as administrações locais, dentro de determinado território, podem intervir na problemática planejada.</p> <p>Perfil da liderança: características da liderança em relação à condução descentralizadora do processo de deliberação e de execução.</p> | |

Quadro 2 – Categorias teóricas, critérios de análise da Cidadania Deliberativa e princípios do cooperativismo de plataforma (conclusão)

| Categorias teóricas da cidadania deliberativa | Critérios de análise | Princípios do Cooperativismo de Plataforma |
|--|--|--|
| Bem comum: bem-estar social alcançado através da prática republicana de gestão da cooperativa | Possibilidade de exercer a própria vontade: instituições, normas e procedimentos que permitam o exercício da vontade política individual ou coletiva. | Permitir aos cooperados período de descanso e lazer. |
| | Objetivos alcançados: relação entre os objetivos planejados e os realizados. | |
| | Aprovação cidadã dos resultados: avaliação positiva dos participantes sobre os resultados alcançados. | Promover remuneração decente e reduzir a insegurança da renda |
| | Propriedade compartilhada entre os associados: formação do patrimônio comum dos associados por meio das quotas-partes do capital social da cooperativa. | As cooperativas devem ter sua propriedade compartilhada por aqueles que efetivamente lhe geram valor |

Fonte: Adaptado de Vilella (2012, p. 39-40) e (SCHOLZ, 2016b).

Dessa forma, para a geração de bem comum, associado ao bem-estar social gerado aos membros e à comunidade, foi criada a subcategoria correspondente “preocupação com a comunidade”. Para processos de discussão foi criada a subcategoria “realização de reuniões”. A categoria “pluralismo” para aferir a participação de diferentes atores no grupo não se alterou. A “avaliação de clientes” como subcategoria da igualdade participativa e, por fim, “educação cooperativista” como subcategoria da autonomia.

Além dessas categorias, foi necessário criar a categoria “divulgação”, na medida em que a maior parte das postagens em redes sociais consistem em publicidade.

Na subcategoria “preocupação com a comunidade” foram contabilizadas postagens que se refiram a trabalhos voluntários, serviços comunitários e participação em eventos que não digam respeito diretamente ao cooperativismo, tais como meio ambiente e manifestações de apoio a minorias.

Na subcategoria “realização de reuniões”, foram contabilizadas postagens que se refiram às reuniões do grupo. Na subcategoria “pluralismo”, foram contabilizadas postagens que mostrem o grupo como um todo e seus integrantes. Na subcategoria, “avaliação de clientes”, foram contabilizadas publicações que se refiram a mecanismos de avaliação de clientes e serviços de atendimento ao consumidor. Na subcategoria, “educação cooperativista”, foram contabilizadas publicações que se refiram a participação em eventos de cooperativismo, ou que promovam princípios cooperativistas, como forma de instruir os seguidores. Por fim, na categoria “divulgação”, foram contabilizadas as postagens que promovam os serviços oferecidos pelo grupo.

Foram analisadas todas as postagens e descrições que as acompanham na rede social *Instagram*, desde o início das postagens na rede até o término do marco temporal da pesquisa, 28/02/2022.

3.6 Elaboração da cartilha

A veiculação de materiais como cartilhas tem como objetivo disseminar e tornar atrativas certos temas à população e podem contribuir para o desenvolvimento científico e social (RABELO; GUTJAHR; HARADA, 2015). Trata-se de meio de popularização da ciência, como estratégia de transposição do conhecimento acadêmico para o público leigo, (BUENO, 2010), utilizando linguagem e métodos de simples compreensão.

Nesse sentido, Alves, Gutjahr e Pontes destacam que:

As cartilhas educativas podem ser importantes mecanismos de Popularização da Ciência, quando atrativas e elaboradas de forma acessível a diferentes públicos-alvo. Para isso, são necessários o conhecimento da realidade ou do assunto a ser abordado, embasamento teórico, criatividade ao elaborar o material paradidático e estratégias de difusão das informações, a fim de atingir um maior número de pessoas leigas e interessadas na temática, como: professores, estudantes, comunitários, servidores públicos, representantes do Poder Público, entre outros (ALVES; GUTJAHR; PONTES, 2019, p. 84).

As cartilhas podem ser elaboradas partindo-se de realidade investigada, com associação de elementos verbais e não verbais, para facilitar a compreensão e socialização de saberes que precisam de divulgação (ALVES; GUTJAHR; PONTES, 2019).

Nesse sentido, a educação cooperativista é fundamental para organização de EES e sua introdução por meio de cartilhas pode servir de inspiração para constituição de novos grupos ou oferecer auxílio para grupos em construção.

A esse respeito, Pereira e Cançado (2018, p. 145) ressaltam que:

O papel da educação cooperativista é de introduzir um processo de conscientização crítica entre os associados, com vistas a alcançar a emancipação da cooperativa, criando espaços democráticos de reflexão dialógica dos problemas, de socialização e de ação comunicativa, no sentido de a cooperativa se configurar como fonte de identificação e de identidade dos associados.

A elaboração do material partiu de exemplos de outras cartilhas obtidas na Entidade de Extensão INCUBACOOOP (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares) da Universidade Federal de Lavras, vinculado ao curso de Administração Pública. Parâmetros como diagramação, roteiro e o uso de história em quadrinhos foram inspirados nessas cartilhas. Ressalta-se que o uso de história em quadrinhos permite a condução de um roteiro curto, além de não tornar o texto monótono e atrair todos os tipos de público.

Para a diagramação, foi utilizada a plataforma de design “Canva” na modalidade gratuita, que permite a distribuição do material criado, sem fins comerciais. Todos os elementos gráficos utilizados foram oferecidos pela plataforma e referenciados os créditos de seus criadores. A formatação foi feita baseada em livretos, tamanho 22cm x 22cm, fonte Comica, tamanho 10 a 15, a depender do quadrinho. O roteiro e elementos textuais foram elaborados pela própria autora. A cartilha foi registrada na plataforma Creative Commons, permitido o compartilhamento sem fins comerciais e pode ser reproduzida *online* ou em meio impresso.

Além disso, os resultados oriundos dessa pesquisa contribuíram para a elaboração do roteiro e conteúdo. Pretende-se divulgar o material por meios eletrônicos a alunos da educação básica e superior, órgãos públicos e privados, sobretudo àqueles relacionados ao desenvolvimento econômico das municipalidades, redes de ITCPs e população em geral.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção serão apresentados os resultados da pesquisa conduzida.

4.1 Pesquisa Bibliográfica

Neste subtópico, será apresentado os resultados referentes à pesquisa bibliográfica.

4.1.1 Descrição dos artigos selecionados

Na Tabela 2, foram apresentadas informações sobre os artigos selecionados na base de dados *Web of Science*: título, autor(es), ano e o número de citações na base. Verifica-se que foram escolhidos 17 artigos que estavam de acordo com a temática deste trabalho e que os artigos foram publicados em revistas de áreas diversas, tais como, sociologia, comunicação, codesign, sustentabilidade, economia social, mídia e televisão, ciência da computação, assistência social, entre outros, com predomínio das áreas da economia social e sociologia. Além disso, observa-se que o maior número de publicações ocorreu em 2020 na *Web of Science* (6 artigos).

Tabela 2 – Artigos selecionados na base de dados *Web of Science* (continua)

| Título do artigo | Autoria (ano) | Periódico | Cit |
|---|--|---|------------|
| <i>Platform labor: on the gendered and racialized exploitation of low-income service work in the 'on-demand' economy</i> | Van Doorn, N. (2017) | <i>Information Communication & Society</i> | 23 8 |
| <i>Entrepreneurial Activism? Platform Cooperativism Between Subversion and Co-optation</i> | Sandoval, M. (2020) | <i>Critical Sociology</i> | 23 |
| <i>An Internet of ownership: Democratic design for the online economy</i> | Schneider, N. (2018) | <i>Sociological Review</i> | 12 |
| <i>A Framework for Assessing Democratic Qualities in Collaborative Economy Platforms: Analysis of 10 Cases in Barcelona</i> | Morell, F.; Espelt, R. (2018) | <i>Urban Science</i> | 10 |
| <i>The Digital Commons and the Digital Public Sphere: How to Advance Digital Democracy Today</i> | Fuchs, C. (2021) | <i>Westminster Papers in Communication & Culture</i> | 10 |
| <i>Co-designing for common values: creating hybrid spaces to nurture autonomous cooperation</i> | Bassetti, C; Sciannamblo, M.; Lyle, P.; Teli, M.; De Paoli, S.; De Angeli, A. (2019) | <i>Codesign- International journal of cocreation in design and the arts</i> | 10 |
| <i>Transition within a transition: how cooperative platforms want to change the sharing economy</i> | Foramitti, J.; Varvarousis, A.; Kallis, G. (2020) | <i>Sustainability Science</i> | 9 |
| <i>Platform Capitalism, Platform Cooperativism, and the Commons</i> | Papadimitropoulos, E. (2021) | <i>Rethinking Marxism – A journal of economics culture & society</i> | 7 |

Tabela 2 – Artigos selecionados na base de dados *Web of Science* (continuação)

| Título do artigo | Autoria (ano) | Periódico | Cit. |
|---|--|---|-------------|
| <i>Platform Ideologies: Ideological Production in Digital Intermediation</i> | Karatzogianni, A.; Matthews, J. (2020) | <i>Television & new media</i> | 7 |
| <i>Platforms and Structural Effectivity in the "Sharing Economy"</i> | | <i>CIRIEC-Espana</i> | |
| <i>Improving social well-being through platform cooperativism</i> | Falcon-Perez, CE.; Fuentes-Perdomo, J. (2019) | <i>Revista de economia publica social y cooperativa</i> | 7 |
| <i>Platform Cooperativism: Some Notes on the Becoming "Common" of the Firm</i> | Nicoli, M.; Paltrinieri, L. (2019) | <i>South Atlantic Quarterly</i> | 2 |
| <i>Directions in Music: Stakeholder Perspectives on Blockchain Innovations in Music Streaming</i> | Lovett, M. (2020) | <i>Frontiers in blockchain</i> | 1 |
| <i>Collaborative platforms as an opportunity to reach social innovation</i> | Dieste Cobo, JM. (2020) | <i>Revesco – Revista de estudios cooperativos</i> | - |
| <i>Toward an inclusive digital economy for all: Perspectives from an intersectional feminist social work lens</i> | Kwan, C. (2021) | <i>International Social Work</i> | - |
| <i>Cooperatives to the rescue of platform workers: what innovations against uberization?</i> | De Broves, OR. (2022) | <i>Canadian journal of nonprofit and social economy research</i> | - |
| <i>Platform cooperativism: Analysis of the democratic qualities of cooperativism as an economic alternative in digital environments</i> | Morell, F.; Espelt, R.; Cano, MR. (2021) | <i>CIRIEC-Espana Revista de economia publica social y cooperativa</i> | - |

Tabela 2 – Artigos selecionados na base de dados *Web of Science* (conclusão)

| Título do artigo | Autoria (ano) | Periódico | Cit. |
|--|--|---|-------------|
| <i>Taxi Cooperatives as an Alternative to Uber</i> | Vlacic, P.; Stromajer, J. (2020) | <i>Lex Localis – Journal of local self-government</i> | - |

Fonte: Da autora (2023)

A respeito dos artigos mais citados, destaca-se o artigo *Platform labor: on the gendered and racialized exploitation of low-income service work in the 'on-demand' economy*, publicado no periódico *Information Communication & Society*, citado 238 vezes ao tempo da realização desta pesquisa. O estudo analisa o trabalho por plataforma, sob o prisma do mercado de trabalho norte-americano e das reformas neoliberais e entende que as plataformas digitais devem ser vistas como novos atores similares às agências de trabalho temporário, cujas práticas exacerbam condições já precárias de trabalho de setores de baixa renda, marcado por divisões de gênero e raça. O estudo ressalta que a etnografia e o cooperativismo de plataforma podem ser ferramentas que auxiliem na capacitação dessa classe de trabalhadores (VAN DOORN, 2017).

O segundo artigo mais citado na base foi o *Entrepreneurial Activism? Platform Cooperativism Between Subversion and Co-optation*, publicado no periódico *Critical Sociology*, citado 23 vezes. O objetivo do trabalho foi demonstrar as contradições e dilemas que permeiam o cooperativismo de plataforma, numa análise marxista sobre a competição capitalista e uma crítica foucaultiana do empreendedorismo, e chama atenção para o risco de subversão dos ideais cooperativistas, os quais podem sucumbir a uma lógica de mercado (SANDOVAL, 2020).

O terceiro artigo mais citado foi o *An Internet of ownership: Democratic design for the online economy*, publicado no periódico, *Sociological Review*, citado 12 vezes. O artigo se propõe a analisar as formas pelas quais o cooperativismo de plataforma viabiliza projetos cuja propriedade desafia os modelos atuais com viés estritamente mercadológico e individualista e apresenta exemplos práticos, como o *Catalan Integral Cooperativa* em Barcelona que remunera seus associados com trocas internas, alimentação e moradia, bem como a *GoodData* em Londres, a qual permite que seus usuários vendam seus dados e doem para entidades filantrópicas (SCHNEIDER, 2018).

Na Tabela 3, foram apresentadas informações sobre os artigos selecionados na base de dados do Portal de Periódicos da CAPES: título, autor(es), ano e o número de citações na base. Verifica-se que foram encontrados três artigos que estavam de acordo com a temática deste

trabalho, os quais foram publicados em revistas brasileiras de áreas como comunicação e psicologia do trabalho, entre outros, a partir de 2018, o que demonstra que o tema já começa a ser debatido no ambiente acadêmico brasileiro.

Tabela 3 – Artigos selecionados na base Portal de Periódicos da Capes

| Título | Autoria (ano) | Periódico | Cit. |
|--|----------------------|---|-------------|
| <i>Cooperativismo de plataforma e suas contradições: análise de iniciativas da área de comunicação no Platform. Coop</i> | Grohmann, R. (2018) | Liinc em revista | 14 |
| <i>Plataformas de propriedade de trabalhadores: cooperativas e coletivos de entregadores</i> | Grohmann, R. (2022) | Matrizes - Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo | 1 |
| <i>Neoliberalismo e horizontes da precarização do trabalho</i> | Araújo, JN. (2020) | Cadernos de psicologia social do trabalho | - |

Fonte: Da autora (2023)

Nesse sentido, é importante destacar a produção acadêmica de Grohmann (2018, 2022), haja vista sua contribuição para o tema no Brasil com o projeto “*Observatório do Cooperativismo de Plataforma*” e o projeto “*FairWork Brasil*”. Sua publicação mais citada na base Portal de Periódicos da CAPES é o artigo *Cooperativismo de plataforma e suas contradições: análise de iniciativas da área de comunicação no Platform. Coop*, publicado no periódico Liinc em revista, cujo objetivo foi analisar 241 cooperativas inscritas no portal Platform.Coop, com base em textos de apresentação constantes em suas páginas na web, para aferir se estão mais alinhadas à proposta política e transformadora do cooperativismo, ou se aderiram ao discurso empreendedor ajustados ao capitalismo *cool* (MCGUIGAN, 2009), e concluiu que o cooperativismo de plataforma guarda mais semelhanças com o capitalismo de plataforma do que com o movimento cooperativista.

Observa-se, ainda, que a produção acadêmica no Brasil foca numa crítica à adoção de modelos pré-formatados da Europa, diante das peculiaridades locais do mercado de trabalho.

Essa realidade também é analisada por Araújo (2020), o qual revisita políticas de desmonte do Estado de bem-estar social no Brasil, focando nos últimos 7 anos. Além disso, observa-se no artigo *Plataformas de propriedade de trabalhadores: cooperativas e coletivos de entregadores* (GROHMANN, 2022) que as iniciativas brasileiras ainda dependem de aplicativos proprietários e de mídias sociais para sua divulgação e contato com clientes.

4.1.2 Categorias de análise dos artigos selecionados

Partindo da leitura dos artigos selecionados, foram organizadas quatro categorias para análise: a) Democracia e bens comuns digitais; b) Formulações teóricas acerca do cooperativismo de plataforma e economia colaborativa; c) Contradições do cooperativismo de plataforma; d) Estudos de caso de cooperativas de plataforma. Na Tabela 4, encontram-se os artigos agrupados nas categorias citadas.

Tabela 4 – Categorias de análise dos artigos selecionados (continua)

| Categoria | Artigos | Citação |
|-----------------------------------|--|-----------------------------|
| Democracia e bens comuns digitais | <i>The Digital Commons and the Digital Public Sphere: How to Advance Digital Democracy Today</i> | (FUCHS, 2021) |
| | <i>An Internet of ownership Democratic design for the online economy</i> | (SCHNEIDER, 2018) |
| | <i>Platform Capitalism, Platform Cooperativism, and the Commons</i> | (PAPADIMITR OPOULOS, 2021) |
| | <i>Platform Cooperativism: Some Notes on the Becoming "Common" of the Firm</i> | (NICOLI; PALTRINIERI, 2019) |
| | <i>Co-designing for common values: creating hybrid spaces to nurture autonomous cooperation</i> | (BASSETTI et al., 2019) |

Tabela 4 – Categorias de análise dos artigos selecionados (continuação)

| Categoria | Artigos | Citação |
|---|---|---------------------------------------|
| | <i>Platform labor - on the gendered and racialized exploitation of low-income service work in the on-demand economy</i> | (VAN DOORN, 2017) |
| | <i>Platform Ideologies: Ideological Production in Digital Intermediation Platforms and Structural Effectivity in the "Sharing Economy</i> | (KARATZOZI ANNI; MATTHEWS, 2020) |
| Formulações teóricas acerca do cooperativismo de plataforma e economia colaborativa | <i>Improving social well-being through platform cooperativism</i> | (FALCÓN-PÉREZ; FUENTES-PERDOMO, 2019) |
| | <i>Taxi Cooperatives as an Alternative to Uber</i> | (VLACIC; ŠTROMAJER, 2020) |
| | <i>Collaborative platforms as an opportunity to reach social innovation</i> | (DIESTE COBO, 2020b) |
| | <i>Toward an inclusive digital economy for all: Perspectives from an intersectional feminist social work lens</i> | (KWAN, 2021) |
| | <i>Neoliberalismo e horizontes da precarização do trabalho</i> | (ARAÚJO, 2020) |
| Contradições do cooperativismo de plataforma | <i>Entrepreneurial Activism Platform Cooperativism Between Subversion and Co-optation</i> | (SANDOVAL, 2020) |
| | <i>Cooperativismo de plataforma e suas contradições: análise de iniciativas da área de comunicação no Platform.Coop</i> | (GROHMANN, 2018) |

Tabela 4 – Categorias de análise dos artigos selecionados (conclusão)

| Categoria | Artigos | Citação |
|---|---|--|
| Estudos de caso de cooperativas de plataforma | <i>A Framework for Assessing Democratic Qualities in Collaborative Economy Platforms Analysis of 10 Cases in Barcelona</i> | (FUSTER MORELL; ESPELT, 2018) |
| | <i>Transition within a transition: how cooperative platforms want to change the sharing economy</i> | (FORAMITTI; VARVAROUSI S; KALLIS, 2020) |
| | <i>Directions in Music: Stakeholder perspectives on blockchain innovations in music streaming</i> | (LOVETT, 2020) |
| | <i>Platform cooperativism: Analysis of the democratic qualities of cooperativism as an economic alternative in digital environments</i> | (MORELL; ESPELT; CANO, 2021) |
| | <i>Les coopératives au secours des travailleurs de plateforme: quelles innovations contre l'ubérisation?</i> | (DE BROVES, 2022) |
| | <i>Plataformas de Propriedade de Trabalhadores: Cooperativas e Coletivos de Entregadores</i> | (GROHMANN, 2022) |

Fonte: Da autora (2023)

Na categoria “Democracia e bens comuns digitais”, o trabalho de Fuchs (2021) parte de uma análise da esfera pública digital, fundada no conceito de esfera pública habermasiana transposta para o ambiente digital, a qual seria nada que mais que uma dimensão e aspecto da esfera pública, onde prevalecem informações e comunicações digitais. No entanto, a mercantilização e ideologização das comunicações torna a esfera pública colonizada e alienada. Assim, o estudo enumera dez problemas do capitalismo digital, que tornaram a esfera pública digital feudalizada: tendência de monopólio da comunicação e indústria digital; cultura digital dominante competitiva e individualista; criação de um sistema de vigilância complexo criado pelas corporações de comunicação; avanço do autoritarismo digital, racismo, nacionalismo e fascismo digital; dificuldade dos usuários em discernir atividades online que são humanas e quais são geradas por robôs; fragmentação da esfera pública digital em bolhas; criação de ideologias digitais e publicidade digital de tabloides; cultura ideológica dominada por compras e publicidade, criando o capitalismo de influenciadores; falta de tempo para debates políticos

consistentes, já que grandes fluxos de informação processados em alta velocidade resulta em aceleração digital; grande quantidade de notícias falsas.

Assim, sugere-se uma desmercantilização e desaceleração da mídia, denominada por Fuchs (2021) como *slow media*, a qual se propõe a diminuir o fluxo de informações, sem anúncios publicitários, sem finalidade lucrativa e sem vigilância dos usuários. Além disso, o autor conceitua bens comuns digitais como recursos digitais controlados por humanos e apresenta quatro dimensões dos bens comuns digitais: bens comuns digitais naturais que se refere aos bens naturais utilizados para constituição de *hardware* de forma sustentável; economia digital comum, que se refere à propriedade comum dos meios digitais de produção; política digital comum, que se refere à democracia digital e participação, governança coletiva sobre o uso dos recursos digitais; cultura digital comum, que se refere ao respeito e reconhecimento das diversidades mediadas digitalmente favorecendo laços de amizade. O estudo cita como exemplos de bens comuns digitais, bens de infraestrutura digital, como redes comunitárias geridas por cooperativas de projetos comuns; *software* e conteúdo digital, como a criação de software livre e licenças *Creative Commons* não comerciais; plataformas digitais exemplificando as cooperativas de plataforma. Por fim, alega que a criação desses bens não é suficiente para tornar democrática a esfera pública digital e que é necessário um esforço consciente consubstanciado em lutas sociais e auxílio material para o avanço dos bens comuns digitais e, especificamente sobre o cooperativismo de plataforma, ressalta que seus desafios consistem em conciliar o dilema entre permanecerem pequenas, precárias, democráticas e sem importância, ou de se transformarem em projetos capitalistas.

Schneider (2018) analisa as formas pelas quais o cooperativismo de plataforma viabiliza projetos cuja propriedade desafia os modelos atuais com viés estritamente mercadológico e individualista. Contudo, ressalta que a produção por pares, consistente em serviços tecnológicos e construção de *software*, demanda tempo livre, o que dificilmente ocorre em populações mais vulneráveis, de modo que as desigualdades ainda são perpetuadas. Nesse sentido, relata que estudos sugerem que a licença da produção de *software* livre permita que o produto somente seja usado por outras cooperativas e não seja usufruído comercialmente pelas *big techs*, como ocorreu, por exemplo com o sistema *Android*. A esse respeito, ressalta a importância de existirem escolas tecnológicas que explorem possibilidades de produção coletiva. Quanto ao financiamento dessas iniciativas, cita a *Open Collective*, um sistema de *crowdfunding* direcionado para cooperativas. Por fim, ressalta que nem todo modelo de governança adotado

pelas *big techs* deve ser reinventando e que a participação do Estado para estimular tais iniciativas deve ser levada em conta.

Papadimitropoulos (2021) analisa o potencial de transição do capitalismo de plataforma para uma economia pós-capitalista orientada para o bem comum. Nesse sentido, parte da proposta do cooperativismo de plataforma como propriedade comum, sem olvidar as críticas que o modelo tem sofrido, como a replicação do mesmo modelo mercadológico reproduzido pelas *big techs*. A esse respeito, os defensores do movimento, como Trebor Scholz (2016a) alegam que deve haver uma mudança fundamental de regulação das *big techs*, instituição de renda básica universal e assistência médica. O autor ainda ressalta que a proposta das cooperativas de plataforma não é dominar o mercado, mas promover uma economia mais diversificada. No entanto, existem posições mais radicais como a proposta por Bauwens e Kostakis (2016), para cooperativas abertas, utilizando licenças *CopyFair*, as quais permitem uso comercial do bem comum e que promovem condições equitativas para empresas éticas que se dispõem a contribuir para o comum. Além disso, permite a comercialização do bem em troca de aluguel ou contribuição recíproca.

Nicoli e Paltrinieri (2019) analisam como o capitalismo de plataforma modificou a visão tradicional das empresas. Nesse sentido, as plataformas digitais representam uma ruptura à teoria da firma, porquanto a propriedade se divide em propriedade intelectual, consubstanciada nos algoritmos e propriedade física dos meios de produção, cujos detentores são os usuários das plataformas. Não há, nesse caso, uma distinção precisa entre o que está dentro e fora da empresa, entre vida profissional e pessoal, entre produtor e consumidor, entre gerente e empregado, entre economia global e local. O advento desse novo modelo conduz à reanálise dos detentores dos meios de produção e da governança da empresa, e sugerem que esta última seja incluída como reivindicação do cooperativismo de plataforma, bem como permite repensar a propriedade da empresa de acordo com o modelo da “filosofia dos comuns”.

Por fim, Bassetti et al. (2019) partem de uma análise empírica de atividades que moldaram um *website* europeu que consiste num projeto participativo para promover o “*commonfare*”, uma abordagem complementar de bem-estar. Nesse ambiente, os usuários trocam experiências, oferecem apoio e ajuda a projetos e cooperam entre si.

Na categoria “Formulações teóricas acerca do cooperativismo de plataforma e economia colaborativa”, van Doorn (2017) analisa o trabalho por plataforma partindo do contexto do mercado de trabalho norte-americano e das reformas neoliberais. Alega que as plataformas digitais adotam práticas precarizantes, as quais consistem em torná-las imunes, bem como os

clientes usuários, na gestão do trabalho mediante algoritmos e na difusão de um forte sentido de substituição e dispensabilidade da força de trabalho. Ao final, sustenta que para que modelos cooperativos consigam ser sustentáveis e replicáveis devem partir de um esforço coletivo, contar com o apoio do Estado, o qual deve formular políticas públicas para o setor.

Nessa mesma linha, no Brasil, Araújo (2020) parte de uma análise da psicossociologia do trabalho e articula os conceitos de precariado, explorado por Alves (2013) e Braga (2012, 2017, 2018) e necropolítica (MBEMBE, 2016) para situar a disciplina nos campos do trabalho e da política. O autor revisita políticas de desmonte do Estado de bem-estar social no Brasil, cujo declínio coincide com a ruína da sociedade salarial (CASTEL, 1998), consistente na fragilização das relações de trabalho constituídas após a Segunda Guerra Mundial. Nessa toada, passa à análise do crescente exército de reserva resultante do desemprego estrutural, a qual conduz a modos de vida precários e periféricos, induz à criminalidade e violência policial. Por fim, o autor enuncia estratégias de resistência, entre elas a solidariedade no trabalho, consubstanciado em empreendimentos de economia solidária e cooperativas, sobretudo as cooperativas de plataforma, por se voltar aos trabalhadores precarizados pelas plataformas digitais. Contudo, chama atenção para essa nova modalidade, cuja proposta política e de transformação social corre o risco de ser suplantada por estratégias empreendedoras.

Karatzogianni e Matthews (2020) realizaram entrevistas com representantes de *big techs*, ativistas do cooperativismo de plataforma, ativistas do setor de tecnologia e desenvolvedores de tecnologia a fim de analisar a produção ideológica em plataformas digitais. Foram identificadas três vertentes ideológicas, economia compartilhada, bens comuns e cooperativismo de plataforma, dentro de um campo que vai desde a legitimação da economia neoliberal ou reformismo, a um capitalismo mais humanitário, bem como vertentes mais radicais como criação de sociedades cooperativas.

Vlacic e Stromajer (2020) partem de uma crítica à economia colaborativa, cuja apropriação pelas plataformas digitais visa a atender aos interesses de investidores e não dos trabalhadores envolvidos. Assim, diante do anúncio da chegada da Uber na Eslovênia, sugerem que os governos locais auxiliem na constituição de cooperativas de taxistas como alternativa, para impedir efeitos precarizantes e fuga da legislação fiscal levada a efeito pela Uber.

Falcón-Pérez e Fuentes-Perdomo (2019) realizaram uma investigação na área de reabilitação urbana em áreas vulneráveis de cidades espanholas utilizando tecnologias digitais para unir moradores, Poder Público, engenheiros, proprietários, construtoras e cooperativas. Os autores ressaltam que as cooperativas contribuem para a coesão social e que este poderia ser o

modelo mais adequado para desenvolver a renovação urbana e que, uma plataforma, pautada em princípios democráticos e de transparência, pode se concentrar em criar discussões para tomada de decisões.

Dieste Cobo (2020) analisa como o cooperativismo de plataforma combina o melhor das plataformas digitais com princípios cooperativistas. Nesse sentido, alega que a transformação de um modelo mercadológico do capitalismo de plataforma passa por valores que podem provocar a mudança de um modelo corporativo para cooperativo, e colaborativo, o que exigem mudanças profundas no paradigma econômico e sócio-cultural. Em alguns casos a economia colaborativa encontra paralelo com a economia social e solidária, de modo que se conectam e se influenciam entre si, de sorte que, apesar de frequentemente ser concebida como um meio de maximização de lucros e redução de custos, uma economia colaborativa pode evoluir para uma economia social e vice-versa. Essa configuração dependerá dos valores que fundarem as plataformas. Assim, os valores cooperativistas podem servir de guia para promover mudanças em modelos corporativos. No entanto, tais mudanças partiriam de transformações profundas no plano econômico que precisa de um marco legal, além de transformações sociais e culturais.

Sob uma perspectiva feminista, Kwan (2021) discorre sobre como assistentes sociais podem colaborar e se envolver no movimento cooperativo já que partem de valores comuns e de justiça social. Assim, assistentes sociais podem auxiliar na organização comunitária e no seu desenvolvimento, trabalho em grupo, facilidade de construção de competências, sobretudo para promover igualdade de gênero, na medida em que as mesmas desigualdades que podem existir em cooperativas tradicionais podem persistir nas cooperativas de plataforma (SCHOR, 2016). A autora também sugere uma distribuição justa do trabalho emocional em cooperativas, tradicionalmente relegado a mulheres.

Na categoria, “Contradições do cooperativismo de plataforma”, Sandoval (2020) demonstra que apesar de o cooperativismo de plataforma parecer uma solução simples para superar o modelo de negócios das plataformas digitais, o movimento guarda ambivalências, na medida em que detém potencial para subverter a lógica do capitalismo de plataforma, bem como pode ser facilmente cooptado por suas práticas. Assim, contradições entre práticas democráticas e de mercado podem colidir, bem como práticas ativistas e empreendedoras. Desse modo, a autora explora essas tensões numa análise marxista sobre a competição capitalista e uma crítica foucaultiana do empreendedorismo. Por fim, ressalta a dificuldade de resistir à lógica do empreendedorismo em favor de práticas alternativas e clama pela defesa de uma internet mais

democrática e cooperativa. Desse modo, para ela a subversão do capital não depende somente de empreendimentos cooperativos, mas de solidariedade social e um movimento cooperativo global.

Grohmann (2018) também observa essas tensões em sua investigação, com base em textos de apresentação constantes em websites de 241 iniciativas que se autodeclararam cooperativas de plataforma do setor de comunicação e inscritas no portal *Platform.Coop*. Nesse sentido, o trabalho se propôs a aferir se estão mais alinhadas à proposta política e transformadora do cooperativismo, ou se aderiram ao discurso empreendedor ajustados ao capitalismo *cool* (MCGUIGAN, 2009). O autor situa a contradição que acompanha o cooperativismo ao se integrar ao mercado e incorporar seus valores, o que pode esvaziar seu sentido político. Essa despolitização, contudo, não é exclusiva do cooperativismo de plataforma, já que ocorre desde as origens do cooperativismo no século XIX (SANDOVAL, 2016). Dessa maneira, o autor procurou compreender os sentidos do discurso ao situar tal natureza contraditória e alega que o cooperativismo de plataforma acentua essa característica, também aponta para a possibilidade de que o cooperativismo de plataforma apresente mais semelhanças com o capitalismo de plataforma do que com o movimento cooperativista. Nesse sentido, o autor logrou verificar que os enunciados das iniciativas estão marcados por uma gramática da *startup*, como uma solução de negócios, e muitas vezes tratadas como modernas em contraposição ao tradicional modelo cooperativista e em detrimento de expressões ligadas à política e emancipação social.

Na categoria “Estudos de caso de cooperativas de plataforma”, Fuster Morell e Espelt (2018) elaboraram uma estrutura para avaliar as qualidades democráticas de empreendimentos inseridos na economia colaborativa. Assim, analisaram as qualidades democráticas de dez iniciativas em Barcelona, considerando as dimensões de governança, estratégia econômica, estrutura tecnológica, gerenciamento de dados e responsabilidade social. Os resultados apontam que a maior parte dos casos analisados contou com investimento público, o que pode ser problemático caso o financiamento finalize. Além disso, a maior parte se constituiu legalmente como associação, mas há intenção de formalização como cooperativa. No entanto, ainda permanecem em estágios iniciais, como um conjunto de ideias e treinamento, sem expandir até um nível de atividades satisfatório. Assim, apesar de existirem iniciativas platformizadas como uma alternativa ao modelo antiético e precarizante das *big techs*, elas ainda carecem de meios para replicação e se tornarem sustentáveis.

Foramitti, Varvarousis e Kallis (2020) analisam a emergência do *Fairbnb*, uma cooperativa que disponibiliza acomodações, como uma alternativa sustentável ao *airbnb*. Nesse compasso, parte de uma crítica a *sharing economy* e as externalidades negativas que o modelo de negócios gerou em cidades turísticas europeias, com um trocadilho *renting economy* (SRNICEK, 2016). O *Fairbnb* se propõe a promover uma mudança cultural no turismo e provocar uma mudança de mentalidade nas plataformas digitais e nos consumidores. Embora seu modelo de negócios seja similar ao *airbnb*, não possui finalidade lucrativa e planejam utilizar metade do seu faturamento em manutenção e melhorias e a outra metade investir em projetos sociais das cidades onde funcionam. Além disso, somente residentes locais podem ser anfitriões, e há limite de ofertas de acomodações por associado, bem como incentivos para locação afastada de lugares superlotados. O artigo também analisou as dificuldades de expansão do empreendimento, já que o processo democrático desacelera a tomada de decisões. Por fim, conclui que o futuro do *Fairbnb* é incerto e que seus valores e ambiente democrático dificultam sua expansão. No entanto, existe potencial para crescimento da plataforma, já que as consequências negativas do *airbnb* são evidentes.

Lovett (2020) analisa a elaboração de plataformas utilizando *blockchain* e chama atenção para a *Resonate*, uma cooperativa de plataforma de artistas, em que os músicos obtêm ganhos a cada vez que sua música é reproduzida. Nessa cooperativa, a propriedade é compartilhada entre os artistas, trabalhadores que desenvolvem o *software* e até mesmo, entre os usuários que podem se tornar membros e decidir sobre a gestão da plataforma.

Fuster Morell, Espelt e Cano (2021) estudaram 22 plataformas que operam em quatro setores cruciais no surgimento da economia de plataforma: serviços de táxi, acomodação de curta duração, entrega de mercadorias e serviços domésticos, a fim de aferir se seguem os princípios democráticos do cooperativismo de plataforma e se essas organizações são, de fato, alternativas ao capitalismo de plataforma. A análise foi baseada em quadro analítico desenvolvido previamente pelos autores Morell e Espelt (2019), em análise interdisciplinar de características democráticas. Os resultados indicaram que as iniciativas enfrentam dificuldades de escalabilidade e ainda estão em estágio inicial de evolução e que existem dilemas entre configurações democráticas e sustentabilidade. Ainda, aquelas com maior alcance geográfico estão integradas em federações de cooperativas. Além disso, subsistem desafios como promoção de consumo responsável, replicação do projeto e inclusão e igualdade de gênero, abertura de dados para o conhecimento do público consumidor e ressalta que somente uma pequena parcela hospeda suas plataformas em servidores *green energy*. No entanto, os autores

também identificaram que o cooperativismo favorece relações horizontais, que garante a privacidade dos dados, com infraestrutura comunitária e de código aberto.

De Broves (2022) procura compreender as ambiguidades de uma cooperativa de mobilidade urbana em Quebec, *Eva Coop*, por meio de uma pesquisa de campo, partindo do conceito de tensões paradoxais. Em seus resultados, o autor descreve as dificuldades da cooperativa na constituição de aplicativo próprio o que a levou a criar uma sociedade por ações, a fim de obter recursos e, ao final, ceder o aplicativo à cooperativa mediante contrato de franquia. Ainda, relatou que os motoristas se sentem menos assediados pelo aplicativo, que existe apoio do suporte técnico, mas detêm pouca informação sobre o aplicativo e reduzido poder de decisão nas assembleias. Os motoristas também relataram que a dinâmica de serviços é a mesma da Uber, no sentido de liberdade de horários e optar por trabalhar ou não. Quanto à remuneração, não há garantia de renda regular aos motoristas, no entanto, a *Eva* cobra uma comissão de 15% sobre o valor da corrida, ao passo que a Uber cobra 25% ou mais.

O autor observa que uma das poucas armas de que as cooperativas dispõem para competir no mercado seria oferecer preços competitivos, o que revela, tensões ao diminuir a renda dos trabalhadores. Desse modo, exacerba conflitos entre demandas contraditórias, quais sejam, eficiência econômica e sua responsabilidade social, controle e autonomia dos motoristas e hierarquia e democracia. Assim, os resultados indicam que as restrições financeiras do ambiente mercadológico e competitivo acentuam as tensões paradoxais entre os objetivos enquanto cooperativa e sustentabilidade econômica, que são difíceis de conciliar sem mudanças estruturais. Ao final, o autor sugere que tais contradições podem ser superadas por meio de políticas públicas que incentivem a economia social, com subsídios e fundos, acesso a créditos e criação de nichos reservados a empresas de economia social.

Por fim, Grohmann (2022) analisou a emergência de iniciativas de plataformas de propriedade dos trabalhadores, no setor de entrega de mercadorias, com seis casos distribuídos na Espanha, França e Brasil, considerando processos produtivos, organização do trabalho, uso de mídias sociais, construção de plataformas próprias, intercooperação e futuro do empreendimento. Verificou-se que na França existe forte relação entre cooperativas de entregadores, ante o fornecimento de *software* livre pela *CoopCycle*, uma federação de cooperativas. Já no Brasil, observa-se a emergência de coletivos de entregadores que utilizam a bicicleta como meio de locomoção e que dependem das mídias sociais para executar o trabalho. No entanto, existem pontos comuns, como o baixo número de trabalhadores, o papel das mídias sociais para organização do trabalho e intercooperação. A respeito das mídias

sociais, o autor destaca seu papel ambivalente, já que concede autonomia aos trabalhadores na gestão do trabalho e comunicação entre associados, mas também revela uma dependência dessas mídias na divulgação e contato com clientes. Com exceção de uma iniciativa brasileira criada em 2010, todos os outros empreendimentos foram criados no contexto da economia de plataforma, pelo que o autor conclui que se trata de uma reação à plataformização do trabalho. Contudo, algumas iniciativas guardam particularidades em suas origens como a luta sindical e igualdade de gênero. Ao final, o autor conclui que os coletivos brasileiros possuem potencialidades no que se refere à organização do trabalho e comunicação entre associados que transcendem as definições prescritas de como deveriam ser constituídas, e que a construção dessas iniciativas pode ser o início de um cenário de enfrentamento da plataformização do trabalho.

Por meio do estudo das categorias de análise verificou-se que a categoria “Contradições do cooperativismo de plataforma” apresentou somente dois artigos, o que não a torna menos importante que as demais, mas que, de acordo com as análises, apenas dois artigos foram enquadrados já que o tema preponderante consistiu nas contradições do cooperativismo de plataforma. Nesse sentido, outros trabalhos também ressaltam tais contradições, no entanto, fazem-no de forma subjacente, assim como também apresentam fundamentos teóricos e análise dos bens comuns digitais. Com efeito, os trabalhos se interseccionam e partem de temática comum, no entanto, é o fator preponderante de cada um deles que permite a divisão em categorias.

Assim, as demais categorias analisadas apresentaram número semelhante de artigos, cinco a sete artigos em cada uma, sendo que a maior parte desses estudos foram realizados no Norte Global, destacando-se, nos estudos de caso, trabalhos realizados na Espanha.

Desse modo, a revisão integrativa levada a efeito nas bases *Web of Science* e Portal de Periódicos da CAPES apontou como o cooperativismo de plataforma está sendo tratado na literatura pesquisada sob perspectivas diversas, em áreas de pesquisas distintas, e em diversos países, o que demonstra que o termo é multifacetado e interdisciplinar. As categorias propostas neste estudo podem contribuir para o desenvolvimento de novas pesquisas em relação ao tema no Brasil.

4.2 Pesquisa Bibliométrica

A bibliometria consiste em técnicas quantitativas que analisam a produção acadêmica utilizando como parâmetros citações, co-citações, autoria, coautoria, palavras-chaves, periódicos, crescimento e distribuição da bibliografia (FRANCISCO, 2011).

Diante disso, o estudo efetuou uma análise bibliométrica de artigos encontrados por meio de uma busca inicial sobre cooperativismo de plataforma e empreendimentos de economia solidária nas seguintes bases de dados: Portal de periódicos da Capes e *Web of Science*.

Após a escolha da base de busca foram selecionados os termos de busca nas bases de pesquisa. Inicialmente, foram pesquisados os seguintes temas: “*Cooperativismo de plataforma, empreendimentos de economia solidária, plataformas digitais, precarização do trabalho, platform cooperativism*”.

Ressalta-se que os termos foram buscados somente nos títulos e, para analisar os dados, foram utilizados os programas *Mendeley*, *Microsoft Excel* e *VosViewer*.

A primeira busca foi realizada no portal de periódicos da Capes, pesquisando as palavras-chaves para os últimos 5 anos, conforme Tabela 5:

Tabela 5 – Etapas da pesquisa bibliométrica realizada no portal de periódicos Capes

| Etapa | Descrição |
|---|--|
| 1.Operacionalização | 1.1 Escolha da base científica – <i>Periódicos Capes</i> 1.2 Definição dos termos que representam o campo - “ <i>Cooperativismo de plataforma, empreendimentos de economia solidária, plataformas digitais, precarização do trabalho, platform cooperativism</i> ” |
| 2.Procedimento de buscas | 2.1 Título (termo do campo) – especificado acima 2.2 Utilização das aspas (para encontrar termo exato) 2.3 Filtro 1: delimitação somente em artigos 2.4 Filtro 2: 2018 - 2023 2.5 Filtro 3: todas as áreas 2.6 Filtro 4: todos os idiomas |
| 3.Procedimentos de seleção e análise da produção científica | 3.1 Download das referências – uso do Mendeley 3.2 Download das referências em formato de planilha 3.3Download das referências para utilização no VOSviewer 3.4 Organização das referências no Microsoft Excel |

Fonte: Da autora (2023)

A busca resultou 1.578 artigos, distribuídos em 20 assuntos ante a ausência de restrição de áreas de pesquisa. Desse modo, foram encontrados diversos artigos da área de educação, assistência social e área médica, as quais não se relacionam diretamente com o escopo da investigação. Notou-se que a palavra-chave “precarização do trabalho” era o elemento comum entre os artigos, razão pela qual foi utilizada a aplicação de um segundo filtro “e” para a palavra citada, como forma de limitar a busca, o que reduziu a quantidade de assuntos, conforme Tabela 6:

Tabela 6 – Lista de assuntos resultante da pesquisa no portal de periódicos Capes (continua)

| Assuntos | Filtro 1 | Filtro 2 |
|--|-----------------|-----------------|
| Plataformas Digitais | 53 | - |
| Precarização do Trabalho | 46 | - |
| Covid 19 | 41 | - |
| Sociology | 39 | - |
| Communication | 39 | 3 |
| Social Sciences | 35 | 8 |
| Public, Environmental & Occupational Health | 33 | - |
| Trabalho | 30 | - |
| Precarização | 29 | - |
| Education & Educational Research | 27 | - |
| Saúde do Trabalhador | 26 | - |
| Education | 22 | - |
| Trabalho Docente | 21 | - |
| Management | 21 | 3 |
| Digital Platforms | 21 | - |
| Educação | 21 | - |
| Internet | 21 | 3 |
| Pandemia | 19 | - |
| Plataformas Digitales | 16 | - |
| Ensino Remoto | 15 | - |
| Platform Cooperativism | - | 10 |
| Cooperation | - | 7 |
| Capitalism | - | 6 |
| Economia Solidária | - | 5 |
| Sharing Economy | - | 4 |
| Governance | - | 4 |
| Cooperatives | - | 4 |
| Platform Capitalism | - | 4 |
| Arts & Humanities | - | 4 |

Tabela 6 – Lista de assuntos resultantes da pesquisa no portal de periódicos Capes (conclusão)

| Assuntos | Filtro 1 | Filtro 2 |
|-------------------------------|-----------------|-----------------|
| Social Work | - | 3 |
| Platforms | - | 3 |
| Science & Technology | - | 3 |
| Entrepreneurship | - | 3 |
| Business | - | 3 |
| Activism | - | 2 |
| Agriculture | - | 2 |
| Total de Artigos por assuntos | 575 | 84 |
| Total de Artigos | 1.578 | 73 |

Filtro 1: utilizando as palavras-chave de forma aditiva.

Filtro 2: idêntico ao filtro 1, exceto pela palavra precarização do trabalho, que foi utilizada por intersecção

Fonte: Da autora (2023)

Após a utilização do filtro, as buscas foram restritas a 73 artigos, limitados a 22 assuntos que possuem maior relação com o tema de pesquisa. Nesse sentido, despontaram assuntos como economia solidária, *sharing economy*, *cooperation*, *cooperatives*, *platform capitalism* e *platform cooperativism*.

Em seguida, foi efetuada a busca na *Web of Science*, usando as bases *Web of Science* coleção principal, *scielo citation index*, com buscas no título com as palavras-chave segundo etapas da Tabela 7, a qual obteve 106 resultados, no período de 2004 a 2023, ressalta-se que 61% das publicações encontram-se no período mais recente de 2018 a 2023, dentre tais publicações, 96 são artigos científicos, (90%).

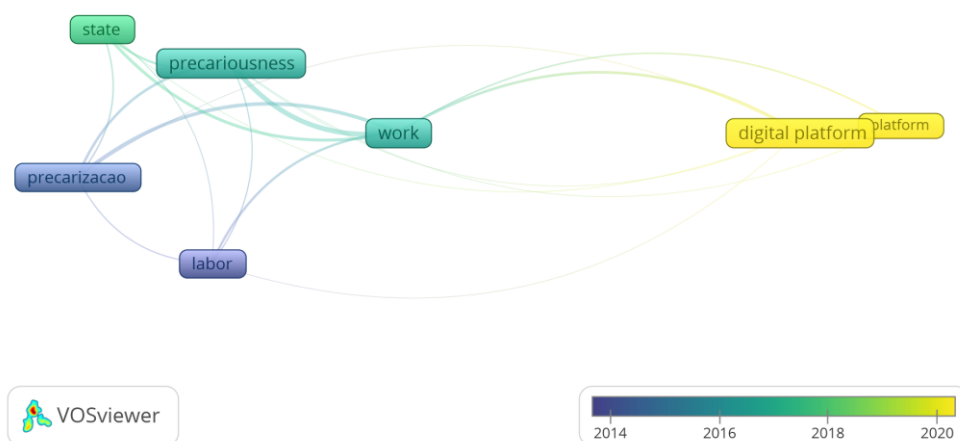
Tabela 7 – Etapas da pesquisa bibliométrica realizada na *Web of Science*

| Etapa | Descrição |
|---|--|
| 1.Operacionalização | 1.1 Escolha da base científica – <i>Web of Science</i> 1.2 Definição dos termos que representam o campo - “ <i>Cooperativismo de plataforma, empreendimentos de economia solidária, plataformas digitais, precarização do trabalho, platform cooperativism,</i> ” |
| 2.Procedimento de buscas | 2.1 Título (termo do campo) – especificado acima 2.2 Utilização das aspas (para encontrar termo exato) 2.3 Filtro 1: todos os anos 2.4 Filtro 2: todas as áreas 2.5 Filtro 3: todos os idiomas |
| 3.Procedimentos de seleção e análise da produção científica | 3.1 Download das referências – uso do Mendeley 3.2 Download das referências em formato de planilha 3.3Download das referências para utilização no VOSviewer 3.4 Organização das referências no Microsoft Excel 3.5 Busca dos artigos completos 3.6 Análise das palavras-chave 3.7 Análise dos periódicos 3.8 Análise de categorias (áreas) das publicações 3.6 Análise dos artigos mais citados |

Fonte: Da autora (2023)

A Figura 2 foi elaborada por meio do software *VOSviewer* e apresenta análise a partir do número de repetição de termos nas referências bibliográficas categorizadas na análise de agrupamento (análise de clusters). Observa-se que as palavras orbitam em torno da palavra-chave “*work*” e “*labor*”, sinônimas, porquanto em grande medida a discussão reside no mundo do trabalho e suas transformações, e também foram associadas à palavra precarização. Outro elemento interessante da análise é o seu elemento temporal, uma vez que os termos “*platform*” e “*digital platform*” e sua relação com os temas trabalho e precarização despontam entre os anos de 2018 e 2020, o que demonstra se tratar de temática recente.

Figura 2 – Análise de cluster realizada a partir das palavras-chaves oriundas dos resultados da pesquisa na *Web of Science*

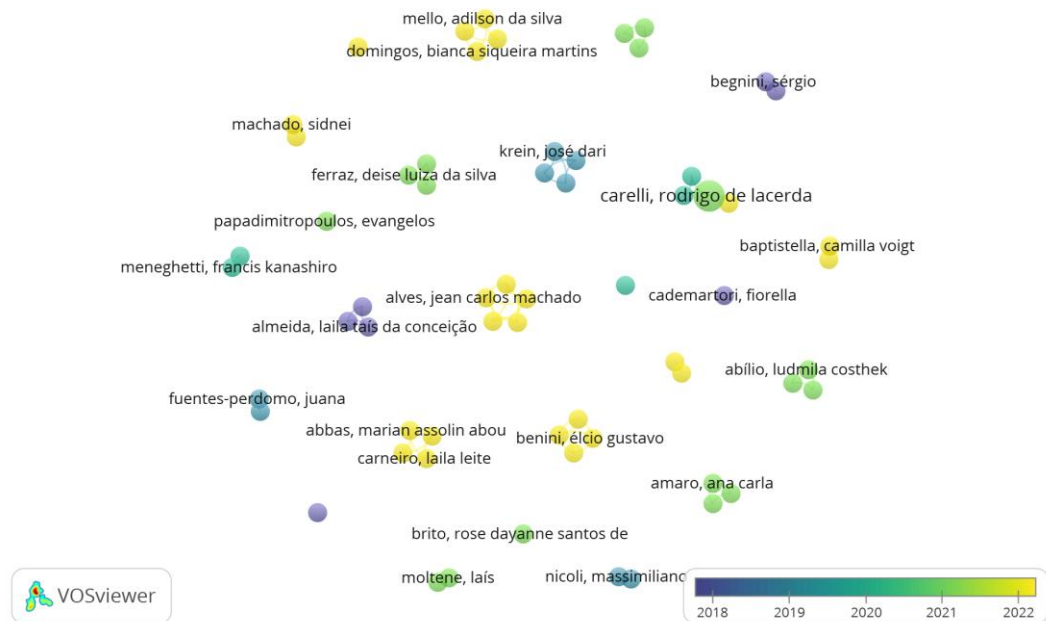


Fonte: Da autora (2023)

No entanto, a palavra-chave precarização do trabalho também obteve resultados que extrapolam o escopo dessa pesquisa, de forma que essa palavra-chave foi novamente adicionada na forma de intersecção, assim como no procedimento anterior na consulta de periódicos Capes.

A figura 3 apresenta o mapa de conexões entre os autores na busca da *Web of Science*, a qual foi refinada, e, mesmo após o refinamento, optou-se por retirar manualmente artigos da área da saúde, educação, serviço social e jornalismo, por não se relacionarem diretamente com o escopo da pesquisa, totalizando 26 artigos.

Figura 3 – Representação dos resultados da pesquisa bibliométrica realizada na *Web of Science*

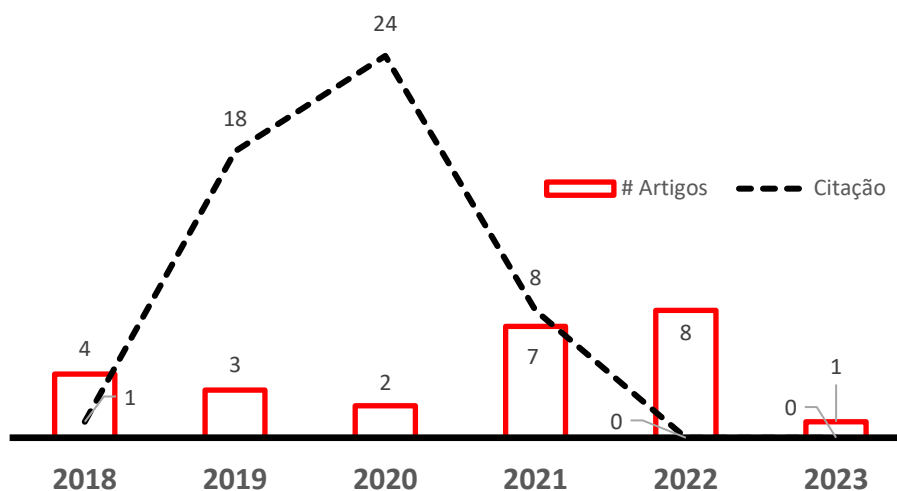


Fonte: Da autora (2023)

Destaca-se que a figura corrobora os resultados da Tabela 6, na medida em que os assuntos aparecem em várias áreas de pesquisa, o que dificulta uma ligação entre os autores. Importa ressaltar que tais ligações ocorrem mediante métricas de citações acadêmicas, portanto, em áreas de conhecimento distintas dificilmente elas ocorrem. Isso destaca a importância de realização de trabalhos multidisciplinares sobre os efeitos das plataformas digitais e sua utilização em empreendimentos de economia solidária.

Além disso, reforçando as conclusões da análise das palavras-chave, observa-se que a maior parte das citações entre autores ocorreu em 2020 e as publicações ocorreram em 2022, conforme Figura 4.

Figura 4 – Distribuição do número de artigos científicos e citações no período de 2018 a 2023



Fonte: Da autora (2023)

Observa-se entre os artigos encontrados a ausência do autor Trebor Scholz, o qual cunhou o termo cooperativismo de plataforma. Isso se explica porque a produção acadêmica do autor consiste na publicação de livros, os quais não são abarcados pelas buscas.

Dentre os artigos encontrados, foram sistematizados 20 artigos, os quais orientaram a busca por outros artigos, relatórios e livros. Entre eles, importa ressaltar o trabalho de Papadimitropoulos (2021), o qual parte de uma crítica ao modelo proposto por Bauwens e Kostakis (2016), os quais alegam que o cooperativismo proposto por Trebor Scholz recai nos mesmos problemas do cooperativismo tradicional, tendendo ao longo do tempo a se curvar à pressão competitiva das empresas capitalistas. Assim, propõem a criação de cooperativas abertas, baseadas em plataformas de código aberto, empregando licenças *CopyFair*, as quais permitem a comercialização de conhecimento comum em troca de aluguel ou contribuição recíproca. Essas empresas geradoras contrastam com as empresas extrativistas (por exemplo, *Facebook* e *Google*) na medida em que não buscam maximizar os lucros reinvestindo insuficientemente o excedente na manutenção da comunidade produtiva. O autor resalta que o modelo proposto encontra óbice na falta de políticas públicas orientadas para a cooperação no uso de bens comuns e mudança de mentalidade entre experiências hierarquicamente orientadas para a autogestão.

Já a análise de Morell, Espelt e Cano (2021) sobre o cooperativismo de plataforma considerando dimensões de governança, modelo econômico, políticas de tecnologia, políticas de dados e responsabilidade social, concluiu que trata-se de alternativa ao capitalismo de

plataforma, mas enfrenta dificuldades, como escalabilidade, sustentabilidade, igualdade de gênero e replicabilidade de projetos.

O trabalho realizado por Alves, et al.(2022) em Minas Gerais analisou o uso das tecnologias de informação em empreendimentos de economia solidária e observou que entre os EES investigados alguns utilizam *Facebook* e *Instagram* para comunicação interna entre os membros e o *whatsapp* para comunicação interna e entre clientes. O estudo concluiu que os empreendimentos ainda precisam de estruturação organizacional para utilização de tecnologia da informação, recursos financeiros para aquisição de material e desenvolver competências, além de enfrentar resistências internas, as quais podem se relacionar com a faixa etária dos integrantes e nível de escolaridade.

Por fim, o dossiê elaborado por Abílio, Amorim e Grohmann (2021) analisa o trabalho em plataformas digitais numa perspectiva do Sul Global, considerando suas características periféricas, e como tais características são apropriadas e radicalizadas de maneira datificada, racional e centralizada pelas plataformas digitais. Como consequência, a informalidade nas relações de trabalho passa a se firmar como realidade no presente e futuro. O trabalho dos autores foi amplamente utilizado no referencial teórico dessa pesquisa.

4.3 Mapeamento

Foram encontradas trinta e cinco iniciativas entre grupos emergentes, associações, cooperativas e redes de apoio de economia solidária plataformizados, os quais foram classificados por ramo de atividade, conforme tabelas elaboradas pela autora²⁰:

²⁰ O endereço das redes sociais de cada um dos grupos encontrados consta no Anexo II.

Tabela 8 – Mobilidade urbana

| Nome | Localização | Aplicativo | Data de Início | Data Final | Situação cadastral |
|---|--------------------------------------|---------------------------|----------------|-------------------|--------------------|
| Coomura | Uberaba – MG | <i>VetorDriver</i> | 05/07/2021 | 27/10/2022 | Ativa |
| Coopama | São Carlos – SP | <i>CoopFree</i> | 14/01/2022 | 30/09/2022 | Inapta |
| Coomappa | Araraquara – SP | <i>Chama</i> | 16/02/2021 | 04/11/2022 | Ativa |
| Aimap | Niterói – RJ | <i>Let's Mobi</i> | 08/04/2021 | 01/01/2022 | - |
| CooperMapp | Belo Horizonte – MG | <i>Cliente Coopermapp</i> | 24/05/2022 | 01/02/2023 | Ativa |
| Coopertran | Vitória – ES | <i>PODD</i> | - | - | - |
| Coopmab | Juazeiro do Norte – CE ²¹ | <i>BoraCariri</i> | 04/02/2019 | 05/07/2021 | - |
| CoopMobi | Extrema – MG | <i>UaiLeva</i> | 23/12/2020 | 09/11/2021 | Ativa |
| Comobi | Caxias do Sul – RS ²² | <i>Liga</i> | 17/07/2021 | 01/11/2022 | Ativa |
| Coopermap | Maringá – PR | <i>Mobingá</i> | - | - | Ativa |
| Cooperativa dos Motoristas de Transporte por Aplicativo e Assemelhados de Canaã dos Carajás | Canaã dos Carajás – PA | <i>MobCan</i> | 08/11/2019 | 22/12/2022 | - |

Fonte: Da autora (2023)

²¹ O aplicativo também funciona em Crato e Barbalha, região do Cariri (CE), conforme publicações do perfil do grupo.

²² O aplicativo também funciona em Gramado, Canela e Passo Fundo, conforme <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/economia/noticia/2022/07/motoristas-da-serra-integram-movimento-para-criar-aplicativo-nacional-de-mobilidade-cl66p59fm0070017pezx825w5.html> acessado em 28/01/2023

Foram encontrados onze grupos de mobilidade urbana, dentre os quais dez são cooperativas e uma associação (Aimap), e seis delas se encontram ativas na consulta cadastral da Receita Federal, conforme Tabela 8. A consulta da situação cadastral foi realizada no website da Receita Federal²³, em fevereiro de 2023, mediante consulta prévia de CNPJ pelo nome dos empreendimentos²⁴. Assim, o fato de alguns empreendimentos não terem sido encontrados não significa que não estão regularizados, mas somente que não foram localizados o CNPJ na Redesim para posterior busca.

Importa ressaltar que todos os grupos encontrados possuem aplicativo próprio. Do total de grupos, dois foram considerados extintos ante o decurso de tempo sem postagem nas redes - Coopmap e CoopMobi, o último, no entanto, ainda recebe atualizações na loja de aplicativos e possui cadastro ativo na Receita Federal – e, um deles, Aimap, embora a data de sua última postagem esteja dentro do termo final da pesquisa, 28/02/2022, declarou ter encerrado atividades em 2022 em suas redes sociais.

Além disso, observa-se que a maior parte dos grupos se encontram na região Sudeste, 63%, ao passo que as regiões Norte e Nordeste apresentaram somente um resultado para cada região. Observa-se, no entanto, que o aplicativo *BoraCariri*, quando em atividade, encontrava-se presente em três cidades. Apesar de a região Sul ter apresentado dois grupos, apresentou maior capilaridade, haja vista que o aplicativo *Liga* da Comobi também está presente em Gramado, Canela e Passo Fundo.

Quanto aos entregadores de mercadoria, foram encontrados quinze grupos, os quais se intitulam coletivos, grupos e até mesmo cooperativas ainda que não formalizadas, conforme Tabela 9.

²³ https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp

²⁴ <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/redesim/consultas-pessoa-juridica>

Tabela 9 – Entregadores de mercadorias

| Nome | Localização | Aplicativo | Data de Início | Data Final |
|------------------------|---------------------|------------|----------------|-------------------|
| Despatronados | Rio de Janeiro – RJ | Whatsapp | 29/09/2020 | 01/02/2023 |
| Pedal Express | Porto Alegre – RS | Whatsapp | 24/06/2013 | 07/12/2022 |
| Señoritas Courier | São Paulo – SP | Whatsapp | 22/02/2019 | 27/01/2023 |
| All City Bike Entregas | São Paulo – SP | Whatsapp | 18/05/2020 | 06/12/2022 |
| Dizzy Express | Belo Horizonte – MG | Whatsapp | 28/08/2013 | 30/03/2022 |
| Féme Express | São Paulo – SP | Whatsapp | 27/06/2020 | 19/02/2021 |
| Puma Entregas | Porto Alegre – RS | Whatsapp | 28/07/2020 | 25/02/2022 |
| Giro Sustentável | São Paulo – SP | Whatsapp | 02/08/2018 | 02/02/2023 |
| Graxa Cicloentregas | Sorocaba – SP | Whatsapp | 07/06/2021 | 14/03/2022 |
| BH Biker | Belo Horizonte – MG | Whatsapp | 30/06/2020 | 27/01/2021 |
| Zig Zag Entregas | Recife – PE | Whatsapp | 08/07/2018 | 04/05/2021 |
| Graxaim | Porto Alegre – SP | Whatsapp | 20/12/2019 | 22/01/2021 |
| Carcará Bike Entregas | São Paulo – SP | Whatsapp | 23/03/2020 | 15/08/2022 |
| Ciclo Courier | Rio de Janeiro – RJ | Whatsapp | 13/12/2012 | 19/01/2023 |
| Brothers Courier | São Paulo – SP | Whatsapp | 14/08/2019 | 08/03/2020 |

Fonte: Da autora (2023)

Ressalta-se que todos eles operam mediante aplicativo de conversas *whatsapp*, portanto, não possuem aplicativo próprio. No entanto, três grupos declararam em suas redes o encerramento de suas atividades durante a coleta de dados. 46% dos grupos foram constituídos na região Sudeste, sendo que somente no Estado de São Paulo existem sete grupos. Três foram constituídos na região Sul e um na região Nordeste.

Verificou-se nos grupos encontrados na categoria de entregadores que quase todos trabalham com transporte não motorizado (exceto o grupo *Féme Express*, que utiliza motocicleta) e indicam nos perfis em suas redes seu caráter sustentável. Alguns grupos, ainda, apresentam propostas de lutas por direitos das mulheres e de comunidades LGBTQIA+²⁵, meio ambiente, obtenção de renda e melhores condições de trabalho. Nesse sentido, observa-se maior alinhamento aos princípios da economia solidária. Por outro lado, os grupos da categoria mobilidade urbana apresentam propostas de melhoria de renda de seus associados e inovação, desse modo, alinham-se a vertentes mais pragmáticas, e consentâneos com o cooperativismo institucionalizado.

Ademais, 46% dos grupos encontrados nessa categoria foram criados após o ano de 2020, período durante o qual se exacerbou as condições precárias de trabalhadores vinculados a aplicativos de entrega, culminando em protestos da categoria²⁶, o que também foi observado por Grohmann (2022). A sobrevivência dos grupos de entrega, contudo, é menor que a do grupo de mobilidade urbana, na medida em que 40% deles não possuem mais postagens em suas redes sociais após fevereiro de 2022.

Somente um grupo foi encontrado na modalidade diarista, localizado em São Paulo – SP, mas sua última publicação em sua rede social ocorreu em 2019, conforme Tabela 10, razão pela qual não foram formuladas análises a respeito.

²⁵ Lésbicas, gays, bissexuais, transgênero, queer, intersexo, assexual e outras identidades de gênero e orientações sexuais.

²⁶ <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/07/protesto-de-entregadores-comeca-com-cerca-de-1000-motoboys-na-marginal-pinheiros.shtml> - acessado em 04/02/2023

Tabela 10 – Diaristas

| Nome | Localização | Aplicativo | Data de Início | Data Final |
|--------------------------|--------------------|-------------------|-----------------------|-------------------|
| Cooperativa de Diaristas | São Paulo – SP | Whatsapp | 22/01/2019 | 25/01/2019 |
| Limpeza Total | | | | |

Fonte: Da autora (2023)

Já para as redes de apoio, foram encontrados 8 resultados, conforme Tabela 11, sendo duas iniciativas com aplicativo próprio, o “*Cataki*” e o “*AppJusto*”, os quais transcendem iniciativas municipais e possuem potencial de uso em todo o território nacional. A respeito do primeiro, foi conduzido estudo por Luciana Bruno (2020), com catadores que vivem em São Paulo - SP e Rio de Janeiro – RJ, a qual relatou que o aplicativo conecta mais de 3 mil catadores em cerca de 470 cidades brasileiras.

Tabela 11 – Rede de apoio

| Nome | Localização | Aplicativo | Data de Início | Data Final |
|--|--------------------|-------------------|-----------------------|-------------------|
| Contrate Quem Luta | São Paulo – SP | Whatsapp | 31/05/2021 | 01/02/2023 |
| Força | Lavras – MG | Whatsapp | 21/11/2020 | 20/01/2023 |
| Reciclo | Fortaleza – CE | Whatsapp | 22/08/2022 | 26/01/2023 |
| Pimp My Carroça | São Paulo – SP | Cataki | 01/08/2019 | 23/11/2022 |
| Cooperativa Eita | Caldas – MG | Website | 09/08/2018 | 15/12/2022 |
| Entregadores Antifascistas | São Paulo – SP | Instagram | 16/04/2020 | 04/04/2022 |
| AppJusto | São Paulo – SP | AppJusto | 23/02/2021 | 25/01/2023 |
| Observatório do Cooperativismo de Plataforma | São Leopoldo – RS | Website | 11/06/2021 | 13/11/2022 |

Fonte: Da autora (2023)

Três iniciativas utilizam o *whatsapp* para conectar clientes e trabalhadores informais de forma local e três são iniciativas que visam auxiliar novos empreendimentos com informações, estudos, soluções tecnológicas, divulgação e apoio. A esse respeito, o grupo “*Contrate Quem Luta*” do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) opera com uma assistente virtual vinculada ao *whatsapp* para conectar trabalhadores informais sem-teto a pessoas que necessitem de seus serviços.

Todos os grupos de apoio remanescem ativos e a maior parte deles, 75%, foi criada após o ano de 2020, o que pode estar associado ao aumento do desemprego já mencionado a partir de tal período.

De simples análise populacional das cidades onde os grupos foram encontrados, observa-se seu caráter urbano, sendo que somente duas cidades do grupo de mobilidade urbana possuem menos de 100 mil habitantes (Extrema - MG e Canaã dos Carajás – PA, 36 mil habitantes e 38 mil habitantes, respectivamente). Nesse sentido, é possível concluir que a emergência da economia solidária plataformizada é essencialmente urbana, o que é esperado na medida em que menos de 8% dos municípios brasileiros que possuem áreas rurais apresentam cobertura completa de rede 4G de internet (ANATEL, 2020). Isso também pode ser explicado pelas diferenças existentes no meio urbano e rural no Brasil, já que os índices educacionais e de IDH entre um e outro apresentam discrepâncias intra e inter-regionais (NASCIMENTO PEREIRA; NUNES DE CASTRO, 2019), na esteira das conclusões de Alves, et al. (2022).

Ademais, resta evidente a maior capacidade financeira dos grupos de mobilidade urbana, na medida em que constituíram aplicativo próprio. Além disso, a maioria deles está formalizada como cooperativa, o que pode garantir acesso a editais públicos de financiamento e facilidade de acesso a financiamento de instituições financeiras. Outra possibilidade que não pode ser descartada é que os cooperados provavelmente são proprietários ou possuem acesso a automóveis e, portanto, detêm maior poder aquisitivo. Nesse sentido, também resta evidente que os grupos de entregadores se encontram mais vulnerabilizados financeiramente, o que dificulta a constituição de aplicativo próprio, conforme já observado por Zanatta (2022). Tal vulnerabilidade também pode ter relação com o percentual de mortandade de tais iniciativas (40%).

Nesse compasso, importante ressaltar a presença do aplicativo de mensagens *whatsapp* nas categorias de rede de apoio e entregadores, na medida em que elimina a subordinação algorítmica mencionada por Abílio (2021). Além disso, diante da ampla disseminação do

mencionado aplicativo entre usuários brasileiros, questiona-se a necessidade de construção de aplicativo próprio para empreendimentos de economia solidária, já que pequenas empresas podem utilizar versão gratuita do aplicativo com perfil comercial²⁷.

4.4 Investigação em Redes Sociais

Mediante ordem de antiguidade foram eleitos os grupos *BoraCariri*, na categoria mobilidade urbana, *Ciclo Courier* na categoria entregadores de mercadoria e *Coletivo Eita* na categoria rede de apoio, cujas postagens encontram-se categorizadas na Tabela 12. As postagens podem ser visualizadas individualmente no perfil do Instagram de cada um dos grupos, conforme Anexo II desse estudo. Além disso, no Anexo III constam algumas postagens para ilustrar os resultados.

O grupo com maior quantidade de publicações, 323, foi o *Ciclo Courier*, da categoria entregadores de mercadoria, sediado no Rio de Janeiro - RJ, cuja primeira postagem ocorreu em 13/12/2012, portanto, é o grupo mais antigo dentre os escolhidos.

Em segundo lugar, o grupo *BoraCariri*, com 249 publicações, da categoria mobilidade urbana, localizado na região do Cariri no Ceará, cuja primeira postagem ocorreu em 04/02/2019.

Por último, o *Coletivo Eita*, com somente 28 postagens, da categoria rede de apoio, localizado em Caldas – MG, cuja primeira postagem ocorreu em 09/08/2018.

²⁷ Para mais informações consultar: <https://business.whatsapp.com/resources/faq>

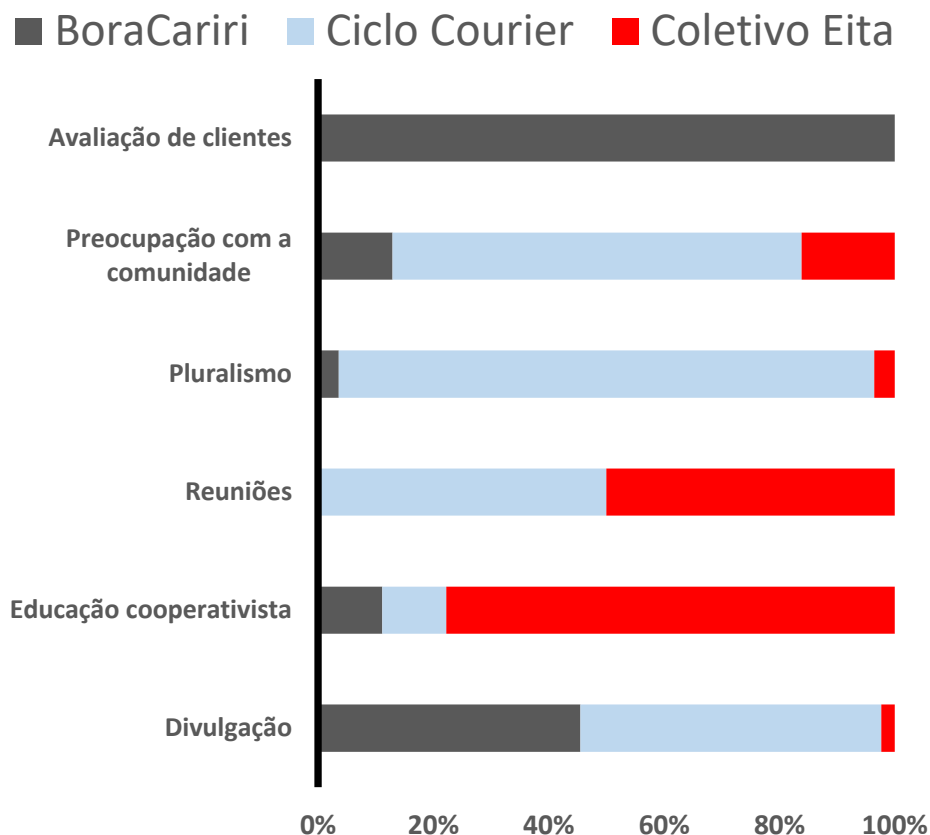
Tabela 12 – Distribuição das postagens dos grupos escolhidos

| | BoraCariri | Ciclo Courier | Coletivo Eita |
|------------------------------|-------------------|----------------------|----------------------|
| Divulgação | 236 | 271 | 12 |
| Educação cooperativista | 1 | 1 | 7 |
| Reuniões | - | 3 | 3 |
| Pluralismo | 1 | 26 | 1 |
| Preocupação com a comunidade | 4 | 22 | 5 |
| Avaliação de clientes | 7 | - | - |
| TOTAL | 249 | 323 | 28 |

Fonte: Da autora (2023)

Verifica-se que todos os grupos priorizam a divulgação de seus serviços e trabalhos nas redes sociais, já que esta é importante ferramenta de publicidade, haja vista a quantidade de *smartphones* conectados às redes, conforme já mencionado nesse trabalho. As análises podem ser melhor visualizadas na Figura 5:

Figura 5 – Porcentagem das postagens dos grupos selecionados



Fonte: Da autora (2023)

Observa-se que o grupo *BoraCariri* foi o que mais divulgou suas atividades (94% das publicações), entretanto, apesar do grande volume de postagens nessa categoria, o perfil não divulga fotos dos integrantes, seus veículos, ou trajetos. Observou-se que as postagens foram feitas de maneira profissionalizada com utilização de banco de imagens e muitas delas com apelo à valorização de um aplicativo local em detrimento das plataformas tradicionalmente utilizadas, bem como apelo a novos integrantes ressaltando repasse de valores mais atrativos e custos menores aos motoristas.

Em sentido oposto, no grupo *Ciclo Courier*, observa-se que suas postagens de publicidade (83%) dão ênfase às atividades dos integrantes do grupo, já que consistem em fotos dos entregadores com bicicletas, mercadorias, nas ruas do Rio de Janeiro, em locais turísticos da cidade e até mesmo fotos enfrentando adversidades para conclusão dos serviços.

Já a divulgação do *Coletivo Eita* (42%) destaca a publicização de seus trabalhos, o qual consiste em soluções digitais, com menor foco em seus integrantes.

Quanto ao pluralismo, ressalta-se o pequeno número de postagens do grupo *BoraCariri*, não alcançando 1% de suas publicações, pelo que não é possível observar se constitui um grupo plural. Já 3% das publicações do *Coletivo Eita* retratam seus integrantes, em que é possível observar que é composto por homens e mulheres, brancos, pardos e negros. Por fim, o *Ciclo Courier* teve 9% de suas publicações em tal categoria, onde também se observa integrantes homens, mulheres, brancos, pardos e negros. Além disso, as postagens do grupo enaltecem atividades extras de seus integrantes, como participação em competições de ciclismo.

Na categoria educação cooperativista, o grupo que mais se destacou foi o *Coletivo Eita*, com 25% das publicações ressaltando valores cooperativistas, seus princípios e participação em eventos dessa natureza. O grupo também se destacou na categoria preocupação com a comunidade, já que 17% de suas postagens se refere à participação ou promoção de eventos comunitários. Apesar de o grupo *Ciclo Courier* ter somente 6% das publicações em tal categoria, destaca-se seu ativismo nas questões ambientais e de mobilidade urbana.

Na categoria avaliação de clientes, somente o grupo *BoraCariri* demonstrou possuir canal de atendimento ao cliente para formalizar reclamações (2% das publicações), demandas, avaliações e favoritar o motorista. No entanto, destaca-se que se trata de peculiaridade existente em aplicativos de mobilidade urbana, bem como não é possível saber como essas avaliações são tratadas pelo grupo e suas consequências para os integrantes.

Por fim, o grupo *BoraCariri* foi destaque negativo para a categoria reuniões, já que não há qualquer postagem que indique realização de reuniões pelo grupo. Tal ausência demanda investigações mais aprofundadas do grupo, pois pode se tratar de falsa cooperativa, ou se suas redes sociais são utilizadas estritamente para publicidade dos serviços do grupo.

Já o grupo *Ciclo Courier* possui menos de 1% de suas postagens referentes às reuniões, o que pode indicar baixa frequência destas, ou pouca divulgação de seus trâmites internos. A esse respeito, o *Coletivo Eita* se destacou com 10% das postagens.

Desse modo, foi possível observar que o grupo *BoraCariri*, apesar de possuir grande volume de publicações, dedicou-se quase exclusivamente a dar publicidade à prestação de serviços, sem externar em suas postagens os valores cooperativistas categorizados na cidadania deliberativa. Isso pode indicar que o grupo se constitui formalmente como cooperativa, mas não pratica, de fato, seus princípios. A convocação de novos membros consiste puramente num atrativo utilitarista de promessa de incremento de renda, independência financeira e valorização de empreendimento de iniciativa local.

Já o grupo, *Ciclo Courier* se destacou pelo pluralismo e preocupação com a comunidade, bem como com as publicações de publicidade destacando seus integrantes e instrumentos de trabalho. Embora as postagens de reuniões sejam escassas, investigações mais aprofundadas são necessárias para esclarecer se elas ocorrem, sua frequência e participação dos integrantes, a fim de avaliar com maior rigor as categorias de análise da cidadania deliberativa.

Por fim, o *Coletivo Eita* se destacou pela educação cooperativista e realização de reuniões entre os integrantes, oferecendo indícios de que promove os valores cooperativistas e da cidadania deliberativa em suas atividades. Destaca-se que a proposta do coletivo é o auxílio mediante soluções tecnológicas para outras cooperativas e coletivos em instituição.

Assim, a análise ofereceu indícios de comportamento dos grupos, baseado nas postagens em redes sociais, sem perder de vista que as publicações são escolhas do que o grupo decide ou não divulgar nas redes, portanto, oferecem meras evidências que demandam estudos em profundidade.

4.5 Cartilha

Cartilhas consistem em manuais didáticos, informativos e educativos sobre determinado tema, exposto de forma dinâmica e em linguagem acessível (GIORDANI; PIRES, 2020). Diante de sua natureza educativa trata-se de um dos meios de levar o conhecimento adquirido no ambiente universitário à população, em cumprimento a uma das finalidades do ensino superior consistente na extensão universitária. Com efeito, a extensão assume grande importância ao inserir o acadêmico na realidade social, política e econômica, com participação direta que possibilita um ciclo de transformação social (GONÇALVES et al., 2021).

O propósito da cartilha foi oferecer orientação àqueles que se interessam em iniciar um empreendimento de economia solidária com auxílio das plataformas digitais, utilizando um *smartphone*. Assim, ela se dirigiu a um público jovem, por constituir grupo que possui mais familiaridade no manuseio de plataformas digitais. Isso, no entanto, não exclui outras faixas etárias que se interessem em constituir um coletivo. Os personagens foram criados em forma de legumes humanizados, tentando dissociá-los de identidades de gêneros e oferecer uma perspectiva de que a constituição de grupos não se restringe ao gênero masculino ou feminino, além disso, são elementos que criam identificação, já que tais alimentos são de conhecimento popular. Sua divulgação, além dos órgãos já citados no capítulo referente à metodologia, destina-se a comunidades economicamente vulneráveis e deve ser gratuita.

Pretendeu-se despertar o interesse e oferecer meios práticos e de baixo custo, com linguagem simples e objetiva, a partir dos resultados obtidos com o mapeamento e caracterização dos empreendimentos. Assim, sugeriu-se a criação de grupos de *whatsapp* e *facebook* (cf. fls. 6 da cartilha) considerando sua capacidade de reunir grande número de pessoas²⁸, contar com a ferramenta *business*, além da possibilidade de efetuar disparo em massa de mensagens padronizadas de forma gratuita.

Também foi sugerida a utilização do *website Goomer* (cf. fls. 8 da cartilha), a qual organiza cardápios e produtos à venda, de maneira simples e objetiva e a envia ao número de *whatsapp* para finalização da compra. Tal recurso é utilizado por pequenos comerciantes na cidade de Lavras – MG para viabilizar seus negócios.

A cartilha foi inspirada em grupos como o “Contrate quem luta” do MTST e “Força”, este último localizado em Lavras - MG, os quais utilizam o *whatsapp* para unir trabalhadores de diversos setores e clientes. Ambas possuem ampla base de dados de trabalhadores autônomos, como pintores, pedreiros, bombeiro hidráulico, diaristas, jardineiros, etc. Ressalta-se que a iniciativa do MTST já conta com informatização consistente em respostas automáticas, as quais, possivelmente podem ser replicadas.

No entanto, as iniciativas não se resumem aos moldes dos grupos que serviram de inspiração, já que também se sugeriu a instituição de um clube de trocas e união para compras coletivas a um custo menor (cf. fls. 5 da cartilha), nos termos já exemplificado por Singer (2018). Além disso, foi reforçado o caráter comunitário e de ajuda mútua, para proibir instituição de preços incompatíveis com a expressão financeira da comunidade.

Ressaltou-se no roteiro que a iniciativa deve envolver a participação da comunidade, grupos de moradores, vizinhos, líderes comunitários (cf. fls. 7 da cartilha), bem como deve haver a distribuição de tarefas para descentralizar as atividades e despersonalizar a iniciativa. Sugeriu-se, ainda, a realização de confraternizações, como forma de unir os interessados e divulgar a ideia.

A preocupação com a comunidade é introduzida logo na primeira página da história e torna-se o ponto de partida para a constituição da organização. Ainda, destaca-se logo no primeiro quadrinho a imagem de um trabalhador precarizado realizando entrega de mercadoria, representando o fenômeno da uberização e informalidade do mercado de trabalho, por meio de

²⁸ Até a conclusão desse trabalho o *whatsapp* conta com recursos de comunidades, limitadas a 50 grupos, com limite de 1024 pessoas por grupo.

um aplicativo de entregas muito famoso na cidade de Lavras-MG. Nesse sentido, trata-se de maneira de representar o trabalho de Abílio (2020) com os motofretistas.

Conteúdos educacionais também foram inseridos ao longo do roteiro para mostrar ao público leitor que as ideias cooperativistas são colocadas em prática há mais de cem anos e podem ser eficazes (cf. fls. 5 e 7 da cartilha).

Formas de arrecadação também foram sugeridas, como a constituição de rifas, além de parcerias com estudantes para auxiliar o crescimento da organização, num processo de integração entre o grupo, a comunidade, órgãos do terceiro setor e o ensino público (cf. fls. 11 da cartilha).

Nesse sentido, embora os temas tenham sido introduzidos de forma sutil, os princípios solidários e de gestão democrática encontram-se presentes para uma construção eficaz de um empreendimento de economia solidária, com destaque sobretudo à participação. Assim, a cartilha tratou, principalmente, da educação cooperativista ainda que de forma acessível.

Ao final da cartilha, foram listados coletivos, cooperativas e redes de apoio a empreendimentos de economia solidária considerados mais proeminentes dentre os encontrados no mapeamento, para auxiliar os interessados caso queiram segui-los nas redes sociais, em estímulo ao intercooperativismo.

Espera-se que a cartilha tenha por efeito aproximar a comunidade dos conhecimentos adquiridos pela pesquisa, que consiga introduzir os princípios cooperativistas e inspirem comunidades vulneráveis a constituírem clubes de trocas, compras coletivas e organizações que eliminem a intermediação de serviços efetuadas por algoritmos de forma desumanizada e voltada inteiramente ao melhor custo-benefício dos proprietários de plataformas digitais.

A cartilha elaborada encontra-se no Anexo I desta dissertação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo se propôs a caracterizar empreendimentos de economia solidária plataformizados constituídos no Brasil. Para isso, foi realizado, a priori, pesquisa bibliográfica, consistente em revisão sistemática e integrativa de artigos publicados, bem como levantamento bibliométrico a fim de analisar o estado da arte sobre o cooperativismo de plataforma e empreendimentos de economia solidária plataformizados no Brasil e no mundo. Em seguida, realizou-se mapeamento na rede de internet e redes sociais, a fim de detectar a presença de empreendimentos de economia solidária, considerando o contexto da economia de plataforma e a precarização de condições de trabalho. Os grupos foram separados em categorias, quais sejam, mobilidade urbana, entregadores de mercadoria, diaristas e rede de apoio. A partir disso, foram escolhidos três grupos em cada categoria, exceto diaristas, segundo critério de antiguidade, para análise das postagens na rede social *Instagram*.

Na pesquisa bibliográfica efetuou-se leitura de 20 artigos, dentre os quais emergiram quatro categorias de análise: Democracia e bens comuns digitais; Formulações teóricas acerca do cooperativismo de plataforma e economia colaborativa; Contradições do cooperativismo de plataforma e Estudos de caso de cooperativas de plataforma.

Na categoria “Democracia e bens comuns digitais”, os trabalhos se referem à constituição de modelos que viabilizem um ambiente democrático digital, mediante trabalhos colaborativos, e na elaboração de aplicativos de código aberto, que sejam replicáveis e com licenças que estimulem criações coletivas e não permita o aproveitamento dos ganhos coletivos para interesses individuais das grandes corporações. Já na categoria “Formulações teóricas acerca do cooperativismo de plataforma e economia colaborativa”, os autores partem de críticas à apropriação da economia colaborativa pelas *big techs*, para atender seus próprios interesses e às externalidades negativas causadas. Nesse sentido, o cooperativismo de plataforma emerge como alternativa de enfrentamento, o qual pode oferecer ambientes de trabalho mais democráticos.

No entanto, apesar do otimismo em torno do cooperativismo de plataforma, os trabalhos da categoria “Contradições do cooperativismo de plataforma” indicam que o modelo não está a salvo de críticas, na medida em que enfrenta dilemas que contrapõem ambiente democrático e desempenho econômico. Nesse sentido, os estudos sugeriram que sob a roupagem cooperativista muitos empreendimentos se aproximam mais de um capitalismo de plataforma em detrimento da proposta cooperativista proposta por Trebor Scholz (2016a). Por fim, na

categoria “Estudos de caso de cooperativas de plataforma” foram apresentadas investigações de casos práticos como o *Fairbnb* a *EvaCoop*, *CoopCycle*, entre outros, expondo seus desafios e fragilidades ao competirem num mercado dominado pelas *big techs*.

Por fim, importa ressaltar as diferenças entre as publicações nacionais e estrangeiras, na medida em que esta ofereceu resultado mais prolífico em número de artigos, conta com mais exemplos práticos e em estágios mais avançados, além de conduzir os estudos para a filosofia dos comuns, elaboração de *software* livre e implicações de seu uso e replicação. Já os estudos nacionais ainda partem da análise de políticas neoliberais, dos efeitos precarizantes exacerbados pelas *big techs*, e conta com poucos casos práticos, sobretudo em virtude das dificuldades de captação de recursos enfrentadas pelos empreendimentos locais.

Assim, é possível concluir que, em geral, os trabalhos ainda consistem em estudos teóricos sobre o cooperativismo de plataforma, sua ascensão, seus desafios e suas potencialidades, sendo desejável mais estudos referentes a casos práticos, sobretudo no Brasil, considerando nossas peculiaridades locais. Desse modo, casos práticos consistentes em trabalhos de campo, pesquisas etnográficas e realização de entrevistas semiestruturadas podem ser esclarecedores para o cenário atual, em que se observa a emergência de coletivos plataformizados dependentes de aplicativos proprietários, bem como cooperativas de plataforma, e relação destes empreendimentos com setores tradicionais do cooperativismo brasileiro e com movimentos sociais mais consentâneos com o campo da economia solidária. Tais investigações podem propiciar a elaboração de políticas públicas voltadas para o setor, o qual abriga vasto conjunto de trabalhadores informais.

Em consonância com a pesquisa bibliográfica, a pesquisa bibliométrica ressaltou que os termos relacionados à precarização do trabalho conjugados com plataformas digitais despontou a partir de 2018, com pico de citações em 2020, e maior número de publicações em 2022. Os artigos foram publicados em várias áreas do conhecimento, o que tende a dificultar citação entre os autores, mas demonstra seu caráter multidisciplinar.

Quanto ao mapeamento realizado, tratou-se de amostra não probabilística, cujos resultados indicam que tais empreendimentos existem e demandam amplo mapeamento pelo Poder Público.

Nesse sentido, foram encontrados mais de 30 empreendimentos, entre grupos, cooperativas, coletivos e redes de apoio, em atividades econômicas distintas, com características financeiras e de formalização desiguais. Além disso, em investigação em descritivo de perfis nas redes sociais foi possível aferir que os grupos da categoria “entregadores

de mercadorias”, além do incremento na renda, têm como foco a luta por direitos trabalhistas, ambientais, sociais, das mulheres e da comunidade LGBTQIA+. Dessa forma, estão mais alinhados aos princípios da economia solidária de transformação social.

Apesar de a terminologia cooperativismo de plataforma ter despontado em 2016, a maior parte das iniciativas brasileiras tem emergido a partir de 2020. Assim, estudos em profundidade são necessários para observar a constituição e característica de tais grupos, bem como as razões pelas quais alguns deles não sobreviveram, o que pode ter relação com os desafios da economia solidária plataformizada já apontados por ZANATTA (2022).

Constatou-se que os grupos são essencialmente urbanos, haja vista a cobertura deficiente de internet 4G no Brasil, além das discrepâncias educacionais entre o meio urbano e rural. Ainda, para os grupos de mobilidade urbana, verificou-se maior capacidade financeira já que lograram custear aplicativo próprio, constituem organizações formalizadas, em sua maioria, e utilizam veículos automotores para exercício do seu trabalho.

Também se observou a predominância do aplicativo *whatsapp* nos grupos mais vulneráveis, o que nos leva a questionar a real necessidade de constituição de aplicativo próprio quando já existe alternativa gratuita e amplamente utilizada pelos usuários de internet no Brasil.

No que se refere à investigação das postagens pelos grupos eleitos, foi observado que as publicações nas redes se concentram na publicidade desses empreendimentos. Todavia, os grupos de entregadores de mercadoria e rede de apoio apresentaram postagens que indicam observância aos princípios cooperativistas, segundo adaptação do critério de análise da cidadania deliberativa conjugada com os princípios do cooperativismo de plataforma, e, portanto, são mais consentâneos com a economia solidária. Por outro lado, o grupo de mobilidade urbana apresentou publicações de forma profissionalizada e distante dos seus integrantes, além de não fazer qualquer publicação sobre reuniões e publicações insuficientes na categoria pluralismo. Tais características podem indicar se tratar de constituição de uma pseudocooperativa. Desse modo, recomendam-se investigações em profundidade para cada um dos grupos pesquisados.

A partir das investigações realizadas, elaborou-se cartilha de constituição de EES plataformizado, inspirado nos grupos “*Contrate quem luta*” e “*Força*”, sugerindo-se utilização do *whatsapp*, e *website Goomer* para distribuição em comunidades vulneráveis, estudantes, escolas, universidades, rede de ITCPs e órgãos públicos.

Desse modo, os resultados indicam a necessidade de um novo mapeamento da economia solidária no Brasil que inclua as iniciativas plataformizadas, para formulação de políticas públicas, sem olvidar a ampliação dessas investigações em redes sociais.

Além disso, importa ressaltar que as investigações em redes sociais, ainda que possua limitações de análise, explicita a característica dual do cooperativismo brasileiro, também transposto para o ambiente plataformizado. Nesse sentido, o ambiente digital em nada modificou tal característica, já que se observa dois grupos distintos, um com características empresariais e com estrutura financeira que permite gerenciamento de redes sociais, constituição de aplicativo próprio, portanto, mais alinhado ao cooperativismo tradicional e institucional. De outro lado, um grupo vulnerável economicamente, dependente de aplicativo proprietário, contudo, com propostas solidárias, plurais e preocupados com o bem-estar social, portanto, mais consentâneos com o cooperativismo popular.

Há que se observar, por fim, que as políticas públicas voltadas ao setor foram intermitentes e institucionalizadas no Ministério do Trabalho e Emprego, o qual tradicionalmente parte de uma lógica voltada ao trabalho formal. Assim, o setor demanda além de uma nova perspectiva sobre o trabalho informal a continuidade das políticas públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABÍLIO, L. C. **Uberização do trabalho: a subsunção do real da viração**. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/>>. Acesso em: 3 abr. 2022.

ABÍLIO, L. C. Plataformas digitais e uberização: a globalização de um Sul administrado? **Revista Contracampo**, v. 39, n. 1, 17 abr. 2020.

ABÍLIO, L. C. Uberização: Do empreendedorismo para autogerenciamento subordinado. **Revista Eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região**, v. 13, 2021.

ABÍLIO, L. C.; AMORIM, H.; GROHMANN, R. Trabalho em plataformas digitais: perspectivas desde o Sul global. **Sociologias**, v. 23, n. 57, p. 18–25, ago. 2021a.

ABÍLIO, L. C.; AMORIM, H.; GROHMANN, R. Uberização e platformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. **Sociologias**, v. 23, n. 57, p. 26–56, ago. 2021b.

ALENCAR, E.; GOMES, M. A. **Ecoturismo e planejamento social**. UFLA/FAEPE, 2001. 103p.

ALVES, G. **O que é o precariado?** Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2013/07/22/o-que-e-o-precariado/>. Acesso em: 3 de abr 2022.

ALVES, J. C. M. et al. Gestão das Tecnologias da Informação: Realidade e Desafios na Estratégia de Fortalecimento de Empreendimentos da Economia Solidária. **RISTI - Revista Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação**, n. 47, p. 38–55, 2022.

ALVES, R. J. M.; GUTJAHR, A. L. N.; PONTES, A. N. Processo metodológico de elaboração de uma cartilha educativa socioambiental e suas possíveis aplicações na sociedade. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 14, p. 69–85, 2019.

ANATEL. **Relatório De Acompanhamento Do Setor De Telecomunicações**. Brasília: 2020.

ANTUNES, R. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: **A cidadania negada**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 35–48.

ARAÚJO, J. N. G. DE. Neoliberalismo e horizontes da precarização do trabalho. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 23, n. 1, p. 79–93, 2020.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Ed. Francesa, 1977.

BASSETTI, C. et al. Co-designing for common values: creating hybrid spaces to nurture autonomous cooperation. **CoDesign**, v. 15, n. 3, p. 256–271, 2019.

BAUWENS, M.; KOSTAKIS, V. Why Platform Co-ops Should Be Open Co-ops. In: **Ours to Hack and to Own: The Rise of Platform Cooperativism**. New York: OR Books, 2016.

BERNARD, H. R. **Research methods in anthropology: qualitative and quantitative approaches**. Lanham, MD: AltaMira Press, 2005.

BOTSMAN, R.; ROGERS, R. **What's mine is yours: the rise of colaborative consumption**. New York: Harper Collins, 2010.

BRAGA, R. **A política do precariado**. São Paulo. Boitempo, 2012

BRAGA, R. **Rebeldia do Precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul Global**. São Paulo. Boitempo, 2017

BRAGA, R. "**Precariado tende a se alastrar no Brasil como nunca antes**". Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/01/1951942-precariado-tende-a-se-alastrar-no-brasil-como-nunca-antes-diz-sociologo.shtml>. Acesso em 23 abr 2022.

BRASIL, DECRETO Nº 22.239, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1932. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22239-19-dezembro-1932-501764-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL, Decreto nº 23.611, de 20 de Dezembro de 1933. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23611-20-dezembro-1933-503506-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL, Lei 5.764/1971. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%205.764-1971?OpenDocument

BRASIL, Lei 12.690/2012. Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOOOP. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112690.htm

BRASIL, Lei 13.467/2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm

BRUNO, L. **COLLECTING DIGNITY : RECYCLABLE WASTE PICKERS OF BRAZIL**. Platform Cooperative Consortium. 2020, 36p.

BUENO, W. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. **Informação & Informação**, v. 15, p. 1–12, 2010.

CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F. G.; PEREIRA, J. R. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 9, n. 3, p. 681–703, 2011.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis. Vozes, 1998.

CASTILHO, M. L. NOTA TÉCNICA : TRAJETÓRIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL. **A Economia em Revista**, v. 28, p. 117–

119, 2020.

CASTRO, M. F. DE. Saúde do trabalhador e economia solidária. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 22, n. 1, p. 65–80, 21 dez. 2019.

CORAGGIO; JOSÉ LUIS. Distintos conceitos para o entendimento da Economia Solidária. **Paper Knowledge . Toward a Media History of Documents**, v. 12, p. 35–45, 2002.

COSTA, B. R. L. Bola de Neve Virtual: O Uso das Redes Sociais Virtuais no Processo de Coleta de Dados de uma Pesquisa Científica. **RIGS**, v. 7, p. 15–37, 2018.

COSTA, M. DA S. Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. **Caderno CRH**, v. 23, n. 58, p. 171–190, 2010.

CRONIN, P.; RYAN, F.; COUGHLAN, M. Undertaking a literature review: a step-by-step approach. **British Journal of Nursing**, v. 17, n. 1, p. 38–43, 1 jan. 2008.

DE BROVES, O. R. The Cooperative Model to the Rescue of the Platform Economy: What Innovations Against Work Precariousness? **Canadian Journal of Nonprofit and Social Economy Research**, v. 13, n. 1, p. 92–114, 2022.

DE STEFANO, V. The rise of the “just-in-time workforce”: On-demand work, crowdwork and labour protection in the “gig economy”. **Conditions of Work and Employment Series**, v. 71, 2016.

DELGADO, M. G. **Curso de Direito do Trabalho**. 15. ed. São Paulo: LTr, 2016.

DIEESE. **Informalidade Na Economia Solidária**. São Paulo: Ministério do Trabalho e Previdência Social, 2015.

DIESTE COBO, J. M. Las plataformas colaborativas como oportunidad para la innovación social. **REVESCO. Revista de Estudios Cooperativos**, v. 133, n. 133, p. 1–17, 2020a.

DIESTE COBO, J. M. Las plataformas colaborativas como oportunidad para la innovación social. **REVESCO. Revista de Estudios Cooperativos**, v. 133, 24 abr. 2020b.

EISENMANN, T. R.; PARKER, G.; VAN ALSTYNE, M. W. Opening Platforms: How, When and Why? **SSRN Electronic Journal**, 2008.

FALCÓN-PÉREZ, C. E.; FUENTES-PERDOMO, J. Improving social well-being through platform cooperativism. **CIRIEC-Espana Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa**, n. 95, p. 161–190, 2019.

FORAMITTI, J.; VARVAROUSIS, A.; KALLIS, G. Transition within a transition: how cooperative platforms want to change the sharing economy. **Sustainability Science**, v. 15, n. 4, p. 1185–1197, 18 jul. 2020.

FRANÇA FILHO, G. C. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise & Dados**, v. 12, p. 9–19, 2002.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. **Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FRANCISCO, E. D. R. Exploration of archive in the light of bibliometrics, geoanalysis and social network. **Revista de Administração de Empresas**, v. 51, p. 280–306, 2011.

FRANSI, E. C.; MONTEGUT, Y.; DARIES, N. Cooperativismo 2.0: presencia en Internet y desarrollo del comercio electrónico en las cooperativas oleícolas de Cataluña El actual entorno globalizado y el aumento de la difusión y de la utilización de las tecnologías de la información y comunicación. **REVESCO** n. 124, p. 1–27, 2017.

FRENKEN, K. Political economies and environmental futures for the sharing economy. **Philosophical Transactions of the Royal Society A: Mathematical, Physical and Engineering Sciences**, v. 375, n. 2095, p. 20160367, 13 jun. 2017.

FRENKEN, K.; SCHOR, J. Putting the sharing economy into perspective. **Environmental Innovation and Societal Transitions**, v. 23, p. 3–10, jun. 2017.

FUCHS, C. The Digital Commons and the Digital Public Sphere How to Advance Digital Democracy Today. **Westminster Papers in Communication and Culture**, v. 16, n. 1, 22 mar. 2021.

FUSTER MORELL, M.; ESPELT, R. A Framework for Assessing Democratic Qualities in Collaborative Economy Platforms: Analysis of 10 Cases in Barcelona. **Urban Science**, v. 2, n. 3, p. 61, 2018.

FUSTER MORELL, M.; ESPELT, R. A framework to assess the pro-democratization of Platform Economy: The case of Barcelona. **Sustainability**, v. 11, p. 1-20, 2019.

GAIGER, L. I. A Economia Solidária Diante Do Modo De Produção Capitalista. **Caderno CRH**, v. 16, n. 39, p. 181–211, 2006.

GAIGER, L. I. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 82, p. 211–228, jun. 2013.

GAIGER, L. I. A economia solidária na contramarcha da pobreza. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 79, 6 jul. 2015.

GERUZA, F. T. **O mito da “revolução silenciosa” - Programa Nacional de Economia Solidária: uma análise das práticas de autogestão no Brasil em pequenos empreendimentos populares**. 196 p. Unesp, 2008..

GIORDANI, A. T.; PIRES, P. A. B. F. **Normas editoriais, orientação aos autores: cartilha**. Jacarezinho: UENP, 2020

GÓES, G.; FIRMINO, A.; MARTINS, F. A gig economy no Brasil: uma abordagem inicial para o setor de transporte. **Boletim Mercado de Trabalho**, p. 1–14, 2021.

GONÇALVES, R. M. V. et al. Elaboração de cartilha de orientação para uso de telemetria cardíaca. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 13, n. 8, p. e8516, 23 ago. 2021.

GROHMANN, R. Cooperativismo de plataforma e suas contradições: análise de iniciativas da área de comunicação no Platform.Coop. **Liinc em Revista**, v. 14, n. 1, p. 19–32, 2018.

GROHMANN, R. Plataformas de Propriedade de Trabalhadores: Cooperativas e Coletivos de Entregadores. **Matrizes**, p. 209–233, 2022a.

GURUMURTHY, A.; CHAMI, N.; DEEPTI, B. **Platform labour in search of value: A study of workers' organizing practices and business models in the digital economy**. Geneva: ILO, 2021.

HABERMAS, J. **Três modelos normativos de democracia**. Lua Nova, n. 36, p. 39-54, 1995.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo. Racionalidade da ação e racionalização social**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

HAGIU, A.; ALTMAN, E. J. Finding The Platform In Your Product: Four Strategies That Can Reveal Hidden Value. **Harvard Business Review**, v. 95, n. 4, p. 94–100, 2017.

HARVEY, D. **Para entender O capital - Livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HOWE, J. **Crowdsourcing: How the power of the crowd is driving the future os business**. New York: Random House, 2008.

KARATZOGIANNI, A.; MATTHEWS, J. Platform Ideologies: Ideological Production in Digital Intermediation Platforms and Structural Effectivity in the “Sharing Economy”. **Television & new media**, v. 21, n. 1, p. 95–114, 2020.

KASPARIAN, D. La implementación local de cooperativas de plataforma. Desafíos y contribuciones para la escalabilidad desde la experiencia argentina. **Revista del Centro de Estudios de Sociología del Trabajo**, v. 14/2022, 2022.

KOZINETS, R. V. On Netnography: Initial Reflections on Consumer Research Investigations of Cyberculture. **NA - Advances in Consumer Research**, v. 25, p. 366–371, 1998.

KOZINETS, R. V. The Field behind the Screen: Using Netnography for Marketing Research in Online Communities. **Journal of Marketing Research**, v. 39, n. 1, p. 61–72, 10 fev. 2002.

KWAN, C. Toward an inclusive digital economy for all: Perspectives from an intersectional feminist social work lens. **International social work**, 2021.

LAPA, R. **O Trabalho em Plataformas digitais e a pandemia da COVID-19: análise dos dados da PNAD COVID-19/IBGE**. IBGE: Boletim Mercado de Trabalho. p. 1-17, 2021

LAVILLE, J. Rencontre débat avec J.-L.Laville - autour de l'économie solidaire et sociologie de l'association. **Revue du GERFA (Groupe d'études et recherche sur le fait associatif)**, v. 1, 2000.

LOVETT, M. Directions in Music: Stakeholder Perspectives on Blockchain Innovations in Music Streaming. **Frontiers in blockchain**, v. 3, 2020.

MANZANO, M.; KREIN, J. D.; ABÍLIO, L. C. The Dynamics of Labour Informality in Brazil, 2003-2019. **Global Labour Journal**, v. 12, n. 3, p. 2003–2019, 2021.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing: metologia, planejamento**. Sao Paulo: Atlas, 1996.
MCGUIGAN, J. **Cool Capitalism**. New York: Pluto Press, 2009

MORELL, M. F.; ESPELT, R.; CANO, M. R. Platform cooperativism: Analysis of the democratic qualities of cooperativism as an economic alternative in digital environments. **CIRIEC-Espana Revista de Economía Publica, Social y Cooperativa**, n. 102, p. 5–31, 2021.

NASCIMENTO PEREIRA, C.; NUNES DE CASTRO, C. **Educação: contraste entre o meio urbano e o meio rural no Brasil**. IPEA, 2019.

NATIONS, U. **Cooperatives in social development Report of the Secretary-General**. New York: 2021.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisas em administração**, v. 1, p. 1–5, 1996.

NICOLI, M.; PALTRINIERI, L. Platform Cooperativism: Some Notes on the Becoming “Common” of the Firm. **The South Atlantic quarterly**, v. 118, n. 4, p. 801–819, 2019.

NOGUEIRA, M. O. Infinitos tons de cinza : entre o formal e o informal, o Brasil se faz no semiformal. **Mercado de trabalho - conjuntura e análise**, n. 64, p. 87–97, 2018.

NOGUEIRA SILVA, D.; ANTONIO KAPPES, S. Economia Solidária, Informalidade e Direitos Trabalhistas. **Repositório do Conhecimento do IPEA**, n. mercado de trabalho, 2016.

NOVELI, M. Do Off-Line para o Online: A Netnografia como Um Método de Pesquisa ou o que Pode Acontecer quando Tentamos Levar a Etnografia para a Internet? **Revista Organizações em Contexto**, v. 6, n. 12, p. 107–133, 31 dez. 2010.

PAPADIMITROPOULOS, E. Platform Capitalism, Platform Cooperativism, and the Commons. **Rethinking Marxism**, v. 33, n. 2, p. 246–262, 2021.

PEREIRA, J. R.; CARDOSO CANÇADO, A. C. **Gestão Social de Cooperativas**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018.

PINHEIRO, D. C. Economia Solidária : Uma Revisão Teórica a Partir dos Seus “ Múltiplos ” Conceitos. **Revista NAU Social**, v. v.3 n.5, p. 85–105, 2013.

PITA, F. A. “O direito importa”?: o marco legal da Economia Solidária no Brasil. **Revista da ABET**, p. 346–372, 2020.

POLONIO, W. A. **Manual das Sociedades Cooperativas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

PRICE, D. J. D. Networks of scientific papers. **Science**, v. 149, p. 510–515, 1965.

- RABELO, R. C.; GUTJAHR, A. L. N.; HARADA, A. Y. Metodologia do processo de elaboração de cartilha educativa “O papel das formigas na natureza”. **Enciclopédia Biosfera**, v. 11, 2015.
- RAZETO, L. **Lecciones de Economía Solidaria. Realidad, Teoría y Proyecto**. Santiago: Ediciones UVIRTUAL.NET, 2010.
- RIBEIRO, B. S. **Princípios e desafios para regulação da economia do compartilhamento, com substrato da teoria responsiva e enfoque na atuação do aplicativo Uber**. UNB, 2016. 74 p.
- RINALDI, C. **Ponte entre aplicativos e clientes, entregadores já são 23% dos autônomos no País**. 16 abr. 2019. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,ponte-entre-aplicativos-e-clientes-entregadores-ja-sao-23-dos-autonomos-no-pais,70002793803>. Acesso em 30/04/2022.
- RIOS, G. S. L. **O que é cooperativismo**. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- ROSENFELD, C. L.; ALMEIDA, J. Plataformização do trabalho. **Sociologias**, v. 23, n. 57, p. 9–16, ago. 2021.
- SALGADO, R. J. D. S. F., SANTOS, L. F. dos ., RESENDE, T. C., & SOUZA, W. J. de .. (2019). **Cidadania deliberativa e gestão social: revisão sistemática de literatura no Brasil**. Cadernos EBAPE.BR, 17(spe), 817–831
- SANDOVAL, M. What would Rosa do? Co-operatives and radical politics. **Soundings**. v. 63. 2016
- SANDOVAL, M. Entrepreneurial Activism? Platform Cooperativism Between Subversion and Co-optation. **Critical sociology**, v. 46, n. 6, p. 801–817, 2020.
- SANTOS VIEIRA, L. **Cooperativismo de Plataforma: A proposta de um modelo de negócios de uma cooperativa de plataforma no ramo de hospedagem**. UNISINOS, 2022. 104p.
- SCHNEIDER, N. An Internet of ownership: Democratic design for the online economy. **The Sociological review (Keele)**, v. 66, n. 2, p. 320–340, 2018.
- SCHOLZ, T. **Digital Labor: The internet as playground and factory**. London, UK: Routledge, 2013.
- SCHOLZ, T. **Cooperativismo de plataforma: contestando a economia do compartilhamento corporativa**. São Paulo: Elefante, 2016a.
- SCHOLZ, T. **Uberworked and Underpaid: How Workers Are Disrupting the Digital Economy**. 1st. ed. Cambridge, UK: Polity Press, 2016b.
- SCHOR, J. B.. **Old exclusion in emergent spaces. Ours to Hack and to Own: The Rise of Platform Cooperativism**. New York: Anthology Selection, 2016. p. 38-42.
- SCHOR, J. B.; ATTWOOD-CHARLES, W. The “sharing” economy: labor, inequality, and

social connection on for-profit platforms. **Sociology Compass**, v. 11, n. 8, p. e12493, ago. 2017.

SILVA, E. F. **A Organização das cooperativas brasileiras e a negação do direito fundamental à livre associação**. UFPR, 2006. 138 p.

SILVA PEREIRA, S. O campo de pesquisa da economia solidária no Brasil: abordagens metodológicas e dimensões analíticas. **Repositório do Conhecimento do IPEA**, 2018.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. Economia solidária: entrevista com Paul Singer. **Estudos Avançados**, v. 22, 2008.

SINGER, P. **Ensaio sobre economia solidária**. Coimbra: Almedina, 2018.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. **A Economia Solidária no Brasil: autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SIQUEIRA NETO, J. F.; MENEZES, D. F. N. Pacto federativo e economia social e solidária no Brasil. **Paper Knowledge . Toward a Media History of Documents**, v. 1, p. 240–257, 2018.

SLEE, T. **What's yours is mine: against the sharing economy**. 2nd. ed. New York; London: OR Books, 2017.

SOARES, S. V.; PICOLLI, I. R. A.; CASAGRANDE, J. L. Pesquisa bibliográfica, pesquisa bibliométrica, artigo de revisão e ensaio teórico em administração e contabilidade. **Administração: ensino e pesquisa, Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração-ANGRAD**, v. 19, p. 1–19, 2018.

SOUSA, A. S. DE; OLIVEIRA, G. S. DE; ALVES, L. H. A Pesquisa Bibliográfica: Princípios E Fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, p. 64–83, 2021.

SRNICEK, N. **Platform Capitalism**. Cambridge, UK; Malden, MA: Polity Press, 2016.

TENÓRIO, F. G. Gestão Social: uma perspectiva conceitual. **Revista de Administração Pública**, v. 32, n.5, p. 7-23, 1998.

TENÓRIO, F. G. Gestão social: conceito. In: KRONEMBERG, T. S. (Ed.). **Gestão social e conselhos gestores**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016. p. 13–33.

TORRACO, R. J. Writing integrative literature reviews: using the past and present to explore the future. **Human Resource Development Review**, v. 15, p. 404–428, 2016.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação - o positivismo, a fenomenologia, o marxismo**. São Paulo: Atlas, 1987.

VAN DOORN, N. Platform labor: on the gendered and racialized exploitation of low-income

service work in the ‘on-demand’ economy. **Information Communication and Society**, v. 20, n. 6, p. 898–914, 2017.

VERHAGEN, K. **Cooperation for survival**. Dordrecht: ICG, 1984.

VIEITEZ, C. G.; DAL RI, N. M. Elementos Da História Da Anteg. **Revista ORG & DEMO**, v. 5, n. 2, p. 267–272, 2004.

VILAÇA, M. L. C. Pesquisa e ensino: considerações e reflexões. **Revista e-escrita: Revista do Curso de Letras da UNIABEU**, v. 1, p. 59–74, 2010.

VILLELA, E. L. Escopo metodológico. In: TENÓRIO, F. G. (Ed.). . **Cidadania e desenvolvimento local: critérios de análise**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 35–43.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203–220, 30 dez. 2014.

VLACIC, P.; ŠTROMAJER, J. Taxi Cooperatives as an Alternative to Uber. **Lex localis - Journal of Local Self-Government**, v. 18, n. 3, p. 449–467, 2 ago. 2020.

ZANATTA, R. **Cooperativismo de Plataforma no Brasil - Dualidades, Diálogos e Oportunidades**. 131p. Rio de Janeiro, RJ: 2022.

ZUBOFF, S. **A Era do Capitalismo de Vigilância**. 1ª Ed. Rio de Janeiro-RJ: Intrínseca. 2019.

ZUÑIGA, N. C.; MONTILLA, I. L.; ZUÑIGA, E. C. Agricultura familiar y plataformas digitales en el contexto de la COVID-19. Iniciativas de America del Sur. **Espacio Abierto: Cuaderno Venezolano de Sociología**, v. 29, p. 85+, 2020.

ANEXO I



CARTILHA DESENVOLVIDA COMO PRODUTO DO MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS, PELA DISCENTE MARIA CLARA TAVARES DE OLIVEIRA, ORIENTADORES PROF. DR. JOSÉ ROBERTO PEREIRA E PROFA. DRA. STEFANIA BECATTINI VACCARO.

O OBJETIVO DESSA CARTILHA É AUXILIAR PESSOAS INTERESSADAS EM CONSTITUIR SEU PRÓPRIO COLETIVO E DEMONSTRAR QUE É POSSÍVEL INICIAR UMA ORGANIZAÇÃO POR MEIO DE UM SMARTPHONE, COM APLICATIVOS JÁ DIFUNDIDOS E UTILIZADOS PELA MAIOR PARTE DOS USUÁRIOS DE INTERNET.

PERSONAGENS:

PEPINO



BATATA



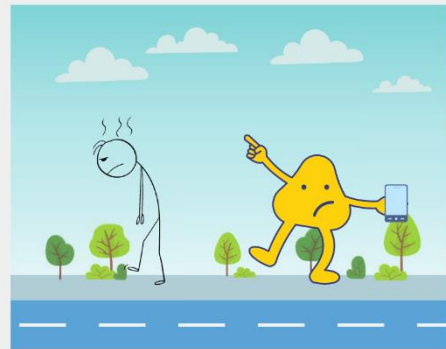
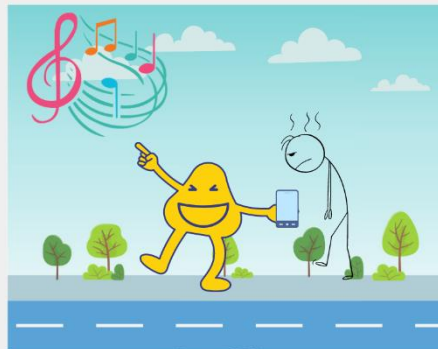
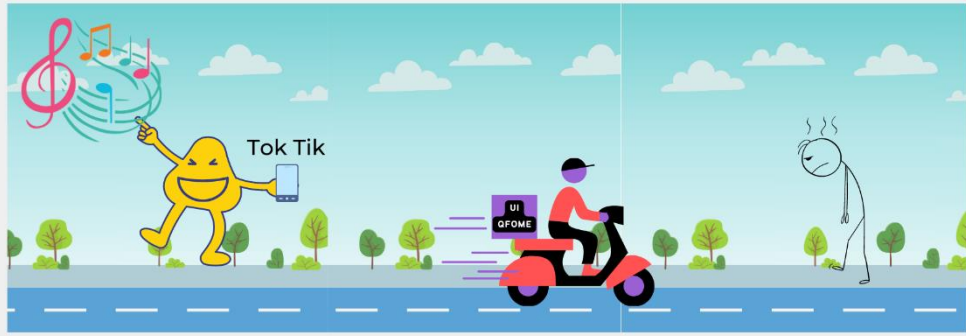
CEBOLA

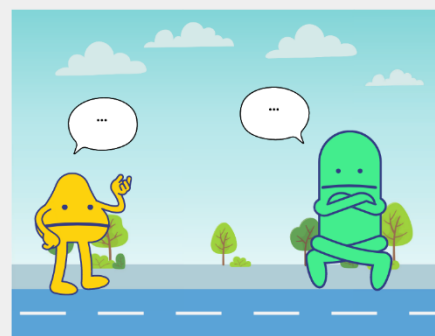


CRÉDITOS DOS DESIGNS UTILIZADOS:

@SKETCHIFY @ZDENEKSASEK @AZ-EASY-DESIGNS-IMAGES @DESIGNCHARM
 @HAFIZOZAKIMCO @BNPDESIGNSTUDIO @PIXABAY @HAPPYICONS @ICONS08
 @YUPIRAMOS @SPARKLESTROKE @KELLYS-IMAGES437126856 @LEREMYGAN
 @JUSTICONSTUDIO @DJVSTOCK @GREENFLASH @HENRY-PARKER @FAROSYI
 @CHIRAWANOS







2

ESCUITA, EU NÃO
TENHO GRANA PRA
AJUDAR NINGUÉM



NÃO VAI PRECISAR
DE GRANA



SÓ TEMPO E
DISPOSIÇÃO



E USAR O TELEFONE
PARA OUTRA COISA
ALÉM DE DANÇAR



VOCÊ PODE UNIR
E ORGANIZAR
TODO MUNDO
NO SEU TELEFONE

E SEPARAR TODOS
ELES POR CATEGORIAS

- FAXINA
- JARDINAGEM
- PINTURA...



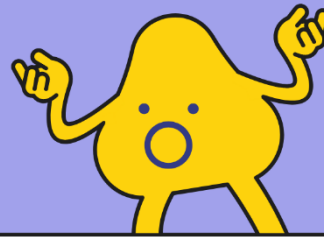
...E DEPOIS UNIR ESSAS PESSOAS AOS CLIENTES
QUE PRECISAM DOS SEUS SERVIÇOS



VOCÊ TAMBÉM PODE
ORGANIZAR UM CLUBE
DE TROCAS



UM CLUBE DE
TROCAS?



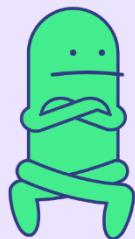
SIM, AS PESSOAS
ANUNCIAM O QUE
QUEREM VENDER E
TROCAR ENTRE SI...



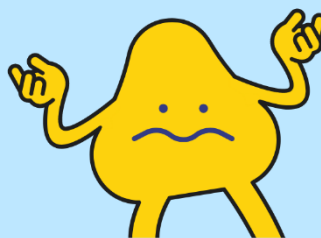
LEGAL! VOU VENDER MEU
VENTILADOR ANTIGO POR
500 REAIS!



500 REAIS? A IDEIA É PRATICAR PREÇOS QUE TODOS PODEM PAGAR



E COMO EU FICO NESTA HISTÓRIA?



VOCÊ TAMBÉM SE BENEFICIA, POIS VAI COMPRAR OUTRAS COISAS COM PREÇO MELHOR



VOCÊ TAMBÉM PODE ORGANIZAR COMPRAS COLETIVAS DE ITENS QUE TODOS PRECISEM. TE GARANTO QUE OS PREÇOS SÃO MELHORES!

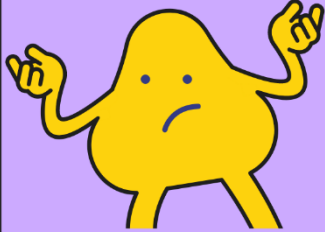


VOCÊ SABIA?

AS PRIMEIRAS COOPERATIVAS DE SUCESSO ERAM DE CONSUMO E SURTIRAM NA INGLATERRA HÁ MAIS DE 150 ANOS!



PARECE DE MAIS! MAS
COMO VOU JUNTAR
TANTA GENTE?



VOCÊ PODE CRIAR
GRUPOS NO
WHATSAPP E
FACEBOOK!



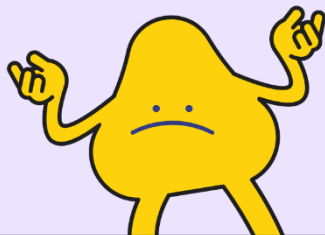
BASTA CRIAR UMA
LISTA DE
TRABALHADORES PARA
QUE OS CLIENTES
ENTREM EM CONTATO!

PRECISO DE UM
ELETRICISTA...

PRECISO DE UM
PINTOR...

PRECISO DE UM
CUIDADOR DE
IDOSOS...

ISSO É BEM LEGAL,
MAS NÃO CONHEÇO
MUITA GENTE



NÃO DESANIEME!
EXISTEM MUITAS PESSOAS
QUE PODEM AJUDAR A
DIVULGAR!



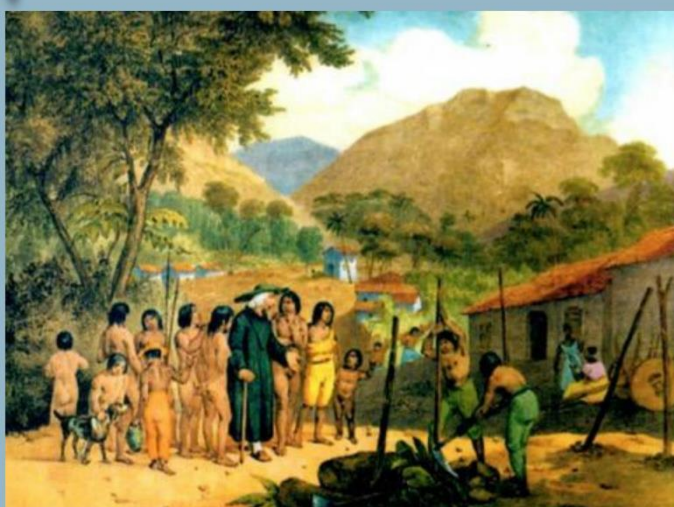
6

VOCÊ PODE PROCURAR LÍDERES
COMUNITÁRIOS, IGREJAS,
GRUPOS DE MORADORES

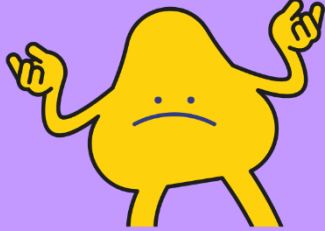


VOCÊ
SABIA?

AS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS
COOPERATIVISTAS NO BRASIL
FORAM ORGANIZADAS POR
PADRES JESUÍTAS EM ALDEIAS
INDÍGENAS



PARECE MUITA COISA
PARA EU FAZER SOZINHO.
SINTO QUE NÃO CONSIGO.



APOSTO QUE EXISTEM
PESSOAS TÃO
PREOCUPADAS QUANTO
VOCÊ!



VOCÊ PODE COMEÇAR
CONVERSANDO COM
AMIGOS E PROPOR A IDEIA
DE CRIAÇÃO DE UM GRUPO



COM 3 PESSOAS JÁ
FORMA UM GRUPO COM
MENSAGENS E ANÚNCIOS
AUTOMÁTICOS E
GRATUITOS NO WHATSAPP!



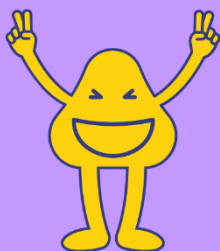
VOCÊ
SABIA?

MUITOS COMÉRCIOS JÁ
UTILIZAM O WHATSAPP
BUSINESS PARA
ATENDER CLIENTES E
VENDER PRODUTOS



A GOOMER CRIA
CARDÁPIOS ONLINE E
ACEITA ATÉ 30 PEDIDOS
MENSAIS GRATUITOS E
DIRECIONA AS VENDAS
PARA O SEU TELEFONE

ISSO PARECE
INCRÍVEL, SR. PEPINO!



MAS TENHO MEDO DE
NÃO DAR CONTA DE
GERENCIAR TANTAS
PESSOAS



É POR ISSO QUE VOCÊ
DEVE PEDIR AJUDA NÃO SÓ
DOS ENVOLVIDOS, MAS DE
GRUPOS QUE PODEM TE
AJUDAR



PROCURE ESCOLAS,
UNIVERSIDADES,
INCUBADORAS DE
COOPERATIVAS E ATÉ
MESMO A PREFEITURA DA
SUA CIDADE!

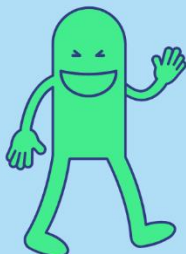


ALÉM DISSO, É MUITO IMPORTANTE QUE VOCÊ FAÇA
REUNIÕES COM OS INTERESSADOS E EXPONHA
SUAS DIFICULDADES

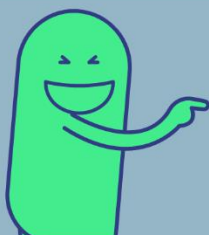
É MUITO IMPORTANTE PROMOVER A PARTICIPAÇÃO
DE TODOS E ESTIMULAR QUE CADA UM SE
ENVOLVA NAS ATIVIDADES!



DESSA FORMA, TODOS
SÃO INCLUÍDOS E VOCÊ
NÃO FICA
SOBRECARRREGADO!



ESTOU FICANDO
ANIMADO, SR. PEPINO!



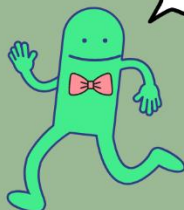
ENTÃO, VOU TE DEIXAR
MAIS ANIMADO!

NO FINAL DESSA CARTILHA,
LISTEI UMA PORÇÃO DE
GRUPOS PARA VOCÊ SE
ESPELHAR E ENTRAR EM
CONTATO! TENHO CERTEZA
QUE IRÃO TE INSPIRAR!



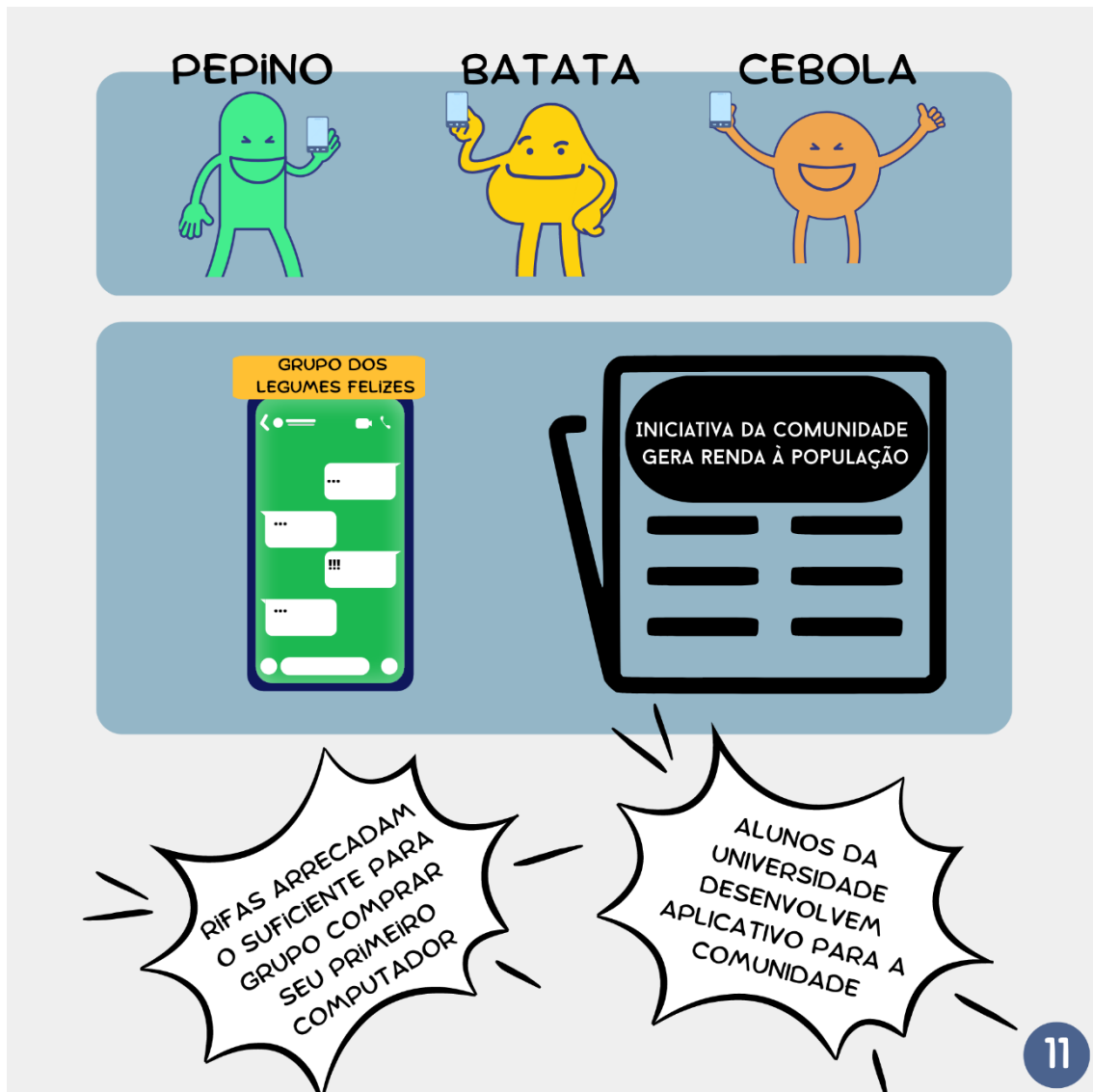
JÁ QUERO COMEÇAR!
ESTOU EM RITMO
DE FESTA!

ÓTIMA IDEIA!
CONFRATERNIZAÇÕES
UNEM AS PESSOAS



TAMBÉM QUERO
PARTICIPAR!







12

E MAIS TRABALHADORES CONSIGAM PROSPERAR

LISTA DE GRUPOS PARA SE INSPIRAR E SEGUIR:

COOPERATIVAS DE MOBILIDADE URBANA

CHAMA (COOMAPPA)

[HTTPS://WWW.INSTAGRAM.COM/COOPERATIVA.ARARAQUARA/](https://www.instagram.com/cooperativa.araraquara/)

LIGA (COMOBI)

[HTTPS://WWW.INSTAGRAM.COM/LIGABYCOMOBI/](https://www.instagram.com/ligabycomobi/)

COLETIVOS DE ENTREGADORES

SEÑORITAS COURIER

[HTTPS://WWW.INSTAGRAM.COM/SEÑORITAS_COURIER/](https://www.instagram.com/senoritas_courier/)

GIRO SUSTENTÁVEL

[HTTPS://WWW.INSTAGRAM.COM/GIROSUSTENTAVELENTREGAS/](https://www.instagram.com/girosustentaveleentregas/)

COLETIVOS DE PRESTADORES DE SERVIÇOS

CONTRATE QUEM LUTA

[HTTPS://WWW.INSTAGRAM.COM/CONTRATEQUEMLUTA/](https://www.instagram.com/contratequemluta/)

FORÇA

[HTTPS://WWW.INSTAGRAM.COM/FORCA_A_ORGANIZACAO/FORÇA](https://www.instagram.com/forca_a_organizacao/forca/)

GRUPOS DE APOIO

COLETIVO EITA

[HTTPS://WWW.INSTAGRAM.COM/COLETIVOEITA/](https://www.instagram.com/coletivoeita/)

OBSERVATÓRIO DO COOPERATIVISMO DE PLATAFORMA

[HTTPS://WWW.INSTAGRAM.COM/COOPERATIVISMODEPLATAFORMA/](https://www.instagram.com/cooperativismodeplataforma/)

ANEXO II

Grupos encontrados e respectivos sítios eletrônicos/perfil nas redes sociais

Mobilidade Urbana

Coomura

<https://www.facebook.com/coomura.cooperativa/>

<https://www.instagram.com/coomura.cooperativa/>

Coopama

<https://www.facebook.com/transportesCoopama>

https://www.instagram.com/cooperativa_coopama/

Coomappa

<https://www.facebook.com/Coomappa-Cooperativa-de-Transporte-101042088703410/>

<https://www.instagram.com/cooperativa.araraquara/>

Aimap

<https://www.instagram.com/aimapassociacao/>

CooperMapp

<https://coopermapp.com.br/>

<https://www.instagram.com/acoopermapp/>

Coopertran

<https://www.coopertran.coop.br/>

<https://www.podd.coop.br/passageiro/>

Coopmab

<https://www.facebook.com/boracaririoficial>

<https://www.instagram.com/boracaririoficial/>

CoopMobi

<https://www.facebook.com/uaileva.coopmobi>

<https://www.instagram.com/uaileva/>

Comobi

<https://www.instagram.com/ligabycomobi/>

Coopermap

<https://www.coopermap.com.br/>

**Cooperativa dos Motoristas de Transporte por Aplicativo e Assemelhados de
Canaã dos Carajás**

<https://www.instagram.com/mobcanaplicativo/>

Entregadores de Mercadorias**Despatronados**

<https://www.instagram.com/despatronados/>

Pedal Express

<http://www.pedalexpress.com.br/>

<https://www.instagram.com/pedalexpress/>

señoritas courier

https://www.instagram.com/senoritas_courier/

All city Bike entregas

<https://www.instagram.com/allcitybikeentregas/>

Dizzy express

<https://www.instagram.com/dizzyentregas/>

Féme_Express

https://www.instagram.com/feme_express/

Puma Entregas

<https://www.instagram.com/pumaentregas/>

Giro Sustentável

<https://www.instagram.com/girosustentavelentregas/>

Graxa Cicloentregas

<https://www.instagram.com/graxacicloentregas/>

BH Biker

<https://www.instagram.com/entregasbhbiker/>

Zig Zag entregas

<https://www.instagram.com/zzciclo/>

Graxaim

<https://www.instagram.com/graxa.im/>

Carcará Bike Entregas

<https://www.instagram.com/carcarabikeentregas/>

Ciclo Courier

<https://www.instagram.com/ciclocourier/>

Brothers Courier

<https://www.instagram.com/brotherscourier/>

Diaristas**Limpeza Total**

<https://www.facebook.com/DiaristasLimpezatotal/>

Rede de apoio

Contrate quem luta

<https://www.instagram.com/contratequemluta/>

Força

<https://www.instagram.com/forca.organizacao/>

Pimp My Carroça

<https://www.instagram.com/catakiapp/>

Reciclo

<https://www.instagram.com/reciclofortaleza/>

Coletivo Eita

<https://www.instagram.com/coletivoeita/>

Entregadores Antifascistas

https://www.instagram.com/entregadores_antifascistas/

Observatório do cooperativismo de plataforma

<https://cooperativismodeplataforma.com.br/>

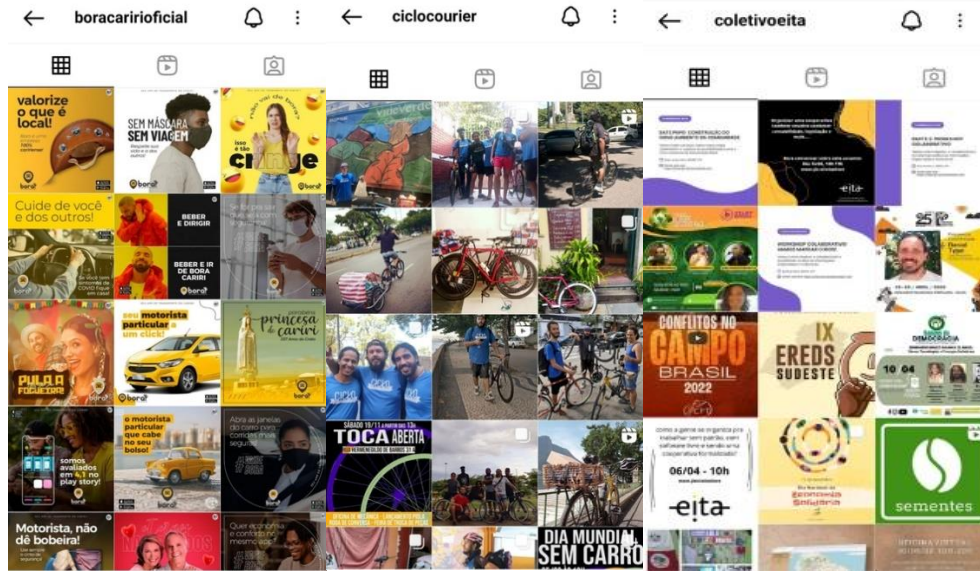
<https://www.instagram.com/cooperativismodeplataforma/>

AppJusto

<https://www.instagram.com/appjusto/>

ANEXO III

Perfil



Publicidade

boracaririoficial
Juazeiro do Norte

5 curtidas

boracaririoficial Com o Bora você não precisa mais se estressar com o trânsito!.. mais

1 de junho de 2021 - Ver tradução

ciclocourier

Curtido por biketarourier e outras 154 pessoas

ciclocourier Seguimos nas ruas para que você fique em casa. Bateu aquela fome de comida de verdade? Peça @oliviasaladas que entregamos pra você! :)

Ciclo Courier - Entregas Conscientes
whatsapp (21) 9 9366 4660 //ciclocourier@gmail.com

Ver todos os 3 comentários

22 de junho de 2020 - Ver tradução

coletivoeita

165 visualizações

coletivoeita Buscando ascender as pequenas alegrias e conquistas possíveis de serem celebradas nesse momento, compartilhamos nossa alegria por completar 10 ANOS de trabalho coletivo da Cooperativa EITA! 🥳🎉🎊🎁

Para celebrar esse momento, preparamos a várias mãos (como sempre!) momentos de partilha e troca sobre o que desenvolvemos como cooperativa. 🗣️ Rodas de conversa, conteúdos, publicações e vídeos celebrativos estão por vir!

📅 Acompanhe o agenda e os materiais aqui no Instagram de Eita e através dos nossos grupos de conexão.

...Belezas são coisas acesas por dentro
Tristezas são belezas apagadas pelo sofrimento

Seguimos juntos/os, viva!

Ver todos os 4 comentários

15 de maio de 2021 - Ver tradução

Preocupação com a comunidade

boracaririoficial



ciclocourier
Aterro do Flamengo



44 curtidas

boracaririoficial Hoje foi o grande dia de entregar as doações da campanha #boraajudaramacrianca. Quase uma tonelada de alimentos arrecadados. Nossos agradecimentos a você que doou e aos nossos parceiros que disponibilizaram seu espaço físico para pormos as caixas de arrecadação.

@labviciantelemos
@opcaocenterbarbalha
@bancodobrasilbarbalha
@atacadao

Curtido por **senoritas_courier** e outras 99 pessoas

ciclocourier Alô, ciclistas! Domingo 25 às 13h vai ter festivalzão no ATERRO pelo DIA MUNDIAL SEM CARRO.

Começamos os trabalhos às 13h com duas oficinas: OFICINA DE MECÂNICA para ciclistas oferecida pela maravilhosa Cheyenne, da Oficina Cheyenne Aventuras, e OFICINA PARA APRENDER A PEDALAR oferecida pela Bike Anjo Rio, a partir de 16 anos. Continuamos com o já famoso PEDAL MUSICAL do Mico SSA saindo às 14:30h para ocupar as pistas cariocas com nossas bicis, nossos corpinhos e o

Avaliação de clientes

boracaririoficial



6 curtidas

boracaririoficial Gostou do Motorista?

Então não esqueça de dar um feedback ao término da corrida.

Para nós, do Bora Cariri, é muito importante quando você nos avalia, e dessa maneira ficamos antenados quanto a sua opinião sobre o nosso serviço.


Isso nos dá o conhecimento do que o nosso público pensa e

Educação cooperativista



boracaririóficial





Educação,
Informação
e Tecnologia
para Autogestão

eita.coop.br

24 curtidas

boracaririóficial Nossa homenagem a todos que juntos fazem o sucesso do Bora Cariri.

Ver todos os 3 comentários

boracaririóficial @mfrancosta agradecemos por seu feedback.

Estamos trabalhando para melhorar o atendimento em sua cidade. Desde já agradecemos por escolher o aplicativo 100% do Cariri. #boradebora


4 de julho de 2020 • Ver tradução

23 curtidas


coletivoeita A cooperativa iniciou os trabalhos como coletivo EITA, em 2011, criando um espaço de trabalho associado voltado para movimentos sociais populares. Naquele começo, vinha junto com cada um/a a vivência em outros movimentos, como reforma agrária, educação popular, software livre e justiça socioambiental. Desde então, a economia solidária tem sido o projeto político que mobiliza nossa organização. Também foi o movimento onde nos encontramos e constituímos o grupo inicial da EITA.

Seguimos e nesta caminhada outras pessoas, vivências se juntaram ao coletivo contribuindo com suas experiências e questionamentos que nos fazem continuar! Para saber mais sobre a EITA e os trabalhos já realizados, acesse o nosso site: eita.coop.br/


Reuniões

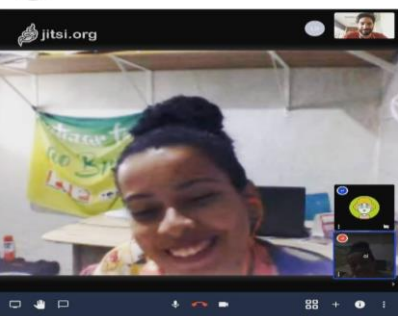


ciclocourier
Casa Nuvem



coletivoeita





35 curtidas

ciclocourier Triciclo Especial :: Varal de Bici

#bicicleta #vadebike #ciclocourier #triciclo

5 de setembro de 2015

29 curtidas


coletivoeita Como estamos em MG, RS, BA e PE usamos o JITSI para nossas reuniões internas e com parceiros, como na conversa de hoje com @caterinadeangola do @brasildefatope

É melhor que Skype e Google Hangouts pois: (1) é um software livre, de código aberto e gratuito; (2) recursos de voz, vídeo, tela e chat; (3); acesso via web ou app de celular. (4) GNU/Linux, Windows, MacOS, Android e IOS; (5) conexão criptografada; (6) os nossos dados não são usados comercialmente; (7) pode ser instalado em um servidor

Pluralismo

 ciclocourier



 Curtido por panteracourier e outras 251 pessoas

ciclocourier Nós da Ciclo promovemos ações que estimulam o uso da bicicleta para que as pessoas tenham cada vez mais consciência da utilização do transporte alternativo como meio de tornar a cidade mais humana. E é através dessa relação humana que pensamos também no bem estar dos nossos ciclistas e clientes. Nossa equipe é composta por mensageiros que, não somente têm paixão pelo o que fazem, como também garantem que a sua entrega chegue com agilidade, segurança e muito cuidado. Acreditamos em laços de afeto que geram confiança! Que tal fechar com a gente nessa sexta-feira?